

RECONTANDO

A HISTÓRIA

DO RIO GRANDE

DO SUL

a sociedade, os governos
e governantes pós-redemocratização

RECONTANDO

A HISTÓRIA

DO RIO GRANDE

DO SUL

a sociedade, os governos e governantes
pós-redemocratização

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R311 Recontando a história do Rio Grande do Sul : a sociedade, os governos e governantes pós-redemocratização / Ricardo Bueno, Karim Miskulin [editores] – 1. ed. – Porto Alegre : Instituto Voto, 2013.

160 p. : il. (foto) ; 23 x 30 cm.

ISBN 978-85-66806-00-7

Obra em formato luxo com capa dura.

I. Rio Grande do Sul – História. 2. Rio Grande do Sul – Política e governos. I. Bueno, Ricardo. II. Miskulin, Karim.

CDU 981.65

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária Denise Pazetto CRB 10/1216



Patrocínio



Produção Cultural



Apoio



Realização

Ministério da
Cultura



Recontando a história do Rio Grande do Sul: a sociedade, os governos e governantes pós-redemocratização é um projeto cultural do Instituto Voto, sob número Pronac 114411

Coordenação Executiva	Karim Miskulin – Instituto Voto www.revistavoto.com.br
Coordenação de Produção	Flavio Enninger – Quattro Projetos www.quattroprojetos.com.br
Coordenação Editorial	Ricardo Bueno Alma da Palavra
Coordenação Administrativa	Marcio Regenin
Coordenação Gráfica	Simone M. Pontes – TAB Marketing Editorial www.tabeditora.com.br
Textos	Antonio Feix (cotidiano) Hélio Gama Filho (entrevistas, cenário político e economia) Ricardo Bueno (cultura)
Revisão	José Renato Deitos
Produção	Lisiane Silveira Mauren Xavier
Impressão	Gráfica e Editora Pallotti

RECONTANDO A HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL

a sociedade, os governos e governantes
pós-redemocratização

KARIM MISKULIN / RICARDO BUENO

1ª EDIÇÃO
INSTITUTO VOTO

PORTO ALEGRE – RS / BRASIL
NOVEMBRO / 2013


HISTÓRIA, PAIXÃO E MUDANÇAS

Este livro, por ter a responsabilidade de ser o primeiro, foi feito a várias mãos. Um livro pensado e desejado há anos, em que pediríamos aos leitores que lessem (e refletissem) sobre os temas aqui abordados alguns minutos a cada dia. Afinal, trata-se de um livro da história recente do Rio Grande do Sul – o Rio Grande pós-redemocratização.

A análise dos períodos vividos por pessoas que ainda hoje estão entre nós deve ser feita com a isenção e a transparência que o distanciamento, proporcionado pela passagem do tempo, oferece no sentido das reflexões sobre os desdobramentos de cada época, buscando a ampla compreensão dos efeitos sociais, culturais, políticos e econômicos produzidos. Foi este o principal objetivo deste livro: conhecer a história recente de nosso estado através de pessoas que a construíram .

Fatos históricos precisam ser registrados para que as pessoas construam suas identidades, e governos e governantes são figuras essenciais na construção do destino de cada povo. Nesse contexto, nada mais próprio do que resgatar a voz daqueles que sonharam em construir um Rio Grande melhor, e que para isso dedicaram parte de suas vidas e mobilizaram multidões.

A história começa em 1982 (ontem), quando é eleito pelo voto direto o primeiro governador desde 1962, e segue com todos os governos seguintes, terminando em 2013 (hoje). No começo desta nossa história, os eleitos para qualquer função, nos Legislativos ou Executivos, e igualmente os seus eleitores, não sabiam com certeza se tomariam posse e, caso isso ocorresse, se conseguiriam concluir seus mandatos e, finalmente, se estariam autorizados a participar de outras eleições no futuro. Isso constitui uma realidade muito diferente da que vivemos hoje.



Nesse período, estivemos todos nós, gaúchos e brasileiros, várias vezes à beira do abismo econômico. A inflação foi do zero ao infinito, fazendo, neste trajeto, milionários e miseráveis, enquanto as moedas mudavam frequentemente com um simples carimbo nas notas “antigas”: do cruzeiro para o novo cruzeiro, de volta ao cruzeiro, depois para o cruzado, o cruzado novo, de volta ao cruzeiro, e, finalmente, o cruzeiro real e o real. Mas, acima de tudo, é um livro onde estão presentes o drama e o humor das profundas mudanças que ocorreram na cultura e na sociedade do Rio Grande do Sul, do Brasil e do mundo. Nestas três décadas, vimos a força do tempo mudar radicalmente as famílias, os hábitos culturais, políticos e comerciais. Até mesmo os sucessos musicais passaram por nós como cometas.


E nesta empolgante viagem pela história recente do Rio Grande, vamos perceber toda a força do tempo, que passa por nós velozmente, mostrando que tudo pode mudar, até as convicções. O certo é que vivemos em um estado melhor do que aquele em que viveram os nossos pais e avós, simplesmente por ser este o nosso tempo, e, sendo assim, é o único que podemos transformar.

E para as coisas que o tempo não nos permitiu avançar, fica a esperança de que nos próximos anos, quando as transformações serão ainda mais velozes, a sociedade gaúcha consiga convergir rumo à equidade e à prosperidade, com a paixão que nos diferencia, mas com a humildade de ler os recados do passado.

Este livro é uma homenagem àqueles que tiveram a coragem e a grandeza de dedicar parte de suas vidas ao Estado do Rio Grande do Sul.

KARIM MISKULIN
INSTITUTO VOTO





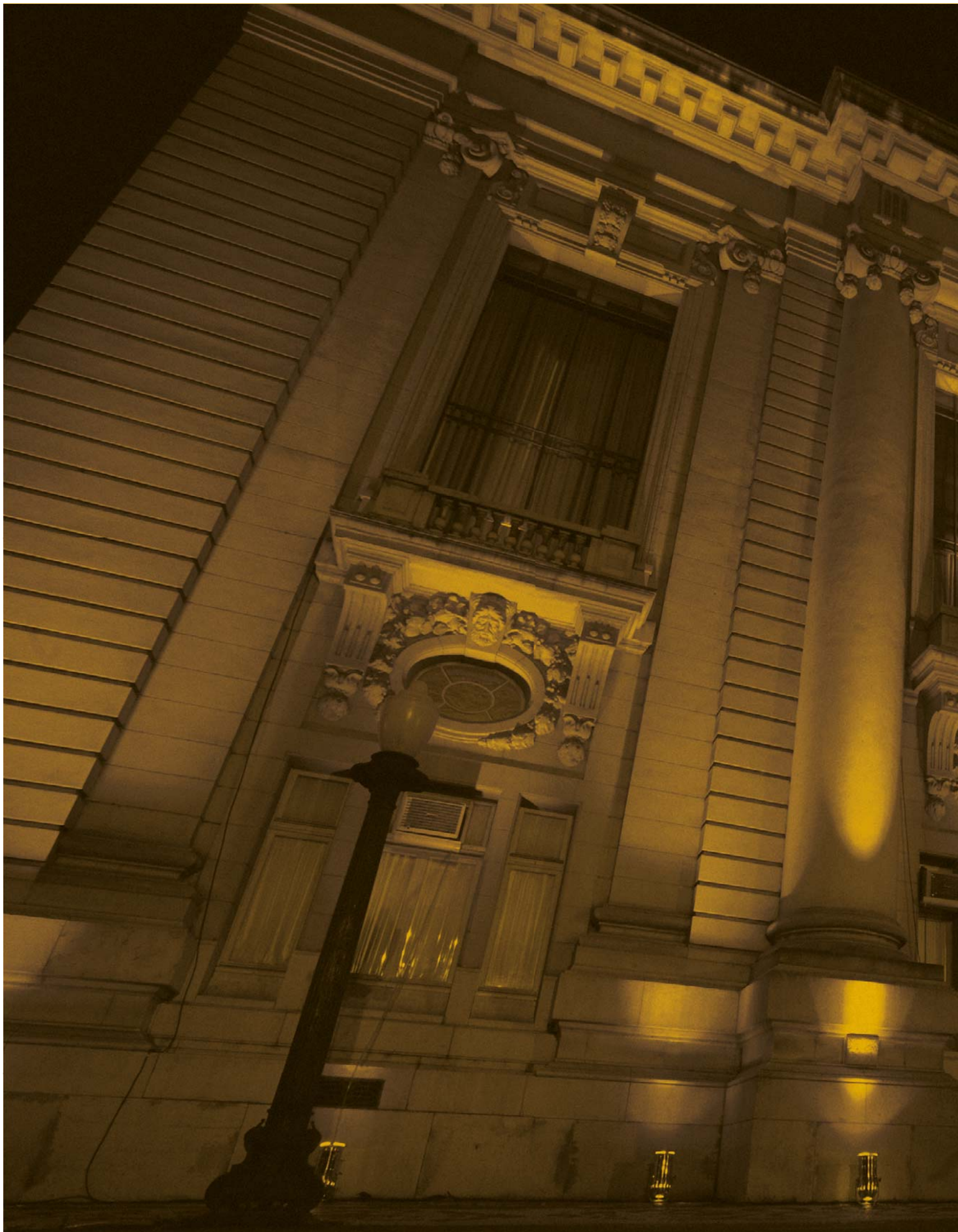
A história política do Brasil se mistura à do Rio Grande do Sul. Se a década de 1980 ficou marcada no País como um período de redemocratização, a sociedade gaúcha teve papel fundamental na defesa das liberdades e dos anseios do povo brasileiro.

A partir de 1982, a cultura do Rio Grande do Sul pôde voltar a florescer livremente. Esta narrativa, que envolve música, literatura, fotografia, economia e política, merecia ser eternizada. O livro *Recontando a história do Rio Grande do Sul* o faz com maestria, através da voz dos oito governadores que, terminado o regime militar, foram eleitos democraticamente como representantes do povo.

A Souza Cruz muito se orgulha de ter colaborado com o desenvolvimento de um estado cuja história é tão rica. Há 110 anos no Brasil e 95 anos no Rio Grande do Sul, a Empresa estabeleceu ali a sua casa. A Souza Cruz assumiu os compromissos dos rio-grandenses e investiu no estado respeitando sempre o amor à terra, a preocupação com a sustentabilidade e o apego às tradições.

Apoiar o livro *Recontando a história do Rio Grande do Sul* é, para a Souza Cruz, mais do que difundir um material histórico. É uma forma de agradecer ao povo gaúcho, que, durante quase um século, recebe a Empresa de forma tão afetuosa.

EDUARDO BUTTER SCOFANO
SOUZA CRUZ S.A.





JAIR SOARES 10

PEDRO SIMON 28

46 ALCEU COLLARES

ANTONIO BRITTO 64

OLIVIO DUTRA 82

100 GERMANO RIGOTTO

120 YEDA CRUSIUS

TARSO GENRO 138



RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL
RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL
RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL



1983 JAIR SOARES 1986

DE DOSSUL
O GRANDE DOSSUL
EIO SUANRIO GRANDE DO SUL

Foto: Jefferson Bernardes



Jair de Oliveira Soares nasceu em Porto Alegre em 26 de novembro de 1933 e, portanto, completa 80 anos em 2013, 30 anos após assumir o cargo de governador do estado como o primeiro chefe do Executivo escolhido pelo voto popular desde 1962. Estava com 50 anos quando iniciou o mandato, após ter vencido as eleições de outubro de 1982. Representando o Partido Democrático Social (PDS), sucessor da antiga Aliança Renovadora Nacional (Arena) e antecessor do atual Partido Popular (PP), Soares derrotou os principais líderes de alguns dos partidos que, reunidos no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), estiveram na oposição ao regime militar: Alceu Collares, do Partido Democrático Trabalhista (PDT); Olívio Dutra, do Partido do Trabalhadores (PT), e Pedro Simon, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Casado com Dionéia, tem três filhas. Formou-se odontólogo pediátrico em 1961 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e, depois, em 1976, graduou-se em Direito na mesma universidade. Atualmente, não exerce nenhum cargo político, mas trabalha de forma intensa na preparação de suas memórias. Já editou um livro, *Uma vida em ação – Memórias políticas* (Vol. I), de 2012, e em 2013 deve lançar o segundo volume. Está preparando a terceira e última parte, complementando a narrativa de sua longa carreira política que começou na década de 1950, quando se filiou ao Partido Social Democrático (PSD), após ter ingressado no serviço público estadual por concurso, no segundo governo de Ernesto Dornelles (31/1/51 a 24/3/55). Com sólida formação religiosa católica, Soares desde a infância sempre se destacou por duas características: disciplina e memória. Estudou no Colégio Anchieta, dos jesuítas. Foi chefe de gabinete do secretário de Obras Públicas Euclides Triches, no primeiro governo de Ildo Meneghetti (25/3/55 a 24/3/59). Em seguida, foi chefe de gabinete do então presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gustavo Langsch, em 1960. Logo depois de formado, foi trabalhar como dentista da Assembleia, cargo que manteve quando assumiu a chefia do Departamento de Compras do Estado no governo de Walter Peracchi Barcelos (12/9/66 a 14/3/71) e, no mesmo governo, o cargo de secretário da Administração. Foi secretário da Saúde do Rio Grande do Sul durante seis anos, a partir de 1971, no governo Euclides Triches, até 1977, no governo de Sival Guazelli, quando se desincompatibilizou para ser eleito deputado federal, em 1978. Em 1979, foi nomeado ministro da Previdência no governo do general João Figueiredo. E em 1982 foi eleito governador do Rio Grande do Sul.

Jair Soares é famoso por seus cuidados com a saúde, apresentação sempre impecável e memória invejável.

AMBIENTE POLÍTICO | DIFICULDADES EM TEMPOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO

Em 1982, o Brasil comemorou o retorno das eleições diretas e de outras práticas democráticas, como liberdade partidária e propaganda eleitoral em rádio e televisão. E dessa forma a transição do sistema autoritário para a democracia plena, conhecida como abertura política, ingressou no seu derradeiro capítulo, concluído em 1986, com a eleição direta para a Presidência da República e a instalação do Congresso Nacional Constituinte.

Algumas características especiais da eleição realizada em 15 de novembro de 1982 merecem registro. Não eram permitidas as coligações partidárias eleitorais, e o voto era vinculado. Ou seja, os eleitores deveriam votar em um só partido para todos os cargos em disputa. As alianças, após sua introdução, passaram a ser acertadas com a distribuição explícita de cargos públicos avaliados conforme tabelas de equivalências conhecidas apenas pelas lideranças partidárias. Não existia, igualmente, o segundo turno nas grandes cidades, outro recurso criado posteriormente, como no caso das alianças, supostamente para fortalecer a governabilidade. Jair Soares, por exemplo, foi eleito com 34,1% dos votos válidos. Outro fato marcante: faltando cerca de seis horas para terminar a apuração, o resultado final era ainda indefinido, quando então Pedro Simon surpreendeu a todos ao reconhecer, antecipadamente, a vitória de Soares. Isso, segundo analistas, teria desmobilizado os fiscais de apuração, com possíveis reflexos no resultado final. Simon ficou com 33,5% dos votos, apenas 0,6% menos do que Jair Soares.

As eleições de 1982 também desmentiram a crença de que a população do Brasil, e do Rio Grande do Sul em particular, seria majoritariamente contra o governo militar: o PDS elegeu nove governadores e 235 deputados federais de um total de 479. Finalmente, é interessante notar que todos os candidatos do pleito no Rio Grande do Sul, nos anos seguintes, viriam a governar o estado, mas nenhum deles teria a oportunidade de exercer um segundo mandato (ao menos até o ano de 2013, quando este livro foi finalizado).

Nesse contexto, foi eleito pelo PDS o jovem e entusiasmado Jair Soares. Muitos políticos e analistas da época, baseados na fragilidade da administração anterior, subestimaram a capacidade do novo governador de comandar com eficiência a pesada máquina pública rio-grandense. Ele contava a seu favor, porém, com alguns fatores: a diversificada e sólida experiência administrativa; o ambiente político favorável, que neutralizava em parte as turbulências econômicas; e, ainda, a inexistência de um grande sistema de controles, formais e informais, que hoje ameaça paralisar a administração pública brasileira, em geral, e também a do Rio Grande do Sul.

Muitos políticos e analistas da época, baseados na fragilidade da administração anterior, subestimaram a capacidade de Jair Soares em comandar com eficiência a pesada máquina pública rio-grandense. Ele contava a seu favor, porém, com uma diversificada e sólida experiência administrativa; o ambiente político favorável, que neutralizava em parte as turbulências econômicas; e, ainda, a inexistência de um grande sistema de controles, formais e informais, que hoje ameaça paralisar a administração pública.

De fato, na jovem democracia brasileira, apenas ensaiavam suas primeiras ações partidos, corporações do funcionalismo e movimentos ideológicos extremistas, destacando-se, no caso do Rio Grande do Sul, as mobilizações que recebiam os rótulos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e do então Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS), e que atuavam sob orientação de facções do Partido dos Trabalhadores (PT).

O drama de Tancredo e os reflexos no Sul

No âmbito político nacional, o País viveu um trágico acontecimento que se iniciou em 14 de março de 1985, com o anúncio da doença de Tancredo Neves. O vice, José Sarney, no dia seguinte, assumiu o exercício provisório da Presidência. Seguiram-se a morte de Tancredo Neves, em 21 de abril, e, finalmente, a confirmação de Sarney como presidente, em maio de 1985. Logo após a confirmação de Sarney, também foi aprovada uma emenda constitucional de importância fundamental: ela restabeleceu as eleições diretas para as prefeituras das cidades consideradas como áreas de segurança nacional, abrandou as exigências para registro de novos partidos e estabeleceu a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, para a elaboração de uma nova Carta-Magna.

Mas a ideia de uma Assembleia Constituinte exclusiva foi abandonada, em troca de um Congresso com poderes de Constituinte, eleito em novembro de 1986, empossado em fevereiro de 1987. Esses fatos relevantes na esfera nacional, somados à experiência de Soares, livraram seu governo da polarização extremada que contaminaria outros governos regionais no futuro.

No entanto, o Brasil mergulhou em uma das mais graves crises econômicas de sua história, com inevitáveis reflexos no Rio Grande do Sul, como a redução dos investimentos e uma fulminante concentração de renda. Ainda

assim, foram muitas as obras realizadas (*confira na entrevista com o ex-governador*). Cabe citar aqui a ampliação da atividade do Laboratório Farmacêutico do Estado (Lafergs), que produzia um grande número de medicamentos, destacando-se antibióticos, vitaminas e até ácido acetilsalicílico. O Lafergs chegou a distribuir mais de 300 milhões de comprimidos.

Imprensa

Foi no governo de Jair Soares que começaram a ocorrer mudanças importantes na imprensa do Rio Grande do Sul. Na véspera de completar um século, deixou de existir a Cia. Jornalística Caldas Junior, que chegou a ser um dos mais poderosos grupos de comunicação do País, editora do *Correio do Povo* e proprietária da influente Rádio Guaíba, entre outros veículos. O *Correio do Povo* deixou de circular em 16 de junho de 1984 e só regressaria em 1986 (com rádio e TV), nas mãos de um *commodity broker* que também atuava na industrialização de soja, principalmente nos Estados Unidos, chamado Renato Ribeiro. O grupo NH, de Novo Hamburgo, lançou um tabloide diário muito bem feito, *O Estado do Rio Grande do Sul*, em Porto Alegre, mas publicou apenas 13 edições. O grupo Gazeta Mercantil criou uma empresa local e lançou um jornal em tamanho *standard*, o *Diário do Sul*, em novembro de 1986, um *quality paper* que circulou até o final de setembro de 1988. O jornal deixou de circular, a despeito de seu sucesso editorial. O projeto previa a conquista de sócios locais para dar continuidade ao empreendimento, fato que não se concretizou.

Legislativo

No período de governo de Jair Soares, os presidentes da Assembleia Legislativa foram os deputados Antenor Ferrari (PMDB), Carlos Renan Kurtz e Waldomiro Lima (ambos do PDT). A Assembleia, por sinal, contava com

representantes eleitos apenas pelo PDS, PMDB e PDT. E durante a legislatura foi criada a bancada do Partido da Frente Liberal (PFL). Alguns parlamentares ocuparam importantes funções no Executivo, destacando-se Adylson Motta, chefe da Casa Civil até o ano eleitoral, em 1986. Jarbas Lima assumiu a Secretaria da Justiça em 1984, e Romeu Martinelli foi secretário da Segurança Pública. O deputado Horst Volk foi secretário da Cultura por um ano. Empresário em Gramado, Volk mais tarde enfrentaria graves problemas nas suas relações com o fisco.

O PT nesta legislatura não tinha representante eleito. Mas as bancadas se movimentaram bastante. O PDS, que começou a legislatura com 23 parlamentares, apesar de ser governo, terminou o período com apenas 16. O PMDB começou e terminou a legislatura com 21 representantes. O PFL, que não existia, terminou a legislatura com cinco parlamentares. O PDT começou a legislatura com 12 deputados e terminou com 14.

Gestão pública

Jair Soares dedicou atenção a alguns temas, em especial. Universalizou o concurso público como única forma de ingresso de funcionários efetivos em qualquer órgão público, incluindo administração indireta. Em consequência, o número total de funcionários civis e militares das administrações direta e indireta, que era

de 210.318 em 15 de março de 1983, caiu para 204.083 em 28 de fevereiro de 1987.

As outras duas prioridades foram educação, com a construção de 5 mil novas salas de aula, e a saúde, promovendo a redução da taxa de mortalidade infantil estadual de 34,45 por mil crianças nascidas vivas, em 1980, para 26 em 1986, a menor do Brasil. Já a expectativa de vida foi, em 1986, a mais alta do país: 74 anos para as mulheres e 66 anos para os homens.

No seu quadriênio, Jair Soares defendeu insistentemente uma reforma no sistema federativo. Segundo seus cálculos, em 1986 o governo da União detinha 62% da arrecadação, enquanto que os estados e municípios ficavam com, respectivamente, 22% e 17%, uma distribuição inviável quando comparada com as atribuições de cada um dos entes. Pouca mudança ocorreu desde então. Os dados mais recentes, de 2010, 27 anos depois, mostram que a União ficou com 57% da arrecadação, sendo 51,4% disponíveis. Os estados ficaram com 24,7% da arrecadação total, e os municípios, com 18,3%.

Finalmente, o governo de Jair Soares não impediu a manutenção de um déficit crescente em moeda atualizada. De fato, de 1985 para 1986 o déficit caiu de 5,1 bilhões de cruzados para 3,45 bilhões de cruzados. Mas se a referência for o real em maio de 2013, ocorreu um aumento, de R\$ 1,5 bilhão em 1985 para R\$ 2,2 bilhões em 1986.

No seu quadriênio, Jair Soares defendeu insistentemente uma reforma no sistema federativo. Segundo seus cálculos, em 1986 o governo da União detinha 62% da arrecadação, enquanto que os estados e municípios ficavam com, respectivamente, 22% e 17%, uma distribuição inviável quando comparada com as atribuições de cada um dos entes. Pouca mudança ocorreu desde então.

ECONOMIA | AGRICULTURA EM QUEDA, TRANSPORTES EM ALTA

Quando Jair Soares assumiu, em março de 1983, a economia do Rio Grande do Sul vivia um momento contraditório. Em fevereiro, um mês antes da posse, o presidente Figueiredo inaugurara uma obra de imensa importância regional, o Polo Petroquímico de Triunfo, que chegou a representar praticamente 4% da economia gaúcha. Ao mesmo tempo, porém, como já foi mencionado, o Brasil estava mergulhado em uma das mais graves crises econômicas de sua história, caracterizada por dramático desequilíbrio cambial, hiperinflação e virtual falência da administração pública. Esse quadro era agravado pela indiferença da União em relação a alguns desafios críticos para o País, em geral, e o Rio Grande do Sul, em particular, como os conflitos agrários e a decadência dos serviços públicos de educação, saúde, segurança e infraestrutura em um país que ostentava uma das mais assustadoras concentrações de renda do planeta.

Em 1984, a inflação chegou a 230% ao ano. E o endividamento externo levou o general João Figueiredo a bater na porta do Fundo Monetário Internacional (FMI). Coincidentemente, tendo adotado algumas das restrições solicitadas pelo FMI, ainda em 1984 o Brasil saiu da recessão com crescimento de 7%, explosivo incremento das exportações e aumento na produção de petróleo. Mas o País estava longe da estabilidade. No governo do presidente José Sarney, já na chamada Nova República, com a inflação novamente em louca disparada, foram adotadas medidas modernizadoras, apesar dos fracassos dos planos econômicos.

O primeiro deles foi o Plano Cruzado, de fevereiro de 1986, comandado pelo ministro

Dilson Funaro e que mudou a moeda, extinguiu a correção monetária, introduziu o gatilho salarial e criou o seguro-desemprego, entre outras medidas. Mas o cruzado deu com os burros n'água com a tentativa infrutífera de tabelar os preços sem que os produtos sumissem das prateleiras. E também não funcionou a regra do gatilho salarial, segundo a qual os salários seriam corrigidos sempre que a inflação alcançasse 20% acumulados.

Em 1987, quando Soares estava deixando o governo, foi anunciado o Plano Bresser, que sucedeu o Cruzado. Mas a inflação voltou a subir, atingindo 366% no ano e derrubando o plano e seu mentor, o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. Na sequência, veio o Plano Verão, de Mailson da Nóbrega, em 1989, com o Cruzado Novo. Novo fracasso. E então a hiperinflação brasileira realmente explodiu como se fosse uma nave interplanetária. Até o anúncio do Plano Collor.

No período de Jair Soares, igualmente o Rio Grande do Sul não conseguiu melhorar no ritmo desejável a base de sua economia, que é o agronegócio. A safra do último ano de Amaral de Souza, colhida no começo do governo Jair Soares, em 1983, representou 25,11% das 52,431 milhões de toneladas colhidas no Brasil. Então ocorreu o primeiro sinal de perda de posição. Na safra plantada no último ano de Jair Soares e colhida nos primeiros meses de administração de Pedro Simon, em 1987, as 12,250 milhões de toneladas colhidas representaram apenas 18,47% da safra brasileira, de 66,308 milhões de toneladas. Haveria ainda uma reação na última safra de Simon, colhida no início da administração de Alceu Collares, em 1991, com 17,360 milhões toneladas, contra 68,4 milhões do Brasil, ou 25,38%. Mas logo em seguida iniciaria o declínio para um novo patamar da representação da safra gaúcha sobre a brasileira.



Transportes

No período de Jair Soares, diretamente ou através de empreiteiras especializadas, foram realizados trabalhos importantes nas rodovias, com 1.392 km de terraplanagem, 842 km de asfaltamento e ainda 3.100 metros de obras de arte especiais. E em colaboração com os municípios foram construídos 1.469 km de estradas municipais.

Também no setor hidroviário foram realizadas obras para manter ou expandir o sistema. Nos

canais de acesso aos portos e para manter profundidade e assegurar navegabilidade, por exemplo, foram realizados 4,378 milhões de metros cúbicos de dragagem. Também foram fortalecidos os molhes de Rio Grande e, o mais importante, foi implantado o Terminal de Contêineres no então chamado Superporto de Rio Grande, graças a um consórcio entre o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC) e empresas privadas. Com o novo terminal, a movimentação de contêineres cresceu de 75 mil toneladas em 1980 para 400 mil em 1986.

Além disso, o Rio Grande do Sul, como o estado que possui o maior número de aeroportos do País, realizou, no período de 1983 a 1986, obras importantes em dez aeroportos, incluindo a pavimentação de 346.296 m², além de preparados os terrenos para a pavimentação de mais 73.700 m² em outros quatro aeroportos.

Trensurb

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb) foi criada em abril de 1980 para implantar e operar uma linha de trens urbanos no Eixo Norte da Região Metropolitana de Porto Alegre, atendendo diretamente às populações dos municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo.

A empresa começou a ser idealizada a partir de 1976, através de estudos desenvolvidos pelo Geipot, o respeitado Grupo Executivo de Integração das Políticas de Transportes da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes. O Geipot justificou o projeto pela perspectiva de redução do fluxo de veículos na BR-116, já saturada à época, e pela oferta, à população dos municípios mencionados, de uma alternativa de transporte com baixo custo e com maior rapidez, segurança, conforto e capaz de absorver uma demanda inicialmente prevista na casa dos 300 mil passageiros por dia.

Entre 1980 e 1985, foram realizadas as obras de implantação do sistema. Em 1984, desembarcaram em Porto Alegre os 25 Trens Unidades Elétricas, adquiridos no Japão. Em março de 1985, foi inaugurado o primeiro trecho, com 27 quilômetros de extensão e 15 estações, ligando Porto Alegre a Sapucaia do Sul e cruzando os municípios de Canoas e Esteio. Em 1997, a Trensurb chegou à cidade de São Leopoldo, com a inauguração da

Estação Unisinos, e em 2000 foi aberta a Estação São Leopoldo. Em julho de 2012, começaram a operar comercialmente mais duas estações: Rio dos Sinos, também em São Leopoldo, e Santo Afonso, já em Novo Hamburgo. Assim, a linha alcançou uma extensão de 39 quilômetros, e para isso foram necessários 33 anos.

A conclusão do projeto original, até a área central do município de Novo Hamburgo, já está em implantação e prevê a construção de mais 4,4 quilômetros em via elevada e três estações. Além disso, em Canoas, a empresa terá um trecho com passagem subterrânea, deixando de dividir a cidade ao meio em uma região crucial. E atualmente (2013), a empresa está se preparando para a construção da chamada Linha 2, dentro de Porto Alegre.

Informações estatísticas

Uma sociedade que não disponha de informações estatísticas atualizadas e confiáveis anda às cegas. Assim, uma iniciativa importante adotada no governo de Jair Soares foi a de determinar que se iniciasse o acompanhamento sistemático da economia, com o cálculo dos principais indicadores, inclusive do PIB, tarefa que coube à Fundação de Economia e Estatística (FEE). A FEE divulgou pela primeira vez o desempenho do PIB gaúcho em 1986, comparado com os números levantados em 1985. No último ano da administração Soares, o PIB do Rio Grande do Sul cresceu 4,7%, contra 7,5% do Brasil. Em 1983, o PIB gaúcho teve uma variação de 1,0% negativo, recuperando-se em 1984, com aumento de 5%. E em 1985 o PIB RS voltou a crescer: 2,3%. No governo de Jair Soares o crescimento acumulado do PIB estadual foi de 11,34%.

COTIDIANO | VIDA PACATA E POUCA TECNOLOGIA

A gestão de Jair Soares se iniciou em meio a um cenário de transição democrática, em que o povo nas ruas clamava por eleições diretas para presidente da República e as paralisações e greves começavam a espocar para todos os lados, a intenção era de revigorar a economia, o que não foi tarefa fácil nem alcançável, uma vez que, entre outros motivos, depois da safra recorde em março de 1983, as outras tiveram queda, o que prejudicou a tradicional base da economia gaúcha.

No âmbito internacional, ainda sob os ditames da Guerra Fria entre EUA e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o governo Ronald Reagan promovia o militarismo, com suas intervenções, e o papa João Paulo II corria o mundo, tornando-se fenômeno de mídia e falando para multidões. No Brasil dos grandes conflitos sociais, havia 30 milhões de menores precisando de atendimento. Era o auge do turismo uruguaio na fronteira gaúcha, e momento da ascensão internacional de dois jogadores oriundos da dupla Grenal: o colorado Falcão, que naquele ano se tornaria o rei de Roma, com a conquista do título italiano, e o gremista irreverente Renato Portaluppi, herói do Grêmio campeão da Libertadores e do Mundo, em 1983. No tênis, Björn Borg se destacava e Nelson Piquet tornava-se mais vitorioso do que nunca na Fórmula-1.

Em um clima de tensão externa mundial, a discussão em torno do desarmamento e da retirada de mísseis eram pautas urgentes. Os conflitos no Chile de Pinochet e na Nicarágua, com os sandinistas, na América do Sul, intensificam-se.

No campo social, o arrocho salarial e a alta inflação que se avizinhava diminuem o poder aquisitivo do trabalhador. Na paisagem urbana, uma grande novidade: o aeromóvel é testado. Porto Alegre poderia ganhar nova alternativa de transporte, o que acabaria ficando para mais

tarde. Nas ruas das grandes cidades, quebra-quebra de ônibus, decreto salarial e o movimento sindical preocupado com a crise. Mais demissões nas fábricas. Na Polônia, Lech Valesa comanda o Solidariedade, que inspiraria as lutas sociais em um Brasil ávido por liberdade e protagonismo.

Muita coisa estava mudando no País. A construção civil encontrava-se em crise, o Banco Nacional da Habitação (BNH) era questionado e o debate sobre o voto distrital voltava. No ambientalismo, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) se destacava, servindo de modelo para todo o País. A música perdia a cantora Clara Nunes, vítima de uma operação mal-sucedida. Enquanto isso, a bela atriz Cristiane Torloni brilhava no Festival de Gramado, e o velho guerreiro Chacrinha convalescia fora das telas. Nas universidades, o movimento oposicionista crescia, ao mesmo tempo em que se abria espaço também a um modo de convivência mais comunitário e espontâneo, que se liberava, paulatinamente, da repressão do regime militar.

O leite contaminado de algumas marcas assustava as famílias e a sociedade. Os ecologistas se uniam para salvar o rio Gravataí, e o governo federal dizia que não queria Copa do Mundo no Brasil. Mais de 300 mil gaúchos estavam sem trabalho. Em decorrência disso, crescia o fluxo migratório para outras regiões do País, com destaque para Rondônia. Mas nem tudo era tristeza e dificuldade na conjuntura econômica e no comportamento social. O inovador Joãozinho Trinta, “o revolucionário da alegria”, viria a Porto Alegre para discutir alternativas para o carnaval gaúcho, em um estado que sofria com enchentes, vendavais e os problemas gravíssimos do hospital Santa Casa de Misericórdia, que pouco mais tarde seriam equacionados.

Na moda, Luíza Brunet arrebatava o Brasil nas passarelas. Enquanto isso, a relação dos EUA com a União Soviética ficava estremeçada. Na política interna, o cacique Juruna, que chamou

ministros de ladrões, enfrentou pedido de cassação na Câmara Federal. Liminares contra o BNH explodem, com os mutuários enfurecidos e cheios de incerteza quanto ao futuro. No campo das celebridades, duas perdas significativas: a do político Teotônio Vilela, um dos símbolos da abertura política, e a da romancista Janete Clair, que ajudou a renovar a televisão brasileira e influenciou costumes, com suas tramas de sucesso.

No dia a dia dos gaúchos, a popularização do computador viria a modificar a rotina de atendimento das lojas e o relacionamento com os clientes. Na moda, o linho e o algodão dão o tom, sendo que nos modelos, cortes e linhas de inverno o Rio Grande do Sul influencia, ainda mais, o País. É a tônica de um estado que discute o médium Garrincha, de Uruguaiana: milagreiro ou farsante? Outra polêmica que prenderia a atenção dos gaúchos no plano dos usos e costumes: a dissolução do relacionamento de Teixeira, o mais popular dos compositores gaúchos, com Mary Teresinha.

Na TV gaúcha, ninguém era mais conhecido e reconhecido na época do que a jornalista Maria do Carmo Bueno, ou apenas Maria do Carmo. Durante 18 anos, ela foi o rosto e a personalidade do *Jornal do Almoço*, na RBS TV, programa que apresentou até a decisão de entrar para a política. Eleita deputada estadual com mais de 200 mil votos no pleito de 1994, foi reeleita no pleito seguinte, abandonando o parlamento em 2002. Antes, havia concorrido a vice-governadora na chapa de Nelson Marchezan, em 1990, e para a prefeitura de Porto Alegre, em 1996. Ao deixar a Assembleia Legislativa, trabalhou de 2003 a 2004 na TV Band, seguindo depois para a Ulbra TV como diretora de jornalismo, onde ficou até 2009. Atualmente, comanda o programa *Guaíba Revista*, na Rádio Guaíba.

A droga, especialmente a cocaína, com as conexões internacionais que passavam pela nossa capital, já era problema. A violência aumentava, sobretudo a decorrente do tráfico. Roberta Close aparecia, discutindo o direito dos transsexuais, enquanto que nas Olimpíadas o nadador Ricardo Prado fazia sucesso. Em Roma, o Vaticano manda chamar o teólogo Leonardo Boff, um dos maiores expoentes da Teologia da Libertação, para interrogatório. Mais tarde, Boff seria condenado a fazer voto de silêncio, o que seria um duro golpe nos idealizadores e seguidores de um movimento que fazia a opção pelos pobres e o campesinato.

Na medicina, o Rio Grande do Sul entrava de vez na era dos transplantes de órgãos, tornando-se referência para o Brasil e a América Latina. Ainda na área da saúde, os jornais noticiavam que a Aids chegava ao estado, causando as primeiras vítimas. Na lendária praia do Rosa, em Santa Catarina, morre o compositor Carlinhos Hartlieb, enquanto que por aqui o intrépido juiz Luiz Francisco Barbosa, o Barbosinha, movimentava o Judiciário com seu perfil nada convencional e bastante independente na condução das contendas.

As intempéries e as surpresas climáticas são marcas do período em que Jair Soares governou o estado, inclusive com direito a neve até mesmo em Porto Alegre, no dia 4 de agosto de 1984. O gaúcho Pedro Simon, que viria a ser o próximo governador, assume o Ministério da Agricultura no governo de José Sarney. No Ginásio Gigantinho, 20 mil professores sustentam paralisação clamando por melhores salários e condições de trabalho na educação. E enquanto o insinuante cantor Ney Matogrosso revoluciona costumes com suas performances andróginas à frente do grupo

As intempéries e as surpresas climáticas são marcas do período em que Jair Soares governou o estado, inclusive com direito a neve até mesmo em Porto Alegre, no dia 4 de agosto de 1984. No Ginásio Gigantinho, 20 mil professores sustentam paralisação clamando por melhores salários e condições de trabalho na educação.

Secos & Molhados, Lima Duarte faz sucesso na novela *Roque Santeiro*. No campo, o conflito entre fazendeiros e colonos sem terra se acirra, tendo a Fazenda Annoni como palco principal. Em nível nacional, o ministro Dilson Funaro introduz uma série de medidas econômicas que agradam a alguns setores, mas descontentam a outros, como os supermercadistas e os proprietários rurais, em função do tabelamento de preços.

A população fica chocada ao saber que integrantes da que ficou conhecida como Gangue da Praça da Matriz assassinaram, a pontapés, um jovem rapaz que caminhava na rua em Atlântida. Era a violência chegando também ao litoral. No plano internacional, François Mitterrand conduzia a França, e um acidente ambiental abalava a opinião pública de todo o planeta: a radioatividade aumentava na Europa, em função dos danos causados pela explosão da usina nuclear de Chernobyl, na Rússia. A atenção com as questões envolvendo a preservação do meio ambiente, mesmo as mais singelas, como não jogar lixo nas ruas, começa a crescer.

A revolução sexual das décadas de 1960 e 1970 deixaria suas marcas com a discussão em torno do casamento, dos relacionamentos afetivos e de gênero. Não por acaso Fernanda Torres seria escolhida a melhor atriz no Festival de Cannes por sua atuação em *Eu Sei Que Vou Te Amar*, de Arnaldo Jabor. No Brasil do Plano Cruzado, é necessária a importação de carros, e os problemas na pecuária crescem, em função do tabelamento de preços. No sistema financeiro, a mudança fica por conta dos bancos, que passam a abrir em novo horário e mudam a rotina

das cidades. No esporte, o argentino Diego Maradona consagra-se como o melhor jogador da Copa de 1986, no México.

Em uma época em que a sociedade e a família possuíam, no geral, uma estrutura mais tradicional, a vida era mais pacata. Almoçava-se em casa, a liberdade sexual era menor, havia mais segurança, educação de qualidade e menos edifícios. Na bucólica Porto Alegre, algumas casas mantinham as janelas abertas a qualquer hora do dia ou da noite. Vivia-se mais, com menos tecnologia, serviços e produtos importados. Engarrafamentos, só de vez em quando, como se a modernidade estivesse custando a chegar.

Na vida em sociedade, os clubes ainda faziam as regras, constituindo-se em local de encontro. No caso de Porto Alegre, havia as grandes festas do Leopoldina Juvenil, do Clube do Comércio, da Sogipa, do União, entre outros. A sociedade local se mobilizava em torno dos bailes de debutantes, casamentos, iniciativas de caridade e eventos esportivos, considerados grandes acontecimentos, aguardados o ano todo. Para quem frequentava restaurantes, havia o costume de optar por trajes mais formais. Era como se a rotina se revestisse de pompa e circunstância, com regras preestabelecidas de convivência, que emprestavam um ar solene a tudo que se fazia ou dizia. Há três décadas, em função de uma conjuntura diversa, que permeava valores e se valia de outros parâmetros tecnológicos, éticos e culturais, o cotidiano dos gaúchos era diferente. Talvez melhor, talvez pior, dependendo de quem avalia, mas certamente bem diferente.

A sociedade local se mobilizava em torno dos bailes de debutantes, casamentos, iniciativas de caridade e eventos esportivos, considerados grandes acontecimentos, aguardados o ano todo. Para quem frequentava restaurantes, havia o costume de optar por trajes mais formais. Era como se a rotina se revestisse de pompa e circunstância, com regras preestabelecidas de convivência, que emprestavam um ar solene a tudo que se fazia ou dizia.

CULTURA | TODOS OS SONS EM UMA ÉPOCA EFERVESCENTE

Os anos 80, no Brasil, de maneira geral, e também no Rio Grande do Sul, foram marcados por muita efervescência cultural, possivelmente em decorrência do período de maiores liberdades democráticas que se avizinhava, como se houvesse uma demanda e uma oferta represadas. Simultaneamente à eleição de Jair Soares para o governo do estado, em pleito realizado em 1982, os gaúchos vivenciaram de maneira marcante a eclosão de dois movimentos paralelos: o nativismo e a chamada MPG (música popular gaúcha), que incluía não apenas intérpretes e compositores, como Nei Lisboa, Nelson Coelho de Castro e Bebeto Alves, mas também dezenas de bandas de rock. Um dos grupos que antecedeu e influenciou este movimento, mas que se desfez em 1979, foi Os Almôndegas, que reunia os irmãos Kleiton e Kledir, o primo Pery Souza, mais os amigos Gilnei Silveira e Kiko Castro Neves. Canções como “Vento negro” (de José Fogaça, futuro prefeito de Porto Alegre), “Haragana”, “Até não mais” e “Canção da meia-noite” (esta incluída na trilha sonora da versão original da novela *Saramandaia*, em 1975), marcaram época, com uma mistura de pop rock sem deixar de lado a cultura rio-grandense.

O ano de 1983 marca o surgimento de ícones da cultura gaúcha, como a Rádio Ipanema FM, focada em rock’n’roll, o programa *Pra Começo de Conversa*, na TVE, inicialmente apresentado por Cunha Jr e sucedido por Eduardo “Peninha” Bueno (já na gestão de Cândido Norberto à frente da emissora), e o bar Opinião. Também neste ano surge o Musicanto, de Santa Rosa, festival que nasceu com o objetivo de renovar a música gauchesca, estabelecendo um paralelo mais moderno em relação à Califórnia da Canção Nativa, que então chegava à sua 13ª edição, sempre destacando a música gauchesca mais tradicional. Não foi à toa, portanto, que Nelson Coelho de Castro, um compositor tipicamente “urbano”, venceu a primeira edição do festival de Santa Rosa.

Os primeiros anos da década marcarão, assim, o surgimento de astros da música tanto na seara do pop-rock quanto do nativismo. Kleiton & Kledir, por exemplo, radicaram-se no Rio de Janeiro e emplacaram mais de 100 mil cópias de seu terceiro disco, quase simultaneamente à gravação do primeiro LP (long play) de Renato Borghetti, que chegou ao mercado com 20 mil cópias e logo alcançou também o disco de ouro, com mais de 100 mil unidades vendidas. De 1983 é o disco de estreia de Nei Lisboa, *Pra Viajar no Cosmos não Precisa Gasolina*, mesmo ano em que o poeta Mario Quintana lançou o livro *Lili Invento o Mundo*.

Ainda em 1983, em outubro, estreou a peça *Bailei na Curva*, montagem que no ano seguinte emplacaria sucessivas temporadas e se transformaria em um clássico do teatro gaúcho, tendo Márcia do Canto como musa do grupo teatral Do Jeito que Dá. Em 1984, os gaúchos (e o Brasil) comemoraram a reabertura do Theatro São Pedro, resultado do trabalho incansável de Eva Sopher, que conseguiu devolver à cidade um de seus mais queridos ícones culturais, passando a atrair para Porto Alegre montagens de renome nacional.

Eram tempos em que os chamados cinemas de calçada funcionavam a pleno vapor e inclusive se modernizavam, a exemplo do que ocorreu com os cines Cacique e Astor, que em 1984 passaram a oferecer som Dolby Stereo. Se nas telas faziam sucesso as produções gaúchas como *Verdes Anos* e *Me Beija*, ambos da Z Produtora, não se pode deixar de lembrar que predominavam no cinemas do País inteiro as produções da chamada Boca do Lixo de São Paulo, especializada em filmes de sexo explícito.

O lançamento das coletâneas *Rock Garagem* e *Música Popular Gaúcha* davam conta da profusão de talentos musicais da época, com mais de 40 bandas fazendo *shows* quase que diariamente, em mais de 60 casas noturnas de Porto Alegre com música ao vivo. Replicantes, Astaroth, Garotos da Rua, Valhala, TNT, Os Eles, Taranatiriça, Bixo da Seda, Cheiro de Vida e Leviatan, para citar apenas algumas, revezavam-se em locais como Theatro Mágico, Terreira da Tribo, Espaço IAB, Taj Mahal, Vinha D’Alho, Pulperia, Ocidente e Porto de Elis. Resultado: mais de 60 discos lançados pelas gravadoras como ACIT, Pialo, Quero-Quero e a recém-

criada RBS Discos. A propósito da RBS, é deste período a criação do programa *Galpão Crioulo*.

Na literatura, Luis Fernando Verissimo ganhava o Brasil com o surpreendente sucesso de *O analista de Bagé*, enquanto Lya Luft ganhava espaço com *Reunião de família*, seu terceiro livro de ficção, depois de *As parceiras* e *A asa esquerda do anjo*. O Instituto Estadual do Livro lançou na época a coleção “Autores gaúchos”, e em 1984 surge o bar da Feira do Livro de Porto Alegre, que chegava à sua 30ª edição, a cada ano com mais sucesso.

O Salão de Atos da UFRGS e o Instituto Goethe dividiam atenções, ao mesmo tempo em que a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa) passava a ocupar as dependências do antigo Teatro Leopoldina, atraindo a partir de então em média 800 pessoas por apresentação. A música parecia estar por todos os cantos, seja na voz de cantoras como Glória Oliveira, Flora Almeida, Marlene Pastro ou, ainda, com o hino de uma geração, *Horizontes*, na voz de Elaine Geissler, e também Adriana Calcanhoto, talento que começava a desabrochar em apresentações sempre lotadas nos bares da cidade. Os festivais Unificado de Rock, no Gigantinho, e Atlântida Rock Sul Concert faziam parte de uma programação que em 1985 contabilizou nada menos que 198 *shows* no ano e 100 discos gravados.

Em uma época em que Iberê Camargo e Xico Stockinger destacavam-se no cenário das artes

plásticas gaúchas, o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (Margs) celebrava os 80 anos de Ado Malagoli, que futuramente emprestaria seu nome à instituição. Enquanto no cinema Jorge Furtado e José Pedro Goulart ganhavam público e reconhecimento com o curta *O dia em que Dorival encarou a guarda*, consolidavam-se o Ponto de Cinema do SESC e a Cinemateca Estadual Sala Paulo Amorim, na Casa de Cultura Mário Quintana, como porto seguro para quem procurava estar atualizado. No teatro, afirmavam-se atores locais e produções que buscavam maior permanência em cartaz, tendo como destaque as peças *Cabeça Quebra Cabeça*, *Passagem para Java* e *A verdadeira história de Édipo Rei*.

Enquanto Nei Lisboa e Vitor Ramil assinavam contratos com a gravadora EMI/Odeon, Porto Alegre ganhava espaços dedicados à música instrumental, como Bogart, Sala Jazz Tom Jobim, Café Concerto e Cafetarium. Se o Salão de Atos da UFRGS e o Auditório Araújo Vianna acabaram fechados para reformas, os Engenheiros do Havaii estouraram no mercado nacional com o disco *Longe demais das capitais*. Adriana Calcanhoto seguia ganhando terreno e admiradores, com o *show* “Eu sei que estou errada”, enquanto as editoras gaúchas L&PM, Mercado Aberto, Tchê!, Sagra e Luzatto e Movimento celebravam muitos lançamentos. De 1983 a 1986, como se vê, a cultura esteve em plena efervescência no Rio Grande do Sul.

Encenação atual de *Bailei na Curva*, um dos marcos culturais do período.
Foto: Marcelo Liotti





DEPOIMENTO: JAIR SOARES

Experiência administrativa.

Eu conhecia todos os trâmites burocráticos da administração pública. Além disso, aprendi certas práticas para fazer a máquina funcionar, como trabalhar muito próximo dos secretários e visitar com frequência e sem aviso prévio os mais variados setores da administração pública. Quando estive na Secretaria de Obras aprendi com o almoxarife Socialino de Almeida Marques que “é preciso que todos se sintam observados e vigiados para que cumpram o horário, executem suas tarefas e mantenham a qualidade do trabalho”. Foi o que fiz como administrador, ministro e também governador.

Preferência por ser candidato no estado, deixando o Ministério da Previdência em razão de dificuldades de relacionamento com o presidente Figueiredo.

De jeito nenhum. Ao contrário, ele me chamava de “garoto de ouro” e disse isso para muita gente. A minha divergência sempre foi com o Serviço Nacional de Informações (SNI), na pessoa do general Otávio Aguiar de Medeiros, problema que começou no meu tempo como secretário da Saúde (de 1971 a 1977).

Medida de governo da qual tem muito orgulho.

Lembro de uma iniciativa que parece singela, mas não é. As empresas de tratamento de água se negavam a introduzir o flúor silicato de sódio na água a ser consumida pela população. Ora, já era sabido que ele reduzia em até 63% a incidência de cárie dentária. Consegui a aprovação de uma lei, e o flúor silicato de sódio passou a ser obrigatório. Até hoje os pais e avós não sabem por que seus filhos e netos raramente sofrem com cárie, ao contrário do que acontecia com eles, mesmo escovando os dentes e tendo uma boa alimentação.

▶ DEPOIMENTO: JAIR SOARES

Acompanhamento dos secretários de perto.

As pessoas esquecem que eram outros tempos. No meu governo existiam apenas cinco secretarias: Interior e Justiça, Fazenda, Agricultura, Educação e Obras Públicas. A Secretaria de Obras era uma máquina, pois estava tudo ali: Daer, DEPRC, Aeroviário, Comunicações/Telefonia, Viação Férrea, Turismo, e até a participação na Varig.

Recuperação da Santa Casa.

Na verdade, tudo começou quando eu estava no Ministério da Previdência. Um dia, o cardeal dom Vicente Scherer me procurou e contou que a Santa Casa não tinha dinheiro para nada e que até os salários estavam atrasados. E disse que precisava de 1 bilhão de cruzeiros (*equivalentes a R\$ 238,7 milhões, hoje*). Tranquilizei dom Vicente sobre o dinheiro, mas sugeri que fosse colocada uma pessoa capaz de gerir aquele grande empreendimento. A sugestão não foi aceita, mas o presidente Figueiredo aprovou o pedido. E o dinheiro foi para o ralo. Assim, em 1983, quando eu estava no governo gaúcho, a instituição vivia nova crise. Fiz um detalhado levantamento sobre as dificuldades e, em uma longa conversa com dom Cláudio Cölling, bispo de Porto Alegre desde a aposentadoria do cardeal dom Vicente, expus a situação e disse que não deixaria a Santa Casa ir à ruína. Pedi a ele, porém, que convencesse dom Vicente Scherer para aprovar a indicação de três profissionais que cuidassem da gestão. Eles assumiram, liberei os recursos, e então foi iniciada uma revolução que, aos poucos, ganhou reconhecimento. A Santa Casa conquistou outros apoios e hoje é um grande empreendimento reconhecido em todo o Brasil.

“

As empresas de tratamento de água se negavam a introduzir o flúor silicato de sódio na água a ser consumida pela população. Ora, já era sabido que ele reduzia em até 63% a incidência de cárie dentária. Consegui a aprovação de uma lei, e o flúor silicato de sódio passou a ser obrigatório. Até hoje os pais e avós não sabem por que seus filhos e netos raramente sofrem com cárie.

Outras iniciativas de destaque no governo.

Vou destacar três. A primeira é o Theatro São Pedro. Um dia, casualmente entrei no prédio e encontrei a dona Eva Sopher. Perguntei sobre a demora da obra, e ela disse que faltavam contribuições. Perguntei: “Quanto é que a senhora precisa para concluir essa reforma e reinaugar o teatro?”. Dona Eva não hesitou: “500 mil”. Prometi que passaria o dinheiro, e fiz isso rapidamente. As obras terminaram, e o Theatro São Pedro foi reinaugurado. Também desapropriei o prédio onde funcionou o Teatro Leopoldina, onde alojei a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa). E convidei o grande cirurgião Ivo Nesralla, atual diretor-presidente do Instituto de Cardiologia, para ser o diretor. Ele está lá até hoje, pois valoriza muito a cultura. E, em terceiro, tenho muito orgulho de ter construído os últimos dez andares do Centro Administrativo do Estado.

Pessoas que estiveram próximas e que o ajudaram muito durante o governo.

No livro *O Príncipe*, Maquiavel disse que não se deve dar intimidade para ninguém, nem para a mulher, e vice-versa. Há certa intimidade, mas tem um limite. Eu sabia que precisava ter alguém, um pequeno grupo de pessoas, que tivesse a liberdade e a disposição de me dizer o que se chama de verdade nua e crua. E este grupo felizmente eu tive, entre os quais lembro Adilson Motta, Gustavo Langsch, Clóvis Jacobi, Romeu Ramos, José Diogo Cirillo da Silva e o coronel Ubirajara.

Balanço da administração.

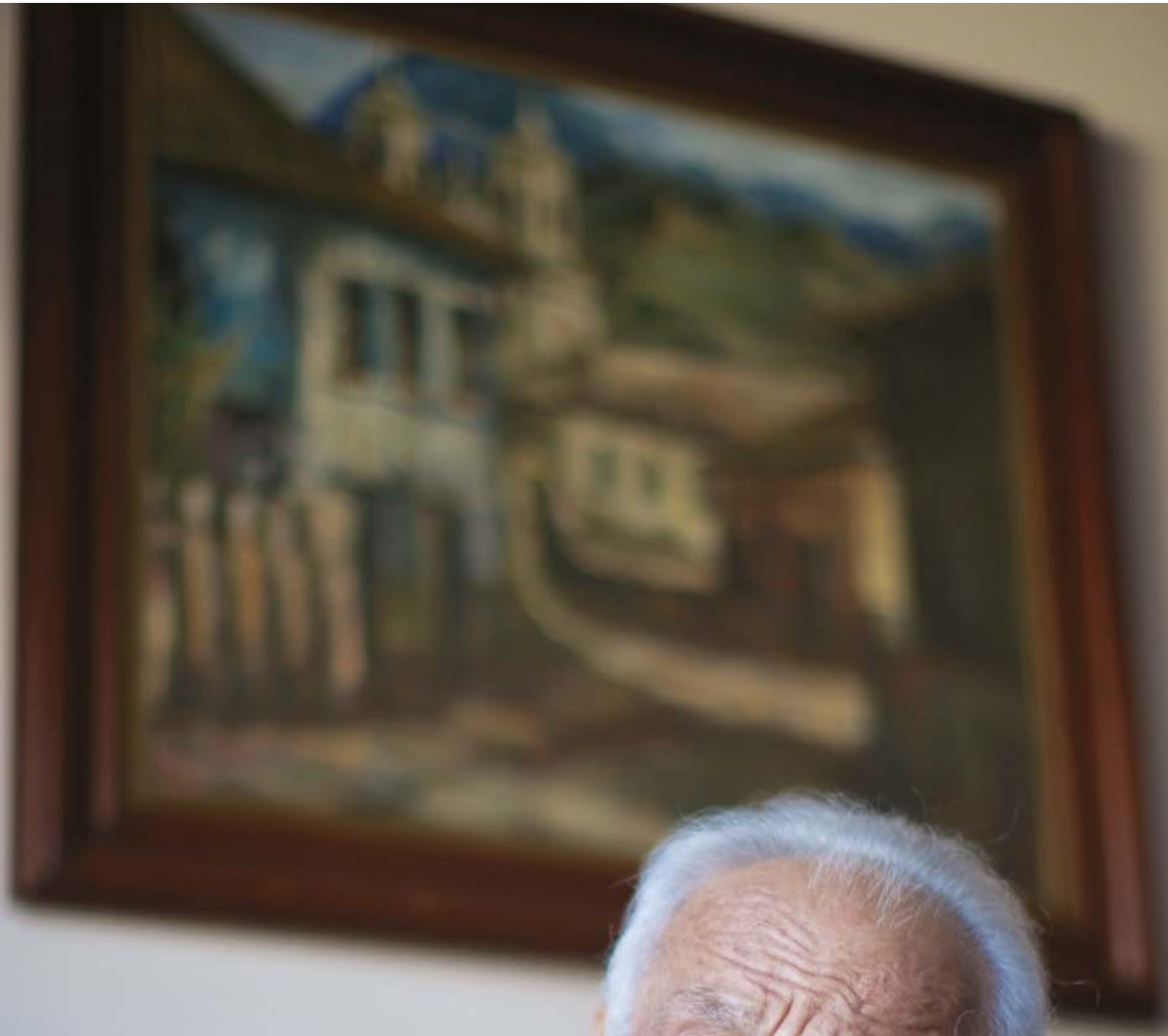
No início de meu governo baixei uma ordem de serviço, de número 1, determinando que o ingresso ao funcionalismo só se daria por concurso público, ficando proibidas as contratações extraordinárias. Os principais focos do governo foram educação, saúde e segurança. O efetivo da Brigada era de 33 mil homens (e criei a Polícia Feminina), e na Polícia Civil, 9 mil. Na educação, foram construídas 5 mil salas de aula, o que representa 100 colégios do porte do Júlio de Castilhos. E dei 2,5 salários mínimos para os professores com 20 horas.

RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL
RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL
RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL
RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL



1987 PEDRO SIMON 1990

EDIÇÃO DO DIÁRIO DO GRANDE DO SUL
SUA GRÁTIA DO GRANDE DO SUL
EBO SUANRIO DO GRANDE DO SUL



Pedro Jorge Simon nasceu em Caxias do Sul no dia 31 de janeiro de 1930, tem 83 anos e é senador da República pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) desde 1990. É descendente de imigrantes libaneses que chegaram a Caxias do Sul em 1922. Começou a sua atividade política muito jovem, nos bancos escolares, de início no Colégio Nossa Senhora do Carmo, mais tarde no Colégio Nossa Senhora do Rosário, em Porto Alegre, onde foi presidente do Grêmio Estudantil Rosariense (GER), por onde passaram vários líderes políticos do Estado.

Após sua formatura em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Simon fez pós-graduação em Economia Política e também se especializou em Direito Penal. Frequentou seminários na Sorbonne, em Paris, e na Faculdade de Direito de Roma. Presidiu o Centro Acadêmico Maurício Cardoso, da PUCRS, e a Federação de Estudantes de Faculdades e Escolas Superiores Católicas do Brasil. Admirador de Alberto Pasqualini, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 1950, participou de um grupo em que estavam Leonel Brizola, Sereno Chaise e Fernando Ferrari, para fundar a Ala Moça do PTB. Sua carreira política se iniciou há 54 anos, em 1959, quando foi eleito vereador em Caxias do Sul, pelo PTB.

Em 1962, Pedro Simon foi eleito deputado estadual com 18 mil votos, assumindo sua cadeira na Assembleia em 1963, ano que, como se sabe, foi muito agitado. Um dos seus projetos, nessa época, foi o da criação da Universidade de Caxias do Sul (UCS), onde mais tarde seria professor.

Simon permaneceu como deputado estadual do PTB até 1966, quando os antigos partidos foram extintos e criados outros dois, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), situacionista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição, ao qual ele se filiou, sendo reeleito. Permaneceu como deputado estadual até 1978, quando foi eleito senador. Em 1982, tentou chegar ao Piratini, mas foi derrotado por Jair Soares. Mas alcançou seu objetivo em 1986, já com novos partidos na disputa.

Pedro Simon foi o primeiro entre os candidatos derrotados por Jair Soares em 1982 a ocupar o Palácio Piratini. Coincidentemente, ele havia ficado em segundo lugar naquelas eleições. Foi eleito em 15 de novembro de 1986, com 2 milhões de votos (41,68% dos votos válidos) e concorrendo com quatro candidatos: Aldo Pinto (PDT, em coligação com o PDS), com 1,140 milhão de votos (23,65% dos válidos); Carlos Chiarelli (PFL), com 524,4 mil votos (10,87% dos válidos); Clóvis Ilgenfritz (PT), com 256,8 mil votos (5,3% dos válidos); e Fúlvio Petracco (PSB), 254,6 mil votos (5,28% dos válidos).

AMBIENTE POLÍTICO | SOB FOGO CERRADO DAS CORPORAÇÕES

A eleição de Pedro Simon ocorreu logo após o início da chamada Nova República e da posse na Presidência de José Sarney. Com a enorme popularidade do Plano Cruzado, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de Simon venceu em quase todos os estados do País. A movimentação política haveria de crescer com a eleição do Congresso Constituinte, composto por 559 parlamentares (487 deputados e 72 senadores), que tomou posse em fevereiro de 1987. Ulysses Guimarães, do PMDB de São Paulo, atuou como presidente da Constituinte. É importante registrar que o número dos deputados por estado, que não pode ultrapassar o total de 513, é fixado no ano anterior às eleições pelo Tribunal Superior Eleitoral com base na distribuição demográfica fornecida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), obedecendo às seguintes regras básicas: nenhum estado terá menos de oito representantes; o estado mais populoso terá 70 deputados; os territórios federais terão quatro deputados.

A maioria dos membros do Congresso Constituinte era associada ao Centro Democrático (PMDB, PFL, PTB, PDS e partidos menores), também conhecido como “Centrão”. Eles eram apoiados pelo Poder Executivo e representavam segmentos denominados como liberais e conservadores da sociedade brasileira, os quais tiveram uma influência decisiva nos trabalhos da Constituinte e em decisões importantes, tais como a extensão do mandato do presidente Sarney (de quatro para cinco anos), manutenção da política agrária e o papel das Forças Armadas. O Centrão também estava muito ligado às grandes corporações do setor público, que conseguiram obter expressivas vantagens financeiras, consolidando regras em benefício dos funcionários de elevados rendimentos, popularmente conhecidos como “marajás”.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, promulgada em 5 de outubro, situa-se no topo do ordenamento jurídico e já passou por 67 emendas, além de outras seis emendas de “revisão”. A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul igualmente possuía os poderes constituintes para elaborar a nova Constituição estadual dentro das orientações emanadas pela Carta Magna. A Carta estadual foi promulgada em 1989.

Foi de grande valia para Simon o bom relacionamento que conseguiu manter com a Assembleia, que esteve sob a presidência dos hábeis deputados Algir Lorenzon (1987/88) e Gleno Scherer (1989/90), que assumiu o governo em nove oportunidades. Simon também contava com uma base situacionista que girava em torno de 38 deputados, já que o PMDB tinha 22 e contava com apoio de partidos que não estavam no governo, mas não eram oposição, como o PDS (10 deputados), PFL (quatro), PSDB e PTB, com um deputado cada. No grupo de partidos opositores estavam o PT, com quatro deputados; o PDT, com 11, e o PSB, com um representante.

Foi de grande valia para Simon o bom relacionamento que conseguiu manter com a Assembleia Legislativa, que esteve sob a presidência dos hábeis deputados Algir Lorenzon (1987/88) e Gleno Scherer (1989/90), que, por sinal, assumiu o governo em nove oportunidades. Simon também contava com uma base situacionista que girava em torno de 38 deputados, já que o PMDB tinha 22 e contava com apoio de partidos que não estavam no governo, mas não eram oposição, como o PDS (10 deputados), PFL (quatro), PSDB e PTB, com um deputado cada.

Isso não impediu a realização de nada menos que seis Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) – da Cohab e da CRT, em 1987; do Sistema Escolar Estadual, LBA, DEPRC e superporto de Rio Grande, em 1988, e da Sonegação de Impostos, em 1989.

O relacionamento com o Parlamento ajudou Pedro Simon a enfrentar o constante desequilíbrio no caixa do Tesouro, só aliviado nos últimos 18 meses de governo, fruto da ação enérgica do secretário da Fazenda, José Ernesto Pasquotto, e de seu antecessor, o deputado Cezar Schirmer.

Também foi possível enfrentar dois episódios dramáticos. Em um deles, aplicações especulativas quase levaram à ruína o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e desgastaram a boa imagem forjada à custa de um trabalho muito qualificado. A outra crise envolveu o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), que vivia um momento difícil no caixa. Inesperadamente, o Banco do Brasil recusou-se a realizar a operação diária de socorro, o que literalmente colocava o banco gaúcho em situação de iliquidez e, portanto, passível de intervenção do Banco Central. Alertado, Simon passou algumas horas ao telefone, em busca de um contato com o presidente Sarney. Aconselhado pelo presidente da instituição, Ricardo Russowsky, manteve a área financeira do banco aberta até perto da meia-noite. Quando finalmente conseguiu falar com Sarney, o presidente pegou outro telefone, e Simon escutou a determinação dada diretamente ao presidente do Banco do Brasil para que fizesse a operação necessária e não voltasse a deixar o Banrisul em situação de aprêmio.

A administração de Simon também enfrentou intensa pressão do funcionalismo e de setores sociais, destacando-se as corporações mais poderosas, como o magistério, que em uma de suas greves paralisou boa parte das escolas estaduais por quase 100 dias. Algo semelhante

ocorreu com o Movimento dos Sem-Terra (MST), que chegou a fazer algumas invasões de propriedades marcadas por ações violentas.

Esses fatores, dentre outros, naturalmente contribuíram para impedir o encaminhamento de várias iniciativas que poderiam ter sido muito úteis ao estado. Foram os casos, por exemplo, das propostas descritas no trabalho de um dos mais brilhantes assessores de Simon, o economista César Busatto, e publicado no jornal *Diário do Sul* com o título *Dependência, a armadilha que prende*, e, principalmente, claro, do extenso trabalho solicitado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), em 1987, a uma equipe de economistas comandada pelo influente técnico João Sayad. O trabalho, que ficou conhecido como *Relatório Sayad*, fazia um competente diagnóstico do funcionamento do estado e listava preciosas recomendações para equilibrar as contas públicas e, simultaneamente, melhorar a eficiência na prestação dos serviços. Tais propostas foram virtualmente varridas pelo fogo pesado da artilharia das corporações.

Também foi inviabilizada, por falta de recursos da parte do RS, uma *joint venture* articulada por Simon com o secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo, Luiz Gonzaga Belluzzo, com a aprovação do governador Orestes Quércia, para criar uma instituição na área de inovação e desenvolvimento tecnológico, uma espécie de mistura entre Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp) e sua similar gaúcha, a Fapergs. São Paulo, então, agiu isoladamente e duplicou a transferência de recursos para a Fapesp, que passaram de 0,5% da receita estadual para 1%.

Outro caso de oportunidade perdida foi a ausência de condições financeiras para concretizar as ações que retirariam o Rio Grande do Sul de simples ponto extremo do Brasil. A tese a ser demonstrada era que o estado ocupava uma posição geográfica estratégica que poderia ser considerada central, equidistante dos locais

mais ricos da América do Sul, representados por São Paulo e Buenos Aires-Montevideú. Simon também defendia a saída para o Pacífico, com a ligação bioceânica dos portos de Antofagasta, no Chile, e de Rio Grande. Atualmente, os esforços neste sentido prosseguem.

O ativo líder empresarial Paulo Vellinho trouxe da Itália, sem sucesso, uma subsidiária da Coemsa (que presidia). Vellinho colocou para funcionar nas proximidades do Centro Administrativo do Estado a versão demonstrativa de um gerador de energia eólica. A empresa italiana, interessada em instalar uma planta no Brasil, estava disposta a apoiar os estudos e até mesmo a busca de empreendedor para a instalação de um parque eólico, em 1988.

A cereja a ser colocada no topo dessas ideias poderia ser obtida se a Petrobras estendesse seus olhos na direção da Bacia de Pelotas, na costa gaúcha, o que fez. O gás natural poderia dar condições para a utilização do carvão mineral do Rio Grande do Sul, com autossuficiência energética, estabilidade de fornecimento e, ainda, o Brasil poderia contar com um acréscimo significativo no Sistema Interligado Nacional (SIN).

As dificuldades não impediram que Simon tomasse várias iniciativas importantes, como a construção da primeira parte da Rota do Sol, a RS-453, que liga a Serra gaúcha à BR-101 e à Estrada do Mar, a qual foi inteiramente construída na administração de Simon.

O estilo Simon

Simon tinha um modo muito próprio de administrar e de se relacionar com seus colaboradores. Fazia reuniões individuais com os secretários, mas também gostava de reunir todos eles, fazendo com que todos falassem. Também

era mestre em guiar-se pelo seu instinto político. Um de seus ex-secretários lembra um episódio singular. O governador faria pronunciamento no final de um congresso que se realizava na sede da Embrapa, em Pelotas. Simon pediu-lhe, então, que preparasse as notas para o seu discurso (ele tinha ojeriza por recados muito longos). O secretário fez pesquisa cuidadosa e relacionou uma série de ideias que considerava relevantes. Os dois foram para Pelotas no avião do governo, no final da tarde, e no embarque, satisfeito, o assessor entregou os papéis para o governador, que os guardou no bolso do paletó. No voo, Simon não tirou os papéis do bolso; apenas leu os jornais do Rio e de São Paulo.

Na chegada em Pelotas, antes de se sentar à mesa principal, Simon cumprimentou as pessoas e não mexeu nos bolsos. Começaram os discursos, e nada. Quando chegou a hora do encerramento, Simon levantou-se e fez um pronunciamento inflamado, como se estivesse no palanque de um comício. O secretário afundou na cadeira, pensando: “Que desastre, ele não está dizendo nada importante”. Mas estranhamente o governador foi interrompido várias vezes pelas palmas da plateia. No final do discurso, as palmas explodiram. E quando o silêncio foi tomando conta do salão, um cidadão sentado na poltrona ao lado virou-se para a esposa e comentou: “É um gênio”. Quando regressaram para Porto Alegre, o secretário não mencionou as anotações que continuavam bem guardadas no paletó de Simon. Afinal, pensou, estava mais do que provado que ele não entendia nada de política.

Pedro Simon renunciou dez meses antes do final do mandato, no mês de fevereiro de 1990, em favor de seu vice, o ex-governador Sinval Guazzelli, para concorrer ao Senado. Assumiu em 1991. Em 2013, completa 22 anos de Câmara Alta.

ECONOMIA | O PESO DE UMA INFLAÇÃO DE 4.800% AO ANO

Se a inflação prejudicou a administração pública e a economia do Rio Grande do Sul no governo de Jair Soares, o que aguardava Simon era muito mais arrepiante que os fantasmas que, segundo alguns, habitam o Palácio Piratini. Em 1987, o Plano Cruzado, já em segunda versão, foi substituído pelo Plano Bresser. Mas a inflação voltou a subir, atingindo 366% no ano. Foi arquitetado, então, o Plano Verão, de Mailson da Nóbrega, em 1989. Uma nova moeda surgiu, o *Cruzado Novo*, mas as medidas não foram suficientes para assegurar a estabilidade econômica, já que não houve mudanças estruturais na economia. Em março de 1990, a inflação alcançou o recorde de 84,23% ao mês e um índice acumulado nos 12 meses anteriores de 4.853,90%!

O comportamento da economia do Rio Grande do Sul no quadriênio de Pedro Simon/Sinval Guazzelli foi sofrível, já que o PIB cresceu 4,1% em 1987, caiu -1,2% em 1988, voltou a crescer 3,4% em 1989 e despencou catastróficos -6,6% em 1990. No quadriênio, o PIB gaúcho caiu 0,7%. Mas em termos de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 1988 o Rio Grande do Sul

atingiu 0,907, o mais elevado do Brasil, a mesma situação da expectativa de vida, que, no mesmo ano, foi de 72,6 anos.

No governo Pedro Simon, a produção de grãos caiu dos 23,8% da produção nacional em 1986/87 para 18,1% em 1989/90. Isso ocorreu porque a produção brasileira subiu de 62,1 milhões de toneladas para 88,2 milhões de toneladas, enquanto que a safra do RS subiu de 14,8 milhões de toneladas para 16 milhões de toneladas.

É importante registrar que no governo Simon/Guazzelli foram feitos importantes trabalhos em benefício da irrigação, a começar pelos inventários de possíveis locais de barramento e construção de 1.280 microaçudes, 67 barragens-ponte de médio porte e três barragens grandes (VAC-06 e VAC-07 no Arroio das Canas e VAC-04 no rio Vacacaí, as duas primeiras localizadas onde hoje é o município de Santa Margarida do Sul, e a última em São Gabriel). Os inventários cobrem todas as bacias do Rio Grande do Sul, exceto o curso superior do Uruguai-Pelotas (do rio da Várzea e rio Mel para montante) e a região da Lagoa Mirim, pela existência do Programa Binacional da Lagoa Mirim, que já tinha feito os seus inventários. Foram feitos também os estudos de Centurión e Talavera, no rio Jaguarão.

É importante registrar que no governo Simon foram feitos importantes trabalhos em benefício da irrigação, a começar pelos inventários de possíveis locais de barramento e construção de 1.280 microaçudes, 67 barragens-ponte de médio porte e três barragens grandes.



COTIDIANO | EM MEIO A GREVES E PROTESTOS, UM CRIME PARA A HISTÓRIA

Enquanto no Rio Grande do Sul os professores clamavam por melhores dias, em nível nacional se iniciava a perseguição aos funcionários fantasmas e marajás, em um país que se mostrava mais e mais indignado com a desigualdade social e de classes. Privilégios de políticos e altos funcionários ajudavam a incitar mais e mais reivindicações de diferentes categorias, que, embaladas pelos ventos da redemocratização, aproveitavam para promover imensas paralisações. Era um país que começava a pensar na nova Constituição e se encontrava sedento por democracia.

Em um cenário de alta inflação, as pessoas se defendiam como podiam. Só ganhava quem conseguia especular no mercado financeiro. Muita gente ficou rica ou deixou de trabalhar, graças aos rendimentos da aplicação de dinheiro. Para a grande massa, sobrava o dissabor de ver o poder aquisitivo do salário despencar na segunda quinzena do mês, em função da desenfreada subida dos preços. Em um contexto onde a discussão mais importante parecia ser a duração do mandato do presidente, o dia a dia ia se consumindo entre altas inflacionárias e paralisações, em sua grande maioria justas, mas que atrapalhavam o ritmo da economia e o próprio funcionamento das estruturas. Já naquele tempo, aumento de passagem de ônibus gerava incêndios, saques, feridos e prisões no Rio de Janeiro.

No campo, os conflitos aumentam. O palco principal continuava sendo a Fazenda Annoni, com as reintegrações de posse na Justiça e as lutas no centro de Porto Alegre, na Praça da Matriz, lugar onde também ecoavam as sinetas dos professores, que tomavam de assalto o espaço e exigiam melhores condições de trabalho. Enquanto a União Democrática Ruralista (UDR) ganhava força e o Centrão engendrava os primeiros acordos, visando às votações da Constituinte, morria o gaúcho de Rio Grande e eminência parda do regime militar, o general Golbery do Couto e Silva, bem no momento em que se propugnava pela reabertura do caso Riocentro. No âmbito estadual, Simon preparava um pacote de medidas administrativas, com a extinção de órgãos e dispensa de pessoal, como costuma ocorrer em governos que se iniciam.

Com muito mais liberdade para opinar, a mídia descrevia a realidade. José Barrionuevo, com seus comentários arditos e pitadas de ironia, e Adroaldo Streck se destacavam na política; Walter Galvani, na cultura; Amir Domingues, nas entrevistas de rádio, e Hélio Falcão Vieira, nas abordagens econômicas, que mais tarde também teriam espaço na voz daquela que, anos depois, seria eleita governadora: Yeda Crusius. Na parte social, assinando colunas que cobriam a movimentação nos clubes e davam dicas de moda e comportamento, quem dava o tom eram Célia Ribeiro, Gasparotto e Eduardo Conill. No caso de Célia Ribeiro, não havia menina que precisasse debutar ou fazer uma simples festa de 15 anos que não recorresse a seus livros e conselhos sobre etiqueta e comportamento. No campo da comunicação, um novo perfil surgia: o do profissional multimídia, encarnado na figura de Lauro Quadros, que passou a atuar, simultaneamente, em vários veículos (jornal, rádio e televisão). Era o momento da perda do jornalista gaúcho e ex-treinador da Seleção Brasileira, João Saldanha. O RS chorava, também, um ano da morte de Maurício Sirotsky Sobrinho, fundador da RBS.

Ao mesmo tempo em que o Rio Grande do Sul se prepara para incorporar 22 novos municípios, o *tailleur* se destacava na moda, enquanto minissaias ou *shorts* eram a tendência de mulheres que desejavam liberdade de expressão e independência. Atrizes que encarnavam comportamentos alternativos, como a francesa Beatrice Dalle, estavam em alta, enquanto Cláudia Ohana, com seus lindos olhos, e Luma de Oliveira, a deslumbrante rainha do carnaval, que veio prestigiar o nosso baile municipal, roubam a cena.

Ronald Reagan, então presidente dos Estados Unidos, impõe sanções econômicas ao Brasil, não sem reação de José Sarney. Em paralelo, o País alinhava um acordo com os credores da dívida externa. Se o Rio Grande do Sul comemorava os 30 anos da RBS e os 60 da Rádio Gaúcha, a Constituinte votava pelo monopólio total do petróleo: o ouro negro, outra vez, era nosso. Na condução dos trabalhos, o brilhantismo de Ulysses Guimarães, que levaria a Carta a bom termo e negociaria soluções para uma sociedade em ebulição, que clamava por garantias, participação e direitos. Porto Alegre convivia com o aumento do roubo de carros, enquanto o governo brigava com a Autolatina por causa da reserva de mercado para a indústria nacional. O acidente radioativo do césio, em Goiânia, fazia vítimas e ganhava as páginas dos jornais.

Na União Soviética, em continuidade à política de abertura, Mikhail Gorbachev prega a descentralização do poder, e os EUA intervêm no Oriente Médio. Em visita a Porto Alegre, para palestras e conferências, Alvin Toffler, escritor norte-americano, afirma que o mundo marcha a passos largos para a terceira onda, a revolução tecnológica.

No cinema, destaque para as performances de Madonna e filmes como *Superman*, *Os Trapalhões* e *Gabriela Cravo e Canela*, sem contar o irreverente *Diabo no Corpo*, produções que influenciaram o comportamento de várias gerações. Na música, o *show* de Sting, cantor

inglês que se engajava na causa indígena e na proteção da floresta amazônica, lotava o Estádio Olímpico, em uma noite de chuva que marcou época. Nas rodas sociais, sobretudo no veraneio, a preocupação com a camada de ozônio e o câncer de pele ganha o centro das conversas. Contudo, o veraneio corre leve e solto, apesar dos problemas. O *boom* do Litoral Norte havia chegado ao fim, e nossas praias, com raras exceções, entravam em decadência sobretudo no que tange à infraestrutura e aos investimentos dos poderes municipais. Um alento, no entanto, estava por chegar: a construção, no governo Simon, da Estrada do Mar.

Na área social, mais destaques. Na vinda do cantor espanhol Julio Iglesias a Porto Alegre, descobriu-se o seu namoro, que ficara em segredo por oito meses, com Deise Nunes, a gaúcha que ganhou o Miss Brasil. Nas passarelas da Europa, a beleza e a competência de nossa gente entra em evidência, sobretudo na festejada Milão, importante centro de moda e design.

No campo do trabalho, greves e mais greves, a todo dia e a cada momento. Na Constituinte, são discutidos temas para apontar o Brasil do futuro. O Rio Grande se preocupa com a perda de espaço no setor da automação industrial. Acaba a reserva de mercado na economia. Bem em frente aos nossos olhos, o velho Guaíba é massacrado com o lançamento indiscriminado de esgoto e dejetos. Na área da cultura, os livros mais vendidos são os de não ficção. É a forte entrada de títulos de autoajuda e de catálogos de psicologia no Brasil. No comportamento, o estilo de vida *yuppie*, sobretudo na vestimenta, baseado no filme *Nove Semanas e Meia de Amor*, dá o tom para os novos executivos e empresários, que buscam esteticamente uma maneira mais livre de agir no mundo dos negócios. Enquanto isso, Vera Fischer, uma loira brasileira não menos bonita do que Kim Basinger, faz sucesso na novela das 8, *Mandala*, no papel de Jocasta.

Em um estado que já sofria com o problema da dívida, com a dissolução do Banco Sulbrasileiro, transformado em Meridional, com a crise na Habitasul, mais estiagem, secas e enchentes, a notícia da recessão industrial, que veio para ficar por longo período, não foi boa. A sociedade gaúcha era também assolada pelo caso ambiental da praia do Hermenegildo: vazamento de detergentes ou algas marinhas? Mas nada, nessa época, movimentou tanto a opinião pública quanto o caso Daudt, jornalista gaúcho cruelmente assassinado a tiros numa noite fria de inverno. Na linha de investigação da polícia estava ninguém menos que o deputado e médico Antonio Dexheimer, do mesmo partido do governador. Uma história de paixões e suspeitas. Dexheimer acabaria absolvido mais tarde por falta de provas pelos desembargadores, em mais um memorável trabalho do advogado Lia Pires.

No plano internacional, os EUA atacam novamente o Irã, e a nave Discovery é lançada, fazendo renascer o programa espacial norte-americano. O mundo está atento também às Olimpíadas. O brasileiro Robson Caetano ganha bronze em Seul no atletismo, enquanto no futebol o goleiro Taffarel faz defesas importantes. O ecologista gaúcho José Lutzenberger, que depois seria ministro de Collor, recebe na Suécia o Nobel alternativo. Na Praça da Matriz, a Brigada Militar invade a Assembleia, em busca de manifestantes exaltados. O governador pede desculpas. Na novela das 8, *Vale Tudo*, uma pergunta que não calou por muito tempo: quem matou Odete Roitman? Na economia, o verão que se anunciava dava nome a mais um plano econômico, sem antes contar com o naufrágio do barco *Bateau Mouche* no réveillon: nefasto Ano-Novo para muitos, em um país que afundava.

Entre motins em nosso superlotado Presídio Central e os saques na vizinha Argentina, que declarava estádio de sítio, íamos vivendo nossa realidade, com 10 mil foragidos andando nas ruas do estado, que mostra séria desigualdade no desenvolvimento regional entre o Norte e o Sul.

Nas eleições para a Presidência da República, Brizola e Collor lideravam as pesquisas. Na classe artística, Malu Mader, na novela *Top Model*, e Adriana Calcanhoto se destacam. Mas o Brasil, que já havia passado pela Constituinte e promulgado a nova Carta, estava ligado mesmo era na eleição: debates épicos na TV são travados entre Lula e Collor. Acusações, vida pessoal e dossiês dão a tônica do final da campanha. O País escolhe Collor, e um presidente pouco convencional, voltado para o tema da modernidade, assume.

Fernando Collor de Mello inicia sua curta trajetória e promete um novo país, com carros adequados e produtos importados de alta tecnologia: era, na prática, a segunda abertura dos portos no Brasil. A caça aos marajás, a defesa dos descamisados e um forte apoio popular, no início do governo, pareciam criar uma atmosfera de otimismo e prosperidade. Mas não foi bem assim. Sem apoio no Congresso, com denúncias de corrupção, planos confusos e confisco da poupança, o governo foi cambaleando, até o *impeachment*, quando o presidente teve de apelar do poder. Enquanto esteve comandando o País, não faltaram medidas de impacto. E nem escândalos na corte, entre eles as rugas entre o casal Fernando e Rosane e o famoso *affair* envolvendo os ministros Zélia Cardoso de Mello e Bernardo Cabral.

Em Porto Alegre, sem ter onde colocar o lixo, o prefeito Olívio Dutra decreta calamidade, enquanto o ex-prefeito Collares começa a despontar como favorito às próximas eleições estaduais. O estado perde um legendário político, o comunista Luís Carlos Prestes, o cavaleiro da esperança. Ainda na política, os comunicadores candidatos são retirados do ar, em função da legislação eleitoral. A atriz Luiza Thomé desponta e Cazuzza morre aos 32 anos, vítima de Aids. Outra perda, desta vez especificamente para os porto-alegrenses e gaúchos, foi a do maratonista Bataclan, aos 94 anos, atleta das ruas, figura popular da cidade. A população protesta

contra o fechamento do comércio aos sábados, retrógada decisão da Câmara Municipal contra o desenvolvimento dos serviços e o crescimento da economia, o que reflete certa mentalidade provinciana que até os dias de hoje, em alguma medida, subsiste.

CULTURA | O RIO GRANDE GANHA UMA SECRETARIA DE ESTADO

Nos anos 1987-90, com o ex-ministro da Agricultura Pedro Simon no comando do governo gaúcho (substituído depois por seu vice, Synval Guazzelli, em março de 1990, quando o governador se licenciou para concorrer ao Senado Federal), foram plantadas as sementes que resultariam na criação da Secretaria de Estado da Cultura. Também é desse período o nascimento da Casa de Cultura Mario Quintana. Tudo sob o comando de Carlos Appel (que retornaria ao comando da Sedac anos depois, no governo de Antonio Britto), que conseguiu mobilizar mais de 30 setores da comunidade cultural gaúcha, chamados a opinar em seminários, e até em um Congresso de Cultura, sobre os rumos do setor.

A efervescência cultural da primeira metade da década de 1980 se manteve. Eram tempos em que novos cinemas de calçada surgiam em Porto Alegre, como Avenida 2, Guarani, Lido 2 e Baltimore 2. Nas artes plásticas, em meio às recorrentes dificuldades financeiras, a escultura se sobressaiu com as figuras de Gustavo Nakle e Karin Lambrecht, mais o jovem Mauro Fuke, Irineu Garcia e Luiz Gonzaga. Ainda em 1987, destaque para o projeto “Missões: 300 anos”, com uma série de exposições, e “Rever das Missões”, em que 60 artistas realizaram enormes painéis em lona vinílica em pleno Parque da Redenção, com grande participação popular. No centenário de nascimento de Leopoldo Gotuzzo, foram vários eventos, com apoio da Secretaria da Educação e do então Conselho Estadual de

Desenvolvimento Cultural, com financiamento de empresas da iniciativa privada, como Grupo Trafo e J.H. Santos.

No mesmo ano em que foi publicada a segunda edição do *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, que em 11 anos havia vendido 5,2 milhões de exemplares, Lya Luft lançou *Exílio* e Luiz Antonio de Assis Brasil, futuro secretário da Cultura no governo Tarso Genro, publicou seu *Cães da Província*, ao mesmo tempo em que Moacyr Scliar era traduzido nos Estados Unidos e na França e Mario Quintana tinha diversos livros editados ou reeditados.

Na música, Engenheiros do Hawaii (*A Revolta dos Dândis*), Geraldo Flach e Vitor Ramil, com o excelente *Tango*, mais Nei Lisboa, com *Carecas da Jamaica*, seguiam como destaques em meio a um mercado que registrava a produção de 108 discos em um ano, 70% dos quais dedicados à música regionalista. O Nenhum de Nós dava seus primeiros passos, e Adriana Calcanhoto seguia arrancando aplausos em *shows* nos bares da cidade. O nome no cenário nacional era o do controverso e polêmico Lobão, que no *show* de lançamento do disco *Vida Bandida* reuniu 18 mil pessoas no Gigantinho (com outras 3 mil ficando do lado de fora).

No teatro, 1987 teve a marca das esquetes que tomaram conta dos bares e casas noturnas, algumas das quais viraram peças, como *Escondida na Calcinha*, de Patsy Cecato, e *Perucas em Desfile*, também com Patsy Cecato, mais Renato Campão, Jaime Ratinecas e Lila Vieira. O maior êxito do ano, entretanto, coube a Luiz Artur Nunes, com *A Mãe da Miss e o Pai do Punk*.

O ano de 1988 teve a marca da criação da Coordenadoria de Artes Plásticas, ano em que a Associação Rio-Grandense Chico Lisboa realizou o Salão de Porto Alegre, ao mesmo tempo em que o Núcleo de Gravura do RS conseguiu realizar várias mostras.

Na literatura, destaque para a indicação de Carlos Nejar para ocupar uma cadeira

na Academia Brasileira de Letras e para o lançamento do primeiro romance de Luis Fernando Verissimo, *O jardim do diabo*. Na área dos ensaios e não ficção, apareciam com frequência nomes como Luiz Pilla Vares, Otto Alcides Ohlweiller, Tarso Genro e Sérgio da Costa Franco, que naquele ano lançou o futuro clássico *Guia Histórico das Ruas de Porto Alegre*, da Editora da UFRGS, com apoio da Prefeitura de Porto Alegre.

Na música, o sucesso de *Tangos e Tragédias* no palco virou disco. O 1º Latinomúsica, em Pelotas, reuniu Chico Buarque e representantes do Peru, Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile, enquanto o grupo instrumental Raiz de Pedra comemorava 10 anos de estrada com uma excursão para a Europa. Ao mesmo tempo em que nasceu o projeto Blue-Jazz, intensificaram-se as programações de iniciativas como O Choro é Livre e Música ao Meio-dia, ambos no Theatro São Pedro. Legião Urbana (com apresentação extra), Titãs, Belchior (lotando quatro noites seguidas o Teatro da Ospa), mais Mercedes Sosa e Júlio Iglesias (reunindo 50 mil pessoas no Olímpico), foram os destaques na música nacional e internacional.

Ao mesmo tempo em que Renato Borghetti era sucesso com sua participação no Free Jazz Festival, o restaurante Pulperia festejava cinco anos e João de Almeida Neto e a dupla Daniel Torres-Rui Biriva conquistava os principais prêmios na música nativista. A Ospa, por sua vez, comemorou a inauguração de sua concha acústica, e a festejada reabertura do Salão de Atos da UFRGS, que proporcionaria apresentações de diversos solistas de nível nacional e internacional, sofreu críticas, em razão dos altos preços do aluguel.

A dança teve uma agenda repleta, com as presenças em Porto Alegre de grupos como Stagium, O Corpo e Cisne Negro, além de apresentações internacionais como Antonio Gades, Pilobolus, Ballet de Stuttgart, Fernando

Casa de Cultura.

Foto: Camila Domingues / Palácio Piratini.



Bujones e Mummensschanz. No teatro, ninguém foi mais elogiada do que Eliane Steinmetz e seu hilário *Viva a Gorda*, apresentado durante todo o ano, duas terças-feiras por mês.

Se 1989 terminaria com a eleição de Fernando Collor para a Presidência da República, Adriana Calcanhoto explodiria de vez, radicando-se no Rio de Janeiro, onde começaria a gravar seu primeiro LP. Sob o comando do jovem maestro Flavio Chamis, então com 33 anos, a Ospa também ultrapassou as divisas do estado, com apresentações fora do Rio Grande do Sul.

No cinema, o melhor filme brasileiro do ano foi um curta-metragem, *Ilha das Flores*, de Jorge Furtado. A propósito, foi nesse ano que talentos até então restritos à bitola Super 8 começaram a empunhar câmeras de vídeo e conquistar espaços de destaque, como Carlos Gerbase, Flávia Moraes, Beto Souza e Alex Sernambi. Vivia-se, então, o auge do videocassete e das locadoras. A expressão “agitador cultural” também estava em alta, definindo o trabalho de nomes como Haydée Porto, diretora do Salão de Atos da UFRGS, Fernando Strehlau, diretor da Gaia Cultural Teatro & Artes, Eva Sopher, à frente do Theatro São Pedro, Evelyn Berg, ex-diretora do Margs e ligada ao grupo lochpe, Marilurdes Franararin, jornalista, e Geraldo Lopes, da Opus Promoções.

No teatro, *Bella Ciao* levou quase todos os prêmios do Troféu Quero-Quero. Além de melhor espetáculo, destaque para Nestor Monastério (diretor), Carlos Cunha Filho (ator) e Lourdes Eloy (atriz). E o ano teve ainda o lançamento do excelente *Suíte Brasileira*, instrumental de Geraldo Flach.

Por fim, em 1990, já com a Secretaria de Estado da Cultura em funcionamento, a Ospa

comemorou seus 40 anos com 31 concertos e 40 apresentações especiais, enquanto surgiam os nomes do grupo Bando Barato pra Cachorro, liderado por Artur de Faria, e de Totonho (depois Antonio) Villeroy entre os expoentes da MPG. Já o “videasta” Beto Souza dirigiu um clipe da banda DeFalla que se tornaria sucesso na MTV, e a Ipanema FM comemorou a consagração dos nomes dos comunicadores “Alemão” Vitor Hugo, Cagê, Claudio Cunha, Nara Sarmiento, Eduardo Santos, Jimi Joe, Mary Mezzari, Julio Reny e Porã.

No ano em que o mercado editorial nacional vibrava com a consolidação da toda poderosa Companhia das Letras, que recém havia lançado os primeiros dois volumes da coleção “História da Vida Privada”, a Feira do Livro de Porto Alegre festejava a comercialização de 213 mil volumes, batendo o recorde anterior, de 1986. *Caso Daudt*, de Daltro Aguiar, foi um dos campeões de vendas, com 2.600 exemplares.

Nas artes plásticas, destaque para os 50 anos de carreira de Vasco Prado, em paralelo a duas mostras da obra de Iberê Camargo. O II Encontro Latino-Americano de Artes Plásticas e o IV Congresso Brasileiro de História da Arte atraíram os olhares para o estado, assim como a inauguração da Casa de Cultura Mario Quintana, entregue à comunidade em 25 de setembro de 1990, graças ao trabalho de revitalização do prédio onde havia funcionado o Hotel Majestic, cujo hóspede mais famoso foi o poeta Mario Quintana, que ali residiu entre 1968 e 1980. São 12 mil m², com salas de cinema, teatros, galerias de arte, bibliotecas, além de salas de ensaio e de oficinas distribuídos em sete pavimentos e duas alas. Por mês, a CCMQ recebe atualmente 4 mil visitantes.



DEPOIMENTO: PEDRO SIMON

Enfrentando problemas desde o primeiro dia.

Dois acontecimentos foram marcantes no começo. Em primeiro lugar, a greve dos professores, na segunda semana depois que assumi o governo do estado. A paralisação, de quase cem dias, foi a mais longa da história do Rio Grande do Sul. O magistério reivindicava principalmente o cumprimento da lei do governo Amaral de Souza, do aumento de seus salários básicos para 2,5 salários mínimos. Também se iniciaram as ações dos movimentos dos sem-terra e sem-teto. Ocorreram invasões de casas em Gravataí e em Canoas e até de um loteamento em Novo Hamburgo. Os dois primeiros ocorreram apenas três dias após a posse. E a invasão de Canoas foi o maior movimento de guerrilha já feito no Brasil, onde todos os apartamentos já estavam inclusive com os nomes dos futuros destinatários definidos. Foi uma invasão monumental. Lembro que assinei solicitação para retirar aquelas famílias de lá, pois ocupavam imóveis que já pertenciam a outras pessoas. O juiz de Canoas autorizou a retirada das famílias e conversou bastante com o comandante da Brigada, pois havia 5 mil pessoas a serem retiradas e apenas 300 policiais para cumprir a determinação. Ele estava preocupado. Mas a Brigada cumpriu a determinação judicial.

Medidas para melhorar a infraestrutura.

No período em que governei, foi praticamente duplicada a malha rodoviária, com obras de grande importância, como Estrada do Mar, Rota do Sol, Gramado-Canela, Estrela-Lajeado, e, além de mais de mil quilômetros de estradas vicinais asfaltadas, a de Restinga Seca, Passo Fundo-Getúlio Vargas e estradas no interior de Caxias. Em estradas federais, o estado fez 2.200 quilômetros de melhoramentos, porque o governo federal não tinha dinheiro. O Rio Grande do Sul fez um acordo. Faríamos esses 2,2 mil quilômetros de estradas federais, e eles devolveriam esses gastos para os cofres do RS. Até hoje, nada. Nessa área de infraestrutura eu incluiria, ainda, a



DEPOIMENTO: PEDRO SIMON

construção de presídios, já que fui o último governador a construir um no Rio Grande do Sul. E foi na minha administração que foi iniciado o projeto para garantir a irrigação das lavouras e eliminar as perdas com as estiagens. De fato, foram realizados os estudos que definiram as regiões necessitadas de barragens, um levantamento que abrangeu todo o estado. Foram elaborados até alguns projetos de barragens, como nos casos de Taquarembó e Jaguari. Da mesma forma, foram construídos muitos açudes, em todo o interior. Os levantamentos feitos nesse período foram resgatados no governo de Yeda Crusius, gerando, por exemplo, os quatro projetos de barragens que estão no PAC II.

As relações com o magistério após a greve.

Sei que, quando terminou o governo, os professores estavam recebendo o salário básico de 2,7 salários mínimos. Aliás, durante a greve do magistério estava um pouco irritado e fui até a janela do Palácio e fiquei observando os professores que estavam em greve. Depois de um certo tempo, fiquei mais tranquilo e até comentei com o pessoal que estava comigo ali: “Fui eleito para eles estarem aí. Infelizmente é contra mim”. Finalmente, devo registrar outra iniciativa, que foi a criação do Quadro de Professor por Escola. Para ser nomeado, tinha que ter vaga e ter curso especial.

“

O Rio Grande do Sul fez um acordo. Faríamos esses 2,2 mil quilômetros de estradas federais, e eles devolveriam esses gastos para os cofres do RS. Até hoje, nada.

Posição a respeito do Mercosul.

Eu era favorável ao Mercosul. E tenho convicção de que contribuímos positivamente para o estabelecimento de regras que pudessem evitar conflitos entre vizinhos.

As mudanças no Fundopem.

O Fundopem é um instrumento de grande importância para estimular os investimentos e atrair novos investidores. Mas ele precisava de algumas mudanças para desempenhar o seu papel. Ele foi aperfeiçoado, apenas, e os resultados foram muito interessantes.

Iniciativas na área de reforma agrária.

Na área agrícola, no meu quadriênio, foram adotadas várias iniciativas, como a intensificação da atividade da Emater e a criação do sistema conhecido como “troca-troca” de sementes. No caso da reforma agrária, nós fizemos um acordo com o governo federal: adquirimos algumas áreas rurais e instalamos os assentamentos. Em troca, eles nos retornariam os investimentos para que a experiência pudesse ter continuidade. É outro caso em que até agora estão nos devendo.

Dificuldade de fazer acordos com a União.

Sem dúvida, é muito difícil. No caso da Reforma Agrária, o Brasil já poderia estar com essa questão superada se a União fosse confiável e fizesse parcerias com as unidades federativas. Os estados poderiam proporcionar muito mais agilidade e, ao mesmo tempo, poderiam avaliar melhor os resultados.

Relacionamento com o Parlamento.

Acho que você recebe o que você dá. Ou seja, se você trata o Parlamento com respeito e seriedade, recebe o mesmo retorno. Consegui que os deputados votassem e aprovassem propostas muito importantes. Nunca fizemos troca-troca e nunca precisei dar um cargo para obter apoio nas votações.



1991 ALCEU COLLARES 1994

DOSSUII
ANEXO CORONEL DE DOSSUII
SUA RIO GRANDE DO SUL



Alceu de Deus Collares foi, entre os candidatos que foram derrotados por Jair Soares na eleição de 1982, o segundo a chegar ao Palácio Piratini. Foi o primeiro negro eleito governador do Rio Grande do Sul. Nasceu em Bagé no dia 12 de setembro de 1927. Foi também vereador e deputado federal por cinco mandatos. E também foi o primeiro prefeito de Porto Alegre eleito diretamente, após a redemocratização, para um mandato de três anos (1986 a 1988), de forma a que o calendário eleitoral brasileiro fosse ajustado. Outro pioneirismo de Collares: foi o primeiro governador a vencer as eleições no segundo turno, depois de, em aliança com PSDB e PCdoB, ter derrotado Nelson Marquazan, do PDS, coligado com PFL, PL, PRN e PSC; José Fogaça, do PMDB; e Tarso Genro, do PT, aliado ao PSB. Com o segundo turno, Collares (com seu vice, João Gilberto Lucas Coelho, do PSDB) também foi o primeiro governador a receber a maioria absoluta dos votos: 2,3 milhões, equivalentes a 61,7% do total.

Collares jamais esqueceu sua origem humilde e o esforço para ter sucesso profissional e na política. Morador de um bairro muito pobre de Bagé, teve que abandonar os estudos aos 11 anos, para ajudar a família como quitandeiro. Aos 16, conseguiu um emprego de carteiro. Resolveu voltar a estudar, e fez concurso para telegrafista. Tanto gostava e praticava que se tornou profissional reconhecido pela velocidade com que trabalhava. Terminou o colegial em 1956, com 29 anos, e fez vestibular para o curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), momento em que se transferiu para Porto Alegre.

Quando da entrevista, às vésperas de completar 86 anos, o ex-governador Alceu de Deus Collares ostentava não apenas vigor físico e agilidade mental invejáveis, mas também contagiante alegria, temperada pelo marcante sentimentalismo típico dos gaúchos nascidos no Pampa. Gosta de mostrar aos amigos os troféus, diplomas e fotografias que registram sua vida, sua carreira política e a evolução do trabalhismo. Aliás, de certa forma, Collares participou de um único partido na vida, originalmente denominado Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Durante o governo militar, os trabalhistas se homizaram no Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Na redemocratização, dividiram-se, ficando a sigla histórica do PTB com o grupo liderado pela deputada Ivete Vargas. Um outro grupo ficou no MDB, transformado em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). E foi criado então o PDT, para abrigar os trabalhistas liderados pelo ex-governador do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, grupo ao qual estava ligado Alceu Collares.

AMBIENTE POLÍTICO | POLÊMICAS MARCARAM A IMPLANTAÇÃO DOS CIEPS E DO CALENDÁRIO ROTATIVO

No comando do estado, Alceu Collares enfrentou já em 1991 grave crise econômico-financeira provocada principalmente pelo desastre da safra de grãos 1990/91, de apenas 10 milhões de toneladas (veja detalhes no tópico *Economia*), contra os 15 milhões de toneladas de 1989/1990. As repercussões foram agravadas pelas medidas drásticas adotadas pelo governo de Fernando Collor através da ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello. Em ato dramático, em 1991 o governador declarou uma moratória, suspendendo todos os pagamentos aos fornecedores e priorizando o pagamento do funcionalismo. O PIB do estado caiu dois anos consecutivos, 6,6% em 1990, no último ano de Simon, e outros 2,2% em 1991, no primeiro ano de Collares. Mas ocorreu uma acentuada recuperação nos anos seguintes.

Prometendo uma revolução na educação, Collares fez desta área a mais conflituosa e polêmica de seu governo. Nomeou sua mulher, Neuza Canabarro, secretária da Educação, e iniciou a implantação dos Centros de Ensino em Tempo Integral (Cieps), tal como havia feito na sua passagem pela prefeitura de Porto Alegre. Os Cieps foram bem recebidos, mas a criação do calendário rotativo, que introduzia no Rio Grande do Sul três diferentes anos letivos, que se revezavam, criou discórdia e fez cair a popularidade do governador.

No período de Collares, os presidentes da Assembleia Legislativa foram César Schirmer (PMDB) e Renan Kurtz (PDT). As bancadas estavam assim distribuídas: o PT elegeu cinco deputados; o PPB, ex-PDS, elegeu 13; o PMDB elegeu 12 deputados, mas aumentou a bancada para 14; o PDT elegeu 13 deputados, mas perdeu dois; o PTB elegeu oito e aumentou para nove deputados; o PFL elegeu dois, mas terminou a legislatura com apenas um parlamentar; o PSB elegeu um deputado. E ocorreram ainda outras mudanças: o PL, que tinha um representante, ficou de fora do Parlamento, e o PCdoB instalou sua bancada com um parlamentar.

CPIs

O governo foi conturbado por nada menos do que quatro Comissões Parlamentares de Inquérito: CPI da Corlac, em 1991/1992; CPI de Candiota III, em 1992; CPI do Desperdício do Dinheiro Público, também de 1992, e, ainda, a rumorosa CPI da Propina, em 1993/94.

A CPI da Propina (de 6/10/1993 a 18/4/1994) foi instalada para investigar denúncias de recebimento de propina para liberação de financiamentos e fraude em concorrências públicas. Foi a primeira CPI a ganhar repercussão, com denúncias que envolviam integrantes da Secretaria de Planejamento Territorial e Obras e do Banrisul. O relatório propôs a reestruturação do Departamento Autônomo de Estradas

O governo foi conturbado por nada menos do que quatro Comissões Parlamentares de Inquérito: CPI da Corlac, em 1991/1992; CPI de Candiota III, em 1992; CPI do Desperdício do Dinheiro Público, também de 1992, e, ainda, a rumorosa CPI da Propina, em 1993/94.

de Rodagem (Daer), a instauração de nova CPI para apurar irregularidades no Sistema Financeiro Estadual e encaminhou mais de 30 temas ao Ministério Público. Quatro tiveram encaminhamento judicial. O presidente da CPI foi Flávio Koutzii (PT), tendo como relator José Octávio Germano (PPB).

Em 1994, o candidato do PDT ao governo do estado foi Sereno Chaise, que teve votação inexpressiva. Collares ficou sem cargo eletivo nos quatro anos seguintes, sendo eleito deputado federal em 1998, cargo para o qual foi reeleito em 2002. Nesse período, foi vice-líder do PDT (1999), vice-líder do bloco PDT/PPS (2001/2002), presidente da Comissão de Seguridade Social e Família (1999) e presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (2006).

Em 2000, candidatou-se a prefeito de Porto Alegre, com a intenção de acabar com o predomínio do PT na cidade, que se iniciara em 1989. No segundo turno, foi derrotado pelo também ex-prefeito Tarso Genro. Antipetista convicto, apoiou em 1998 a candidatura de Olívio Dutra ao governo do estado. Dutra foi eleito, vencendo o sucessor de Collares, Antonio Britto, então no PMDB. Collares foi contrário à participação do PDT no governo petista, apoio que durou pouco mais de um ano.

Nas eleições de 2006, Collares foi o candidato do PDT ao governo estadual. Ficou em quinto lugar, com 3% dos votos. Sem nenhum cargo público, passou a integrar o Conselho de Administração da Itaipu Binacional.

Em 2010, contrariando o PDT gaúcho, que indicara Pompeo de Mattos para vice-governador na chapa de José Fogaça, do PMDB, Collares apoiou a candidatura do petista Tarso Genro, justificando esta decisão pela falta de adesão de Fogaça à candidatura de Dilma Rousseff para a Presidência da República.

ECONOMIA | BUSCA DE EQUILÍBRIO E OLHO NA INTERNACIONALIZAÇÃO

Após os desastres econômicos de 1990 (o PIB gaúcho foi de -6,6%) e 1991 (PIB de -2,2%), em 1992 a economia do Rio Grande do Sul iniciou uma fase de recuperação, com Alceu Collares conseguindo um certo equilíbrio nas finanças públicas. A safra de grãos, por exemplo, foi de mais de 17 milhões de toneladas (contra os 10 milhões da safra anterior). E, assim, o governador colecionou três expressivos desempenhos do PIB, com crescimento de 8,3% em 1992, 10,8% em 1993, e, ainda, 5,2% em 1994 – um crescimento acumulado de 23,46%, o melhor resultado de todos os governos desde a primeira eleição direta, em 1982, até o governo de Yeda Crusius, que terminou em 2010.

E também foi no seu período administrativo que o Mercado Comum do Sul (Mercosul) atravessou o chamado período de transição, “fase estratégica que diz respeito às desgravações tarifárias, aos acordos setoriais e à definição dos projetos de infraestrutura dentro do espaço comunitário”. Como nessa época ganhavam corpo as percepções a respeito do desenvolvimento sustentável, a questão ambiental ingressou pela primeira vez nas discussões. A formulação e a concretização de políticas ambientais em um projeto multilateral, no entanto, não foi uma tarefa fácil, e isso efetivamente se prolongaria, retardando a evolução do Mercosul, em prejuízo do Rio Grande do Sul.

É interessante registrar a menção ao governo Collares que é feita no trabalho *A Paradiplomacia Gaúcha e a Diplomacia do Itamaraty; um Paralelo no Período 1987-2002*, da pesquisadora Luiza Peruffo. Segundo ela, na época, “o desafio do

Brasil consistia de como se inserir no cenário internacional pós-Guerra Fria, mais competitivo e contraditório”. Nesse novo cenário, existiam duas situações contraditórias e ao mesmo tempo complementares, refletindo a própria assimetria do processo:

- globalização (das finanças, economia, valores, informação etc.);
- fragmentação (das identidades, secessão dos estados, fundamentalismos, exclusão social etc.).

Segundo a pesquisadora, no governo de Alceu Collares, diante do expressivo crescimento das exportações para o Mercosul, verificou-se um movimento de mudança nas prioridades do estado, já que não havia mais o receio de que a integração pudesse prejudicar a economia. Gradualmente, a promoção comercial, a geração de negócios e a atração de investimentos passaram a ser as principais motivações da paradiplomacia. “A gestão Collares, no contexto da nova ordem internacional, diante da tendência mundial de globalização de mercados e, regionalmente, de concretização do Mercosul, percebia o importante papel da Secretaria Estadual de Assuntos Internacionais (Seai) na política de relacionamento do estado e inserção externa do Rio Grande do Sul”, afirma Luiza. Desse modo, face à crescente demanda de ações decorrentes de todo o processo de integração, o trabalho da Seai foi multiplicado. Em parceria com a classe empresarial, foi promovido o “Seminário sobre Potencialidades Econômicas do Estado do Rio Grande do Sul frente ao Processo de Integração da América Latina”, que reuniu representações diplomáticas de 22 países latino-americanos com o objetivo de demonstrar o potencial econômico do RS.

Nessa etapa, a Secretaria atuava em três departamentos:

- o Departamento de Assuntos de Integração, que em 1991 lançou o programa Disque-Mercosul, através do qual atendia consultas sobre o processo de integração, baseado em um

banco de dados, e a Bolsa de Negócios, sobre as empresas interessadas em realizar negócios dos quatro países. Outra ação relevante foi a criação de comitês setoriais em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), os quais incorporavam representantes de empresas, sindicatos e universidades.

- o Departamento de Negócios Internacionais, que buscou instruir e assessorar as empresas gaúchas, desenvolveu uma cooperação com o Banrisul para capacitação dos funcionários para a área de comércio internacional e do Mercosul e ficou encarregado do acompanhamento de missões estrangeiras.

- o Departamento de Cooperação Internacional, que buscou a cooperação técnica com países do Primeiro Mundo, como Alemanha, Inglaterra e Japão, no âmbito da agricultura, do meio ambiente, do desenvolvimento urbano, da saúde, da educação, bem como da produtividade e da competitividade das pequenas e médias empresas.

Paralelamente, o esforço conjunto entre Seai, Prefeitura de Porto Alegre, entidades empresariais, bancos e universidades permitiu a instalação de um *Trade Point* em Porto Alegre – vale destacar, o segundo no País. Sinteticamente, os *Trade Points* agrupam fisicamente representantes de alfândegas, bancos, operadoras de transporte, seguros e câmaras de comércio, no intuito de facilitar o acesso ao mercado internacional para pequenas e médias empresas.

Mudanças nas empresas

Na movimentada década dos anos 1990, as medidas de política econômica mudaram bastante o País. Essas melhorias naturalmente ocorreram também no mundo empresarial. Segundo rigoroso levantamento feito pelo subchefe da Secretaria de Desenvolvimento Regional do BNDES, Nelson Siffert Filho, e

pela economista Carla Souza e Silva, em seu importante estudo chamado “As Grandes Empresas nos Anos 90: Respostas Estratégicas a um Cenário de Mudanças”, no período 1991-98 as fusões e incorporações, incluindo as privatizações, ascenderam a US\$ 142 bilhões. No período de Collares, ocorreram 295 fusões e aquisições de grandes empresas, inclusive no Rio Grande do Sul, como nos casos dos grupos de supermercados Real e Nacional, que foram adquiridos pelo grupo português Sonae.

A Gerdau é outro exemplo nesse processo de fusão e aquisição: comprou a Aços Finos Piratini em 1992 e fundiu suas empresas siderúrgicas em uma única empresa, a Gerdau S.A. Posteriormente, obteve participação societária na Açominas e vem internacionalizando suas atividades de forma crescente, criando subsidiárias no Uruguai, Argentina, Chile e Canadá, além dos Estados Unidos. Também foi adquirido o Banco Meridional pelo Grupo Bozzano, Simonsen.

Os pesquisadores do BNDES realizaram, ainda, de maneira complementar, o exame da composição da estrutura acionária das 100 maiores empresas na economia brasileira nos anos de 1990, 1995, 1997 e 1998. E um dos resultados da pesquisa apontou que as propriedades estrangeira e familiar nacional detinham, em 1990, a mesma participação em termos de número de empresas entre as 100 maiores, ou seja, 27 cada, sendo que, no tocante à participação na receita, os estrangeiros detinham 26% contra 23% da propriedade familiar nacional.

As transformações desses dois tipos de controladores foram expressivas no período 1990-1997, uma vez que os estrangeiros passaram a responder por 34 empresas entre as 100 maiores (40% do total da receita), contra 26 empresas familiares nacionais (17% do total da receita). Verifica-se, assim, que durante o período estudado houve um avanço significativo da presença de empresas estrangeiras – das mais diversas nacionalidades

– entre as maiores na economia brasileira, enquanto que a redução daquelas cujo controle era familiar foi da ordem de 6% do total das receitas no mesmo período. Embora a queda de receita tenha sido significativa, não se pode desconsiderar a empresa familiar nacional, por ser uma característica marcante da economia brasileira em termos societários, em geral, e particularmente na economia gaúcha. A questão que desde lá precisa ser enfrentada é avaliar a capacidade de essas empresas sobreviverem entre as maiores em um contexto de acirrada concorrência, como ocorre em 2013.

Uma importante iniciativa de Collares em favor da economia regional foi a criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), instituídos pela Lei 10.283, de 17 de outubro de 1994, para funcionarem como um “fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam ao desenvolvimento regional”.

Seus principais objetivos, segundo a referida lei, “são a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a integração dos recursos e das ações do governo na região; a melhoria da qualidade de vida da população; a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo à permanência do homem na sua região; e a preservação e recuperação do meio ambiente”. A divisão inicialmente contemplava 21 unidades. Mas nos anos seguintes foram criados novos Coredes: em 1998, o Metropolitano Delta do Jacuí; em 2003, mais duas regiões, a do Alto da Serra do Botucaraí e a do Jacuí Centro; em 2006, outros dois Coredes: Campos de Cima da Serra e Rio da Várzea; e, finalmente, em janeiro de 2008, através do Decreto 45.436, foram criadas as regiões do Vale do Jaguari e Celeiro. Atualmente, o Rio Grande do Sul possui 28 Coredes. Desde sua criação, os Coredes têm dado importantes contribuições para a definição de políticas públicas que, ao contrário do que acontecia no passado, reduzam as diferenças regionais, aumentando a velocidade de desenvolvimento das áreas mais pobres.



Agronegócio

No agronegócio, no período de Alceu Collares, o começo foi difícil. A safra 1990/91, plantada durante a administração Simon/Guazzelli, mas colhida nos primeiros meses do governo de Alceu Collares, como se sabe, foi muito ruim, com uma produção de apenas 10,3 milhões de toneladas, 11,8% da colheita do Brasil. É justo mencionar que a safra seguinte, 1991/92, foi muito superior, com uma produção de 17,4 milhões de toneladas, impressionantes 25,3% da produção brasileira, de 68,4 milhões de toneladas. A produtividade foi de 2.536 quilos por hectare, 42,7% maior do que a média brasileira, de 1.777 quilos por hectare. E, finalmente, embora produção e produtividade tenham melhorado na safra 1994/95, o Rio Grande do Sul deixou de utilizar 700 mil hectares em relação à safra 1990/91. Em 1995/96, a produção foi de 21% da colheita nacional, e a produtividade foi 30% superior à média brasileira.

COTIDIANO | EM TEMPOS DE ECO-92, A FEBRE DOS CAFÉS

Quando Alceu Collares assumiu o governo, transformações significativas aconteciam no Brasil, no mundo e no Rio Grande do Sul. Enquanto o governador comprava algumas brigas, como a do calendário rotativo, o estado parecia ter recuperado sua vocação para o crescimento, estimulado por safras melhores e um dólar mais adequado para a exportação. O clima era de otimismo. Nas artes, por exemplo, os gaúchos influenciavam o Brasil, com nomes como Maria Tomaselli, Alice Brüeggemann, Liana Tim, Iberê Camargo, João Luiz Roth e Vasco Prado, em uma verdadeira primavera de criatividade.

O Brasil, que assistira recentemente ao *affair* dos ministros Zélia e Cabral, à morte do cronista Rubens Braga e ao desvio do Banco Meridional, acompanhava, por parte de Portugal, a negativa

de unificar a língua portuguesa através do acordo ortográfico, que mais tarde se concretizaria. Em paralelo, a Câmara Federal aprovava a extinção dos manicômios, e o filho de um fazendeiro confessava, em julgamento, que havia matado Chico Mendes, o líder seringueiro que virou ícone da luta ecológica e da proteção à Amazônia. Nelson Piquet alcançava o segundo campeonato mundial na Fórmula-1, e a demarcação de terras no Rio Grande do Sul era oficializada. Os problemas nessa área, porém, continuariam.

Em uma conjuntura econômica ainda marcada pela instabilidade social e política, caracterizada, no entanto, por indicadores claros de retomada de crescimento, discutia-se, por aqui, a duplicação da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), a questão da sonegação fiscal e uma maior eficiência no serviço público, que em nível nacional tentava acabar com os marajás, os fantasmas e as quadrilhas do crime organizado que pareciam tomar de assalto a Previdência. Enquanto isso, a Câmara Federal investigava o envolvimento de deputados com o narcotráfico.

No futebol, o Grêmio, antes campeão do mundo, agora está na segunda divisão. Nas pesquisas de intenção de voto, mais uma vez o radialista e jornalista Sérgio Zambiasi desponta. Outros profissionais da imprensa são destaque, como Carlos Urbim e Tabajara Ruas, que enveredam, também, pelo campo da literatura. Retratando os fatos do dia a dia, Danilo Ucha, com suas excelentes reportagens, e Hélio Gama e Marco Antônio Birnfeld Gama, em suas colunas, dão o tom. Comentando política e economia, Políbio Braga e Afonso Ritter demonstram estar sempre bem informados, apostando em um texto leve e interessante.

Era um tempo de profunda alteração no cenário mundial. Não suportando mais as pressões, Gorbachev renuncia na URSS. O poder é de Boris Yeltsin, que tem o apoio popular e organiza o levante contra o ex-presidente e sua política de abertura. É o fim da união das repúblicas socialistas, transformadas em Estados

independentes que vão postular autonomia na área política, econômica e militar. No Brasil, as personalidades continuam subindo a rampa com o presidente Collor, e Porto Alegre luta para ser a capital do Mercosul. A venda de eletrônicos cresce, e o acordo com o FMI está difícil.

A indústria gaúcha de carne está em crise, com o fechamento de frigoríficos importantes. Apesar de dificuldade em alguns setores, a produção industrial aumenta. É o início de uma década que não seria tão perdida assim, apesar da dívida, dos organismos internacionais e do advento do neoliberalismo, uma tempestade que veio e que ameaçava nunca mais passar.

Consequência de uma melhor performance da economia, Porto Alegre ia se habituando à confortável acomodação dos *shopping centers*, que caíam no gosto da população. A cidade contava, nessa época, com o João Pessoa, Iguatemi, Rua da Praia, Masson e Praia de Belas, entre outros de menor expressão ou porte. Era a verticalização horizontal do sistema de consumo, centralizando a compra no mesmo lugar, bem ao estilo do modelo norte-americano.

Corpo e espírito

De fato, Porto Alegre já era uma outra cidade, tanto para o lado bom quanto para o ruim. A velha malandragem tinha acabado, dando lugar à violência urbana. A cada dia, em média, 35 casas eram arrombadas na Grande Porto Alegre, e os mecanismos de controle e segurança cresciam. A cada 12 horas, uma pessoa era atacada e perdia o seu carro. Era momento, também, da crise de abastecimento de gás e de preocupações com o meio ambiente: a reserva do Taim, a valorização do turismo ecológico, mistérios no caso da maré vermelha e o pavor mundial com o desmatamento da Amazônia. O Ocidente questionava o progresso e a automação, buscando o crescimento sustentável. Esse seria o principal mote da Eco-92, conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro.

No comportamento das grandes cidades, a moda agora, entre as elites, é cuidar do corpo e do espírito: ginástica, alimentação saudável, através de produtos orgânicos, e a prática da meditação, autênticos movimentos para minimizar o estresse e o desgaste de uma vida cada vez mais competitiva.

No Congresso, é aprovada a lei do inquilinato, e, nos pagos do sul, a Expointer não vive um grande momento. Nos conflitos com parte da sociedade e com o próprio partido, Collares defende Neuza Canabarro, e ela diz que não renuncia da Secretaria da Educação em razão das pressões contra o calendário rotativo. No auge da crise, Dilma Roussef assume a Secretaria de Energia e é recebida com festa pelos militantes pedetistas. E assim ia o governo trabalhista, demonstrando, por vezes, capacidade de negociação, ao reunir vários segmentos da sociedade e conseguindo significativos avanços, e por outras assumindo vocação um tanto quanto centralizadora e vertical. Entre erros e acertos, ficaram legados, como o asfaltamento de estradas, a construção de inúmeras escolas, a Avenida Beira-Rio e a Via do Trabalhador.

Na moda e no estilo urbano, destacam-se as “peruas”, facilmente reconhecidas nas ruas pelo *look* marcado pelo exagero. Bijuterias, acessórios extravagantes em dourado, cabelo pintado de louro, roupas brilhantes e excesso de maquiagem dão a tônica desse tipo de visual, entrecortado por generosos decotes, roupas colantes e saias curtas de couro. Na música, o sertanejo ganha força, sendo chamado, equivocadamente, por alguns críticos, de “a nova Jovem Guarda”. Enquanto isso, os carros argentinos chegam ao Brasil, em número de 18 mil. São os ventos do Mercosul em curso. No âmbito político, cai o ministro do Trabalho, Antonio Rogério Magri, acusado de suborno. No esporte, a Olimpíada de Barcelona traz a eficiência de Robson Caetano e o merecido ouro à brilhante equipe de vôlei masculino brasileira.

No comércio, a briga agora é abrir ou não aos domingos: liminares na Justiça em profusão e

penalidade para o proprietário que colocar funcionários a trabalhar. O Brasil, por sua vez, assiste ao nascimento do filho de Chico Anysio e Zélia Cardoso de Mello. A CPI do caso PC Farias, principal pivô da queda do governo Collor, avança. O cantor e compositor Caetano Velloso chega aos 50 anos, recriando a poesia, e a beleza de Bruna Lombardi invade a novela das 8. Na literatura, o escritor José Saramago, que ganharia depois o Nobel de Literatura e retornaria a Porto Alegre para o Fórum Social Mundial, vem à cidade fazer palestra. O Rio Grande do Sul já contabiliza 36 bebês de proveta, e a febre da telefonia celular se inicia no estado. Os aluguéis estão caros, e o correio eletrônico é implantado pela Procergs. Ainda na área da informática, os computadores pessoais ganham novos programas, e o hábito de marcar reuniões em bares e restaurantes cresce, sobretudo entre políticos, executivos e intelectuais. Das conversas aparentemente informais surgem a clarividência do futuro e decisões importantes.

No plano internacional, o destaque fica por conta dos escândalos na família real inglesa, com a princesa Diana dando o troco e ganhando apoio popular. No Brasil, com o agravamento da situação política de Collor, Itamar já está pronto para assumir e Tarso fica cada vez mais perto da prefeitura de Porto Alegre. Na continuação do governo, a partir de Itamar, medidas populares e a volta do Fusca ganham as manchetes. A cólera vem para o RS e preocupa. Na moda, os bonitos e práticos vestidos longos são a alternativa de verão. A música lembra os 10 anos de morte da gaúcha Elis Regina. Em São Borja, indigente tem direito a herança milionária, e os livros de Pedro Collor e Cláudio Humberto, ex-porta voz do presidente Collor, são lançados, com expressivas pitadas de adultério, bruxaria, drogas, violência e práticas sexuais.

Itamar Franco, empossado presidente, dá prioridade ao combate à miséria e exhibe o seu lado extravagante em aparições públicas e

sociais. Enquanto isso, três décadas de abandono ameaçam a ponte do Guaíba.

Entre os acertos de Itamar está a ida do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC) para o Ministério da Fazenda. FHC criaria a URV, o Plano Real e estabilizaria a economia. No Rio Grande do Sul, a atriz Ingra Liberato, estrela da novela *O Pantanal*, participa da Expointer. Morre o extraordinário cineasta Federico Fellini, enquanto que os palestinos, na liderança de Yasser Arafat, reconhecem Israel. Os conflitos acabam, e a situação no Oriente Médio parecia ter um final feliz. Não foi por muito tempo.

Entre nós, o tráfico de meninas e a prostituição infantil preocupam. O estado luta pela duplicação da BR-386, a chamada Estrada da Produção. O IBGE aponta a Região Sul como tendo a melhor qualidade de vida do País. No mundo das celebridades, destaque para a modelo alemã Cláudia Schifer, a cinderela dos anos 1990, e para a insuperável Fernanda Montenegro.

No jornalismo gaúcho, destaque ainda para jornalistas da imprensa escrita, como Nilson Mariano, Carlos Wagner e Marcelo Rech, além do irreverente Eduardo Bueno, o Peninha. Na imprensa televisiva, brilha Cristina Ranzolin, filha do narrador Armindo Antonio Ranzolin, na época apresentadora, junto com Wiliam Bonner, do *Jornal Hoje*, na Globo. Em Brasília, os anões do orçamento enchem as páginas dos jornais, e Romário é destaque no futebol do Barcelona. O PIB gaúcho tem o maior crescimento em sete anos, e a renda volta a ser a estrela da moda, pronta para seduzir.

No Brasil, a lentidão do setor público, que começa a instalar programas de qualidade, atrapalha, mas não impede o avanço do setor privado. Em Porto Alegre, morre o fantástico pintor Ado Malagoli, e o Ateliê de Vasco Prado, no bairro Pedra Redonda, vira escola. Antonio Britto desponta nas pesquisas para governador. Para comentar sobre arte, política e cotidiano, nada melhor do que ir a um café. E é o que

aponta uma acreditada pesquisa, dizendo que os gaúchos e porto-alegrenses são apaixonados por supermercados (os melhores do Brasil) e por cafeterias. Nada mal.

CULTURA | REALIZAÇÕES EM MEIO A TURBULÊNCIAS

O governo Alceu Collares foi marcado por inúmeras turbulências, não apenas na área da educação, com prós e contras com a respectiva secretaria entregue à primeira dama, Neuza Canabarro, mas também na cultura. Logo no primeiro ano de seu governo, Collares vetou uma proposta de lei de apoio à cultura, e chegou a cogitar da fusão administrativa do Theatro São Pedro, Ospa e Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF). Houve, também, discordâncias da comunidade cultural em relação à nomeação de integrantes para o Conselho Estadual de Cultura, e ainda em 1991 aconteceu a troca no comando da TVE, por suspeitas de irregularidades. Saiu Leonid Streliaev e assumiu Bibó Nunes, que ficou à frente da fundação até 1993.

A administração de Bibó foi ao mesmo tempo controversa e modernizadora. É dessa época a afiliação da TVE com a TV Cultura e, mais tarde, também com a TVE Brasil. Foram adquiridos *teleprompters* e câmeras novas, e também houve expansão dos transmissores pelo estado. Bibó lançou e apresentou o programa *7 No Ar*, baseado no *Câmera 2*, de Clóvis Duarte, que discutia os assuntos locais do dia em horário nobre. Ao lado de Bibó, atuavam Vera Armando, Rejane Noschang, Sérgio Schueller, Lena Kurtz e José Fontela. No período do meio-dia, foi criado um programa semelhante ao *Jornal do Almoço*, da RBS, inclusive contando com a participação da então recentemente demitida apresentadora Maria do Carmo. Também participavam como comentaristas, entre outros, Eduardo “Peninha” Bueno e o cineasta José Pedro Goulart.



**USINA DO
GASOMETRO**

CIBS

PLANO
ALGARVE

exposição **USINA
DO
GASOMETRO**
**80
anos**
27 de novembro de 2008
a 27 de março de 2009



TEATRO ELIS REGINA

PORTO
E



Em determinada ocasião, Neuza Canabarro, revoltada com um comentário de Tânia Carvalho, ícone do jornalismo na época, sobre o governador, invadiu o estúdio onde era apresentado o programa *Mãos à Obra* e exigiu, com sucesso, seu cancelamento imediato.

O programa *Radar* também marcou época, dando espaço a bandas de rock gaúchas e visitantes, dicas para os jovens e informações culturais. Uma de suas primeiras apresentadoras foi Marla Martins.

Turbulências à parte, 1991 ficou marcado pelo sucesso de *Buffet Gloria*, de Élcio Rossini, com a impagável Ilana Kaplan no elenco. No cinema, a palavra crise mais uma vez imperou. Entre os curtas gaúchos, destaque para *Esta não é a sua vida*, de Jorge Furtado, e para as mostras e os ciclos na Sala Eduardo Hirtz e no Ponto de Cinema/Sesc. A falta de público para o teatro levou, inclusive, ao cancelamento da exibição de *Antígona*, no Teatro São Pedro.

Na contramão, Nei Lisboa lotou o São Pedro com seu show *Petit Subversão*, que reapresentou no final do ano, no Araujo Vianna. Falando em música, Adriana Calcanhoto arrebatou o Prêmio Sharp de revelação e lançou um vídeo chamado *Voz e violão*. A Ospa, por sua vez, realizou 34 concertos no Teatro Leopoldina, enquanto Paul Simon, uma das principais atrações internacionais do ano, levou apenas 4 mil pessoas ao Gigantinho.

Entre as boas notícias de 1991, a inauguração do Centro Cultural da Usina do Gasômetro. São 18 mil metros quadrados de área, que abrigam auditórios, salas multiuso, anfiteatros para vídeo e atividades múltiplas, laboratório fotográfico, estúdio de gravação, videoteca, espaços para exposições, centro de documentação com biblioteca, cinema, teatro e praça de variedades com restaurante e bares.

Na esfera nacional, a novidade ficou por conta da aprovação na Câmara Federal do projeto da Lei Rouanet, que substituiria a Lei Sarney, criando o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

Em 1992, a Usina do Gasômetro batizou seu teatro com o nome de Elis Regina, em homenagem aos 10 anos da perda da grande intérprete do Brasil. No ano em que o Festival de Gramado virou mostra internacional, Pedro Almodóvar levou o Kikito de melhor diretor com *De Saltos Altos*. No mesmo ano, o pernambucano Lenine e o carioca Paulo César Pinheiro venceram o Musicanto de Santa Rosa, com a música *Candeeiro Encantado*.

Eric Hobsbawn atraiu as atenções ao participar do seminário Polis e Cultura, enquanto o original grupo DeFalla lançava o disco *Kingzobullshit* e era convidado para participar do Hollywood Rock do ano seguinte.

Em 1993, ano embalado pelo suingue de Jorge Ben Jor e sua dançante “W Brasil”, Porto Alegre ganhou um novo espaço, o Solar dos Câmara, reformado e entregue à comunidade, de imediato ocupando o espaço para a realização de saraus. Na segunda edição do Prêmio Açorianos de Música, destaque para Bebeto Alves e para a dupla Geraldo Flach-Luiz Carlos Borges, que ficaram com as principais premiações. Flach, a propósito, apresentou-se em maio com Nana Caymmi, no Theatro São Pedro, enquanto Giba-Giba finalmente lançou seu primeiro disco, *Outro Um*, marcando 25 anos de carreira.

O interior também esteve em evidência, com a realização da 5ª Jornada Nacional de Literatura, evento que a cada ano conquistava crescente importância, e depois de 10 apresentações em cidades gaúchas, o empresário Doddy Sirena foi convidado para ser o *manager* do rei Roberto Carlos. O *show* “Sanpoa” levou para a capital paulista uma *troupe* de gaúchos integrada por Totonho (hoje Antonio) Villeroy, Vitor Ramil, Bebeto Alves, Gelson Oliveira, Nei Lisboa e Hique Gomes, enquanto os australianos do Midnight Oil foram das poucas atrações internacionais a visitarem a capital gaúcha.

Nas letras, Verissimo chegou a 500 mil exemplares vendidos do *best-seller* *O analista de Bagé*, e a Feira do Livro recepcionou como astros os franceses Michel Mafesoli e Jean Baudrillard.

As perdas de Mario Quintana, em maio, e de Iberê Camargo, em agosto, foram as notas tristes de 1994, ano em que Luis Fernando Verissimo lançou *Comédias da vida privada* e Luiz Antonio de Assis Brasil completou sua Trilogia do Pampa com *Os senhores do século*, que ganharia o Açorianos de Literatura no ano seguinte, a exemplo do que já havia ocorrido com *Pedra da Memória*, vencedor do prêmio em 1993. No 1º Porto Alegre em Cena, destaque para o retorno de *Bailei na Curva*, depois de 10 anos fora dos palcos, e para *Confissões de Adolescente*, que agitou o Theatro São Pedro com atores em meio ao público, marcadamente jovem, que não se constrangeu em interagir com aplausos e assovios durante os espetáculos.

E enquanto o Margs comemorava 40 anos em meio às muitas queixas sobre goteiras e infiltrações, a 22ª Bienal de São Paulo era marcada pela profusão de vídeos e instalações que demarcavam uma nova visão sobre os suportes e limites físicos da arte. No mesmo ano, o uruguaianense Vasco Prado, ao completar 80 anos, virou cidadão honorário de Porto Alegre.

Se a Capital perdeu 12 cinemas, mas ganhou quatro novas casas, destaque para os curtas *A Festa*, de Jaime Lerner, *A Matadeira*, de Jorge Furtado, e para o média-metragem *Ventre-Livre*, de Ana Luíza Azevedo. Na música, sobressaiu-se o lançamento de CDs com a obra de Araújo Vianna (na interpretação de Olinda Alessandrini e de Adriana de Almeida), bem como o tributo a Guerra Peixe, com a Ospa sendo dirigida por Ernani Aguiar. Já a história do rock e dos primórdios da música na capital gaúcha foram retratados em fascículos da coleção *A Música de Porto Alegre*.



DEPOIMENTO: ALCEU COLLARES

A vida antes de chegar ao governo do estado.

Sempre fui muito metido a besta. E, por isso, embora sem recursos, era um assíduo frequentador da noite porto-alegrense, namorando, declamando, cantando e frequentando os restaurantes tradicionais, como o Dona Maria, ao lado da Galeria Chaves, nos fundos do famoso Abrigo dos Bondes. Eu era tão exibido que de vendedor de frutas em Bagé, em 1939/40, cheguei ao governo do estado em 1991.

O futebol e a poesia.

Quando guri, sempre que podia jogava no campinho que tinha ao lado da igreja São Pedro, de pés descalços, pois era de uma família muito pobre. Meu pai era um negro humilde que trabalhava como descarregador de carvão vegetal. E minha mãe era uma índia muito caprichosa e trabalhadeira, que cuidava bem da casa e dos filhos. E mantinha uma horta nos fundos da casa, com telhado de santa-fé. Na frente, tinha um jardim, sempre muito bem arrumado. Assim, trago no lombo as injustiças que as duas raças, o negro e o índio, sofreram.

A rotina do trabalho desde a adolescência.

Um dia, meu pai decidiu que iria vender uns boizinhos e morar na cidade, para eles poderem dar educação para os filhos. E fomos morar em Bagé. Com 13 anos, disse ao meu pai que queria trabalhar, e consegui meu primeiro emprego como entregador de telegrama. Eu era considerado metido, mas tinha é ânsia de aprender. Quando o pessoal da máquina Morse saía, ia bisbilhotar, ver como funcionava. Com 17 anos era radiotelegrafista. Mas sentia uma carência de conhecimento, de saber. E como não havia o ginásio oficial, fui estudar em Rio Grande, no famoso colégio Leão Júnior, onde terminei o Ensino Médio. Quando retornei a Bagé, a família Thompson Flores queria que seu filho, Carlos Rodolfo Thompson Flores, estudasse Direito, mas não que fizesse o secundário em Porto Alegre. Foi criado, então, o curso colegial com clássico e científico. Dessa época guardo duas lembranças: foi ali que se iniciou minha amizade com Mathias Nagelstein, e como eu estudava com muita paixão, todos os anos era agraciado pela escola com várias lembrancinhas por estar sempre em primeiro lugar.



Eu era considerado metido, mas tinha é ânsia de aprender. Depois, como eu estudava com muita paixão, todos os anos era agraciado pela escola com várias lembrancinhas por estar sempre em primeiro lugar.



DEPOIMENTO: ALCEU COLLARES

A vida política.

Logo depois de ter vindo para Porto Alegre, para aumentar a renda, além do trabalho nos Correios, eu dava aulas de língua portuguesa na Associação Cristã de Moços (ACM). Foi nessa época que conheci Leonel Brizola. Mas não falava com ele; ia somente no programa dele na Rádio Farroupilha para ouvir suas ideias, pois admirava sua oratória. Sempre dizia aos meus alunos que ele não era um simples líder, mas um fenômeno. Fui líder da União dos Servidores Postais e Telegráficos, uma entidade muito forte dentro dos Correios.

Os mandatos.

O primeiro foi em 1964. Fui eleito vereador de Porto Alegre, com 4.800 votos. Em seguida, fiz uma tentativa para deputado federal, mas não tive sucesso. Logo depois, acabei ganhando um prêmio na loteria que, em moeda de hoje, seria uns R\$ 2 milhões. Fiz alguns investimentos, mas todos eles fracassaram. Em compensação, em 1970 fui levado à Câmara dos Deputados por 75 mil eleitores. Depois, seria o primeiro prefeito negro da capital gaúcha, em 1985.

As dificuldades com a safra e a polêmica do calendário rotativo.

Foi difícil, mas em nenhum momento perdi a disposição e o otimismo. Basta dizer que jogava futebol quase todos os sábados no ginásio da Brigada Militar. Quando a secretária da Educação e minha mulher, Neuza, decidiu introduzir o calendário rotativo, questionei sobre o objetivo do programa. Diante da explicação de que ela pretendia garantir o aproveitamento pleno das escolas, porque algo entre 200 mil a 300 mil crianças não tinham vagas, concordei com o plano. Hoje sou de opinião que as pessoas não compreenderam foi o nome escolhido para a iniciativa.

A vida fora da política.

Todo homem público, depois de cumprir um mandato, sente um vazio enorme, e não é raro que alguns entrem em profunda depressão. Para evitar isso, logo que saí do governo, construí um campo de futebol no sítio onde me refugio com a família. Mas gostaria de ressaltar que, embora tivesse minoria na Assembleia, nunca tive nenhum projeto negado. Tenho muito orgulho da minha gestão. No meu governo, o estado teve, não um PIBinho, mas sim

um PIBizão. Anote aí: 23,45% foi o crescimento acumulado nos meus quatro anos de governo, contra 14% do Jair, 12% do Olívio, 2,7% do Germano Rigotto, 0,9% do Britto e 0,7% do Simon. A soma do Simon, Britto e Rigotto não chega a 10%. O PIB nacional naquele período foi de 11%.

A CPI da Propina.

Estava tomando café da manhã com a Neuza no Palácio quando o João Luiz Vargas, que era líder do PDT na Assembleia, informou que o deputado Raul Pont, do PT, estava colhendo assinaturas para instalar uma CPI para investigar propinas que estariam ocorrendo em algumas secretarias. Não hesitei: “Vai lá e assina em primeiro lugar, e faz toda a bancada do PDT assinar, porque CPI é um instrumento de democracia necessário e um direito das minorias. Eu não sou Deus para saber o que está se passando em todas as seções. Quem sabe não vai ser uma grande ajuda que vão dar?”. Era um discurso ingênuo da minha parte, mas estava com a consciência tranquila, sabia que não tinha culpa no cartório. Foi um momento muito violento, transformaram num palanque. O PT não podia conviver com uma liderança forte como a nossa. Eles eram assim.

O secretariado.

Era excelente, confiava integralmente neles: Walter Nique, no Planejamento; Orion Cabral, Fazenda; Neuza Canabarro; Geraldo Gama, na Justiça; delegado Wilson Mülller, na Polícia Civil; e o coronel Maciel, na Brigada Militar.

Destaques entre as ações de seu governo.

A extinção de duas secretarias e a concessão de isonomia salarial aos oficiais da Brigada Militar, equiparando os salários com os dos delegados de Polícia. Assumi e mandei um projeto para a Assembleia, e eles aprovaram. O Ministério Público entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) alegando a inconstitucionalidade da isonomia salarial, já que os delegados tinham a isonomia porque eram possuidores de curso jurídico. Então enviei para a Assembleia um projeto estendendo esse direito aos coronéis e oficiais, e isso foi consagrado. Além disso, na época a inflação corroía os rendimentos, com índices de 60% a 70%. Por isso, como já criara a bimestralidade na Prefeitura, fiz o mesmo no estado, com o nome de gatilho salarial.

Foto: Jefferson Bernardes



GRANDIENDO SU CUIA RANIBICORANDI DO SUIO GRACIOGRANDEHS
DOSSUIOGRANENOCORANDI DO SUIO GRANDEENDO SU CUIA RANIBICORANDI DO SUIO GRACIOGRANDEHS
GRANDIENDO SU CUIA RANIBICORANDI DO SUIO GRANDEENDO SU CUIA RANIBICORANDI DO SUIO GRACIOGRANDEHS



1995 ANTONIO BRITTO 1998

SUL
ANTONIO BRITTO DO SUL
SUL RIO GRANDE DO SUL



Em 1994, Antonio Britto Filho, jornalista nascido em Santana do Livramento, na fronteira com o Uruguai, em 1º de julho de 1952, saiu do Ministério da Previdência Social com tamanha popularidade que chegou a ser cogitado para ser o candidato à Presidência pelo PMDB. Ele declinou do convite porque tinha um plano que considerava necessário realizar antes de qualquer outro: aceitar o fato de ser o “candidato natural” de seu partido e vencer a eleição para governar o Estado do Rio Grande do Sul. E essa foi uma das ocasiões em que o “candidato natural” venceu.

No primeiro turno, Britto quase liquidou a eleição, com 49,2% dos votos válidos, contra 34,7% de seu principal concorrente, Olívio Dutra (PT). No segundo turno, com o apoio do então PPR (hoje PP) e parte do PDT, obteve 52,2% dos votos, contra 47,8% de Olívio. A polarização PMDB/PT no Rio Grande do Sul repetir-se-ia nas eleições de 1998 e de 2002.

Quando foi eleito governador, Antonio Britto não era exatamente um iniciante na política. Jornalista de carreira exitosa, ele assessorou Tancredo Neves em sua candidatura à Presidência da República, e, por isso, recebeu o triste encargo de noticiar à Nação o falecimento do presidente eleito. Convidado por Ulysses Guimarães, ingressou no PMDB e foi eleito deputado federal em 1986 com votação consagradora. Mas teve dificuldade para se reeleger em 1990, e indício de que isso ocorreria foi sua frustrada tentativa para eleger-se prefeito de Porto Alegre em 1988.

Britto havia participado ativamente da Constituinte, onde aprendeu bastante sobre os problemas previdenciários, e em 1992 o presidente Itamar Franco convidou-o para assumir o Ministério da Previdência Social, onde concretizou a lei que assegurava aposentadoria para o trabalhador rural. Afastou-se do ministério em 1994, ano em que foi candidato ao governo do Rio Grande do Sul.

Morando há 12 anos em São Paulo, por razões profissionais, Britto diz que está longe do cenário político atual, mas isso não o impede de brincar com amigos, pedindo que respondam “três perguntinhas”: qual o único estado, entre os principais do Brasil, em que todos os partidos grandes já foram governo? Qual o único desses mesmos estados que nunca teve reeleição? E, finalmente, desses estados, qual foi o único que não conseguiu completar nenhum processo de reforma para lado nenhum? “A resposta é uma só: Rio Grande do Sul.”

AMBIENTE POLÍTICO | GOVERNANDO O GOVERNO

O processo sucessório na democracia presidencialista, destacando as eleições para os cargos executivos, apresenta mistérios que nem mesmo os melhores cientistas políticos do mundo conseguiram decifrar. Um desses enigmas se apresenta antes da própria campanha eleitoral, quando os partidos precisam escolher seus candidatos. Antonio Britto foi a escolha natural do PMDB nas eleições de 1994 para o governo gaúcho. E confirmou o acerto da opção. Ao assumir o cargo, em 1º de janeiro de 1995, registrou a necessidade de união dos gaúchos, lembrando: “Temos presentes na história das nossas frustrações coletivas esses momentos em que, perdida a solidariedade com os interesses maiores do estado, rompem-se os laços de convivência entre corporações, partidos, segmentos ou regiões. E nos aplicamos, feroz e inutilmente, à mútua cobrança de responsabilidades, sem qualquer resultado prático, ou, então, lançamo-nos à infrutífera sucessão de promessas sem viabilidade, reivindicações sem realismo, confrontos sem vencedores”.

E propôs: “Sejamos claros conosco, com a nossa história e com o nosso próprio futuro. O Rio Grande hoje tem um grave e urgente problema a resolver: o próprio governo do estado, a estrutura da máquina pública estadual. Visto de dentro, não funciona e condena seus servidores à falta de instrumentos para agir e, em muitos casos, à falta de dignidade para trabalhar. Visto de fora, igualmente não funciona e condena cidadãos e contribuintes à falta de qualidade dos serviços que presta. Por isso, digo nesta cerimônia de posse que o primeiro passo para construir o futuro do Rio Grande é governar o governo. Essa será nossa mais obstinada tarefa”.

Disse, ainda: “Repensar o governo não pode tomar a forma cosmética de uma simples reforma administrativa, nem pode ser tarefa apenas do governo. É preciso dar fim à triste rotina das contabilidades mensais ou anuais que não fecham, da escolha entre atrasar salários ou paralisar obras, entre tratar mal os servidores ou os contribuintes”. E prometeu: “É preciso ousar, municipalizando com responsabilidade; ampliando o controle dos atos do governo pela sociedade e pelas entidades comunitárias; profissionalizando a gestão do setor público; adotando indicadores permanentes de avaliação do desempenho e da produtividade da administração; perseguindo obsessivamente o corte de gastos supérfluos, o combate ao desperdício, à sonegação e à corrupção; firmando parcerias com a iniciativa privada para recuperar a infraestrutura do estado e, em todos esses atos, detendo-se apenas diante de um e único limite: a afirmação do caráter público do governo. Público no método, aberto à fiscalização, ao diálogo, ao debate; público no objetivo, de modo a libertar as ações do governo dos obscuros grilhões que o mantiveram preso a interesses privados, constituídos de dentro ou de fora da máquina estatal. Governar o governo é fazê-lo sempre e cada vez mais público. Sem isso, o Rio Grande não aproveitará as oportunidades que tem diante de si”.

Antonio Britto foi o candidato natural do PMDB nas eleições de 1994 para o governo gaúcho. E confirmou o acerto da escolha. Ao assumir o cargo, em 1º de janeiro de 1995, registrou a necessidade de união dos gaúchos, lembrando: “Temos presentes na história das nossas frustrações coletivas esses momentos em que, perdida a solidariedade com os interesses maiores do estado, rompem-se os laços de convivência entre corporações, partidos, segmentos ou regiões. E nos aplicamos, feroz e inutilmente, à mútua cobrança de responsabilidades, sem qualquer resultado prático, ou, então, lançamo-nos à infrutífera sucessão de promessas sem viabilidade, reivindicações sem realismo, confrontos sem vencedores”.

Aliás, na campanha, mesmo em debates, ele havia dito que era preciso ter coragem para aceitar o fato de que a estrutura do estado, suas formas de organização administrativa e também algumas das práticas políticas em uso não eram mais adequadas aos desafios que o Rio Grande do Sul tinha pela frente.

Coincidentemente, no dia da posse de Britto, Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil comemoravam o início da plena vigência do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Para o novo governador, que esperava ampliar as relações do Rio Grande do Sul com o exterior, o bom funcionamento do Mercosul era crucial. A propósito, ele disse que “a vertiginosa sucessão de acontecimentos mundiais, aproximando nações, unindo mercados e estabelecendo uma competição sem precedentes na história universal, avisa-nos que o Rio Grande não pode perder mais tempo”.

Na sua gestão, os presidentes da Assembleia Legislativa foram José Octávio Germano (PPB), em 1995 e 1996; João Luiz Vargas (PDT), em 1997, e José Ivo Sartori (PMDB), em 1998. Britto conseguiu administrar com uma confortável maioria, embora sua base de apoio oficial contasse apenas com o PMDB com 10 parlamentares, PPB com 13 e PSDB com um, ou seja, 24 deputados. Mas obteve sempre o apoio não oficial do PTB, que contava com uma bancada de 10 deputados e, ainda, os dois representantes do PFL.

ECONOMIA | OBSESSÃO POR ATRAIR INVESTIMENTOS

Os planos iniciados no governo Antonio Britto poderiam, no futuro, ter reflexos importantes no crescimento econômico do estado. Mas o fato é que, durante o período de quatro anos de administração, o crescimento acumulado foi de apenas 10,1% (-5,0 em 1995, -0,2% em 1996, 5,9% em 1997 e uma nova queda, de -0,95%, em 1998).

Segundo uma fonte muito próxima de Antonio Britto, “ele tinha dois planos de governo”. Embora os dois projetos estivessem presentes em seu discurso de posse, “um deles passava praticamente despercebido”. Ocorre que Britto estava decidido a promover uma verdadeira revolução econômica no Rio Grande do Sul, mediante a atração de investimentos externos de todos os portes. Ele tinha a convicção de que as empresas internacionais, desde filiais de restaurante até fábricas de automóveis, traziam grandes contribuições ao estado.

Segundo essa fonte, passou-se muito tempo de governo para que as pessoas percebessem que Britto apostava que, além de empregos e modernas técnicas produtivas, as empresas também adotavam boas práticas administrativas que simplificariam desde as suas relações com o fisco até o melhor cumprimento das leis trabalhistas e ambientais. Sem contar suas preocupações com a inovação. O assessor relata que compreendeu o projeto de Britto no final

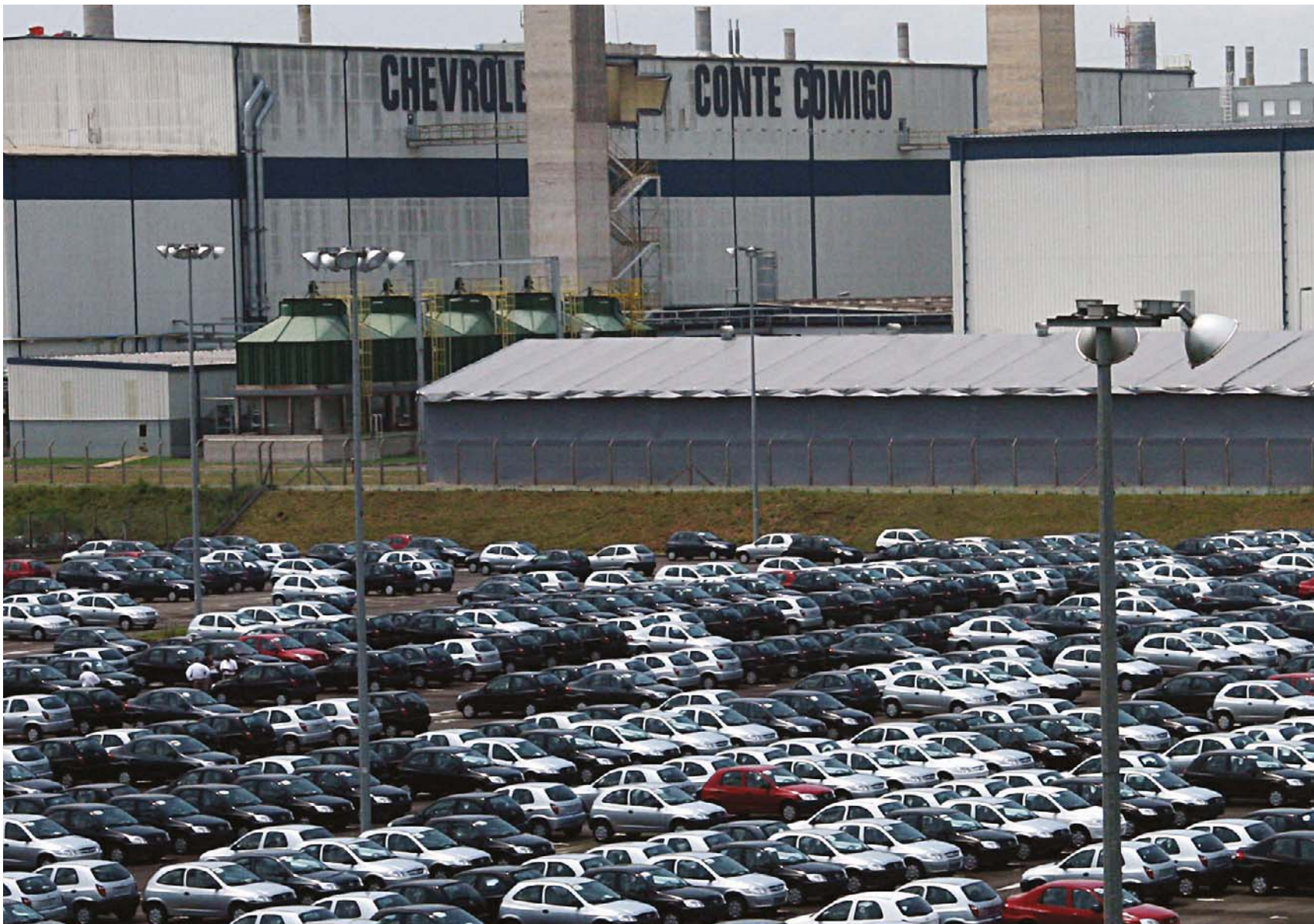
Disse Britto em seu discurso de posse: “Repensar o governo não pode tomar a forma cosmética de uma simples reforma administrativa, nem pode ser tarefa apenas do governo. É preciso dar fim à triste rotina das contabilidades mensais ou anuais que não fecham, da escolha entre atrasar salários ou paralisar obras, entre tratar mal os servidores ou os contribuintes. (...) Governar o governo é fazê-lo sempre e cada vez mais público. Sem isso, o Rio Grande não aproveitará as oportunidades que tem diante de si”.

do primeiro ano de governo, ainda em 1995: “Em uma quarta-feira cedo, no dia em que faria uma palestra na Federasul, o governador recebeu o telefonema do presidente da Renault brasileira. Ele disse a Britto que sua empresa instalaria o futuro Complexo Ayrton Senna em São José dos Pinhais, ao lado de Curitiba, no Paraná. O governador educadamente agradeceu o telefonema e desligou. Acho que foi a única vez que vi Britto tomado de fúria” (*confira a versão de Britto sobre o episódio em seu depoimento*). Nessa oportunidade, Britto percebeu que o Rio Grande do Sul perderia outros projetos porque as empresas, mais do que mão de obra de alta qualidade, incentivos fiscais e bom clima, exigiam condições adequadas de infraestrutura. “Elas tinham uma espécie de *check list* que a cada encontro era preenchido em algum item”, disse ele. O Rio Grande do Sul não tinha telefones, boas estradas, sistema portuário em

condições, garantia de fornecimento de energia elétrica, entre outras deficiências. Britto então atirou-se obsessivamente a equacionar esses problemas, de forma a colocar o estado em posição competitiva.

Ele privatizou a Companhia Rio-grandense de Telecomunicações (CRT), duas terças partes da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) Distribuidora, assinou o contrato de financiamento federal para a recuperação do Banrisul, efetuou a absorção da Caixa Econômica Estadual e criou um programa de concessões rodoviárias, passando para a gestão da iniciativa privada quase 1.800 quilômetros de estradas, dos quais mais de 900 quilômetros de estradas federais. Embora essas medidas tenham gerado rápida melhoria em todos os serviços, foram criticadas asperamente pela oposição.

GM de Gravataí.
Foto: Nilton Santolin



Com esses dados nas mãos, o governo de Britto, tendo principalmente o secretário de Desenvolvimento e Relações Internacionais, Nelson Proença, à frente, intensificou suas negociações para atrair investimentos, até que pescou um peixe grande, a General Motors, que anunciou a instalação de sua montadora mais moderna do mundo em Gravataí.

Proença trabalhava simultaneamente na atração de outra montadora e também nas possíveis oportunidades que se abririam, se isso viesse a ocorrer. Quando Antonio Britto recebeu o telefonema da Ford, dizendo que a sede de seu novo complexo seria o município de Guaíba, o governo literalmente entrou em *frisson*, não apenas porque o investimento da Ford era praticamente o dobro do da GM, mas também porque ela prometia instalar, em parceria com o Senai, uma

escola técnica para preparar jovens capacitados a ingressar no sistema automobilístico, a transferência das importações de veículos da Ford de Vitória para Rio Grande (coisa que ela chegou a iniciar) e a instalação de um centro para o desenvolvimento de projetos automobilísticos, literalmente transferência de tecnologia. Tudo isso a Ford fez na Bahia.

Mas era só o começo. O então presidente do grupo Gerdau, Jorge Johannpeter, confirmou a Britto que instalaria a primeira fábrica de aço planos do grupo em Nova Santa Rita. E a fabricante de pneus Goodyear também anunciou uma fábrica no estado. Esses novos projetos teriam impacto direto nos custos das duas montadoras. Proença, inclusive, sabedor de que o aço plano local permitiria mais aplicações, tinha obtido sinal de um grupo internacional disposto a fabricar no estado seus produtos



da chamada linha branca, como refrigeradores, máquinas de lavar roupas e louças e freezers, por exemplo. Na esteira dessa indústria, naturalmente viriam empresas fornecedoras. Aliás, o parque metalmecânico gaúcho jamais tomou conhecimento de que esteve a um passo de um crescimento explosivo.

Criado em 1972 pelo governador Euclides Triches, o Fundo Operação Empresa (Fundopem) foi o primeiro instrumento fiscal do Rio Grande do Sul para apoio a empresas industriais que se implantassem no estado.

Tímido, o Fundopem original concedia um incentivo financeiro limitado ao máximo de 50% do incremento que a empresa beneficiária gerasse na sua arrecadação do ICMS. O recurso só voltava para a empresa após a arrecadação do imposto pelo Tesouro. Por isso, o fundo tradicionalmente foi pouco utilizado. Em 1989, seu movimento representou apenas 0,03% do ICMS estadual. Ele só se tornou realmente importante a partir de 1995, quando foi reformulado pelo governador Antonio Britto. Em quatro anos, foram aprovados 660 projetos, em um total de R\$ 8,2 bilhões de investimentos.

Na primeira alteração, o incentivo fiscal foi limitado a 75% do ICMS incremental gerado pela empresa. Além disso, o montante do benefício total não podia ir além de 60% do investimento que a empresa realizasse.

A grande novidade, introduzida logo depois, foi o instituto do crédito presumido, que abriu a possibilidade de as empresas obterem o benefício no momento do pagamento mensal do seu ICMS, cujo valor podia cair então a níveis mínimos. Combinado a financiamentos subsidiados de até 100% do investimento para “equiparar ao tratamento de outros estados”, o abatimento do ICMS reduzia consideravelmente os desembolsos dos investidores, especialmente em setores como a petroquímica e a indústria de fumo, favorecidas por tratamento diferenciado. Como reflexo disso, o movimento do Fundopem representou

6,74% do ICMS em 1998, o ano com o maior número de concessões.

No período de 2000 a 2004, mesmo com poucas concessões, o Tesouro do Estado abriu mão de uma média de 5% do ICMS em favor de empresas investidoras.

Nos quatro anos do governo Yeda Crusius – de 2007 até 2010 –, o Fundopem aprovou 96 projetos, um total de R\$ 3,38 bilhões de investimentos.

No agronegócio, os produtores gaúchos conseguiram manter as perdas no mínimo possível. Em termos de produção, entre a safra 1994/95 e 1998/99, a queda foi de 21,1% para 18,8%. Mas a produtividade levou um tombo, pois caiu de 30,7% acima da média nacional para apenas 4,6% maior do que a produtividade média das lavouras de grãos do País.

Ambiente

No Brasil e no Rio Grande na época do governo de Antonio Britto, tudo era efervescência. Na ordem do dia, os novos conceitos de administração a influenciar os setores público e privado: qualidade total, reengenharia e *benchmarking* invadem os gabinetes e o chão das fábricas. Era o esforço de um estado que precisava crescer e exportar e não tinha dinheiro para investir, comprometida sua folha com o pagamento do funcionalismo e a dívida.

Aliás, foi na questão da dívida que Britto deu os primeiros passos, propondo sua federalização. Na área financeira, algumas outras medidas significativas, como a privatização do Banco Meridional, o famoso plano de demissão voluntária da Caixa Estadual (que acabou extinta) e a tentativa de tirar do domínio do estado também o Bannisul. Com parte da população defendendo essas medidas, outra parcela criticando, o governo ia se desenrolando, em meio a um ambiente em que a população inteira

parecia respirar política 24 horas por dia. Os embates na tribuna da Assembleia Legislativa e em programas de televisão e rádio eram permanentes e davam a tônica das visões políticas diametralmente opostas em permanente tensão. De um lado, Cezar Busatto, Berfran Rosado, Mário Bernd e Nelson Proença sustentavam a defesa de Britto, enfrentando Flavio Koutzii, Estilac Xavier e Ivar Pavan como principais porta-vozes da oposição.

COTIDIANO | SURGE O DVD, RONALDO “SURTA” E BRASIL PERDE BETINHO

Durante o governo Britto, Ornela Muti e Jodie Foster, no cinema, brilhavam. Gustavo Borges se destacava na natação. O melodioso Djavan se apresentava no Teatro da Ospa. Para seguir a moda e ficar nos parâmetros mundiais, mais especificamente europeus, as mulheres precisavam ser esguias, no padrão de modelos como Linda Evangelista e Naomi Campbell.

O mundo assistia ao talento de Michael Jordan, enquanto Mike Tyson deixava a prisão e ficava novamente livre para lutar. Em Porto Alegre, estrelas do pensamento liberal debatem o livre comércio. Um time de primeira linha é reunido: Paulo Renato Souza, Mario Vargas Llosa, Paulo Francis e Roberto Campos desfilam suas ideias no Fórum da Liberdade. Enquanto isso, emocionando o Brasil ao anunciar que deixaria as quadras, a jogadora de basquete Hortênsia chora.

Em Brasília, discute-se o monopólio do petróleo. Além de ampla reformulação da Petrobras, que envolveria privatização, o governo queria trocar o nome da empresa para Petrobrax. Com a não aceitação da opinião pública, acabou deixando de lado a ideia. Tirando os prós e os contras, o primeiro governo de FHC seria bem-sucedido, ao contrário do segundo, do qual se esperava mais.

Por aqui, no futebol o cenário tornava a ficar azul, com o Grêmio sagrando-se bicampeão das Américas. Os supersalários consumiam 17% da folha do estado. Aos 65 anos, Rui Spohr comemorava quatro décadas de uma vida dedicada à moda. No Passeio da Primavera, 6 mil ciclistas desfilam pela capital. É criada a TVCom, o canal comunitário da RBS, e lançado o navegador Microsoft Internet Explorer. Surgem no Brasil os primeiros provedores de acesso e o primeiro jornal *on-line* de internet, o JB. É assassinado o primeiro-ministro de Israel, Itzak Rabin. O empresário PC Farias, ex-braço direito do presidente Collor, é encontrado morto junto com a namorada, um crime até hoje misterioso. Na Olimpíada de Atlanta, o Brasil conquista 15 medalhas, ao mesmo tempo em que é criada a CPMF. *O Quatrilho* faz sucesso internacional, concorrendo ao Oscar de melhor filme estrangeiro. Bill Gates chega ao Brasil, queixando-se da pirataria. O País comove-se com o fim trágico da alegre e irreverente banda Mamonas Assassinas, em acidente aéreo. O estado perderia, ainda, o cardeal dom Vicente Scherer, figura muito importante no reerguimento do complexo Santa Casa.

No setor industrial, duas boas notícias: as previsões de instalação da fábrica da Brahma, em Viamão, e a da duplicação do Polo Petroquímico, dois fatos que se confirmariam e seriam importantes para a Região Metropolitana e para a economia do estado. Além disso, em Gravataí, o estado realiza o sonho de ter uma montadora de automóveis. Era a GM chegando aos pagos.

No mundo, o fato que mais repercutiu é a assinatura, pelo presidente Mandela, da nova constituição da África do Sul, livre, agora, da opressão. Nos Estados Unidos, Bill Clinton é reeleito.

Por aqui, a Freeway passa para o controle da iniciativa privada, enquanto que a Avenida Assis Brasil, em Porto Alegre, se transforma em pista de “rachas” durante a alta madrugada.

Aumentam os assaltos a ônibus na capital. Tingir os cabelos, como a cantora do Kid Abelha, Paula Toller, vira moda. Por falar em moda, a gaúcha Shirley Mallmann arrasa em Paris, durante desfile que marcou época. Shakira reúne 15 mil pessoas no Gigantinho. O centro de Porto Alegre comemora a revitalização do Mercado Público, que ganha cobertura de metal, escadas rolantes e bancas remodeladas. O novo e o velho convivem harmoniosamente, já que a fachada e a arquitetura foram preservadas.

Novas estatísticas comprovam que a inexistência de uma política habitacional para as classes mais baixas condena 20 milhões de brasileiros à vida em favelas, sob condições degradantes. Ao completar 25 anos, a Expoiner acentua seu perfil regional e exibe bagagem genética nobre para atender às exigências mundiais. Em São Paulo, depois de 30 anos de prisão, é libertado o lendário bandido da luz vermelha, que aterrorizou, durante muitos anos, a vida e o imaginário dos paulistas. No setor de tecnologia, a máquina imita o homem: o PS-2, primeiro robô real com forma e características humanas, reacende o ideal da construção do homem artificial.

O Brasil perde o sociólogo Betinho, o “irmão do Henfil”, imortalizado na música “O bêbado e a equilibrista”, de João Bosco e Aldir Blanc, interpretada por Elis Regina. Betinho lutou contra a fome e a miséria, tornando-se uma das poucas unanimidades nacionais. Mesmo doente, ele provou que um país solidário possui cura. O Rio Grande do Sul parece entrar no mapa do desenvolvimento econômico, com mais avanços que recuos, mas a população se manifestaria, depois, nas urnas, contrária à maior parte das privatizações, à perda de patrimônio por parte do estado, sua menor capacidade de intervenção e pela continuidade deste projeto.

Com apoio ou sem, o fato é que o Rio Grande atraía investimentos, modernizava-se e resolvia alguns problemas crônicos de infraestrutura.





Neste contexto, é inaugurada a ponte entre São Borja e São Tomé, na Argentina, o que se somaria a outros investimentos importantes, como o porto de Rio Grande e o novo aeroporto. No Brasil, Ivete Sangalo surge e faz sucesso na banda Eva, enquanto que o tenor José Carreras arrebatava corações nas missões jesuíticas, um dos grandes símbolos do estado.

As perdas: morrem o educador Paulo Freire e o antropólogo Darcy Ribeiro, fundador da Universidade de Brasília. Gustavo Kuerten vence o torneio de Roland Garros, enquanto o pugilista Mike Tyson arranca com uma dentada um pedaço da orelha de Evander Holyfield, outra lenda do boxe. O mundo assistiria à devolução de Hong Kong à China, após 156 anos de administração britânica. Desaparecem, também, a princesa Diana e Madre Teresa de Calcutá, missionária que dedicou a vida aos menos favorecidos. Porto Alegre sedia a primeira Bienal do Mercosul, com 842 obras de 275 artistas de sete países. No setor de tecnologia, é criado o MP3. Por aqui, o IBGE mostra em suas estatísticas a estagnação do êxodo rural. O índice no Rio Grande do Sul nunca estivera tão baixo, o que demonstrava o crescimento do interior do estado. Essa tendência viria a se confirmar até os dias de hoje: o interior mais autônomo e menos dependente da Capital.

No plano mundial, a queda da moeda japonesa, o iene, inquieta e preocupa, e a Inglaterra libera a extradição do general Pinochet. No esporte, o Juventude é campeão gaúcho invicto, e Romário é cortado da Seleção. No âmbito do meio ambiente, o navio *Bahamas* derrama ácido sulfúrico no porto de Rio Grande e ameaça a Lagoa dos Patos. A bolsa de Nova York tem queda histórica, em momento sensível na economia mundial. Vem à tona a relação entre o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, e sua estagiária, Monica Lewinsky. Em Porto Alegre, parto realizado no saguão do Hospital Fêmina põe em cheque nosso sistema de saúde pública. Em São Paulo, é preso o maníaco do

parque, enquanto a Copa do Mundo de 2002 tem um desfecho conturbado, devido ao caso do centroavante Ronaldo, que passou mal antes do jogo. Os jornais levantam que em cada três farmácias, duas não possuem farmacêuticos no local, quadro que iria melhorar na década seguinte.

Chegam ao Brasil os DVDs, enquanto que os Estados Unidos bombardeiam o Iraque. Pela primeira vez um papa pisa na Cuba comunista. Morrem Frank Sinatra e Leandro, da dupla sertaneja com seu irmão, Leonardo. No Vale do Rio Pardo, o alerta sobre o uso desenfreado de agrotóxicos. Mais uma vez a questão do desenvolvimento sustentável está em pauta, em um estado que não consegue sequer resolver se as terras são dos índios ou dos colonos, uma luta que já se arrastava por 20 anos. Qual a opção e o modelo a seguir? Industrialização crescente, fábricas de automóveis, privatizações, aumento da máquina estatal, proteção ambiental? O mundo fica mais difícil e complexo, e cada vez mais novos desafios se colocavam na ordem do dia.

CULTURA | UM PERÍODO DE GRANDE AGITAÇÃO

O governo de Antonio Britto teve a marca de uma forte agitação nos meios culturais. A começar pelo fato de que Carlos Appel, o secretário à época da criação da Secretaria de Estado da Cultura e da inauguração da Casa de Cultura Mario Quintana, voltou ao governo para substituir Mila Cauduro (secretária na gestão Alceu Collares). Sua principal tarefa era a de implementar um mecanismo de patrocínio cultural com renúncia fiscal nos moldes da Lei Rouanet, que permitisse dedução de Imposto de Renda. Appel criou a Lei de Incentivo à Cultura (LIC-RS), a partir de renúncia de ICMS, mas, depois de dois anos, pediu seu desligamento da Sedac, sob o argumento de que já havia ficado muito tempo à frente da pasta.

Quem o sucedeu foi Nelson Boeira, intelectual de atuação respeitada na academia, que trouxe para sua gestão o cientista político e posteriormente secretário da Justiça e do Desenvolvimento Social no governo Yeda, Fernando Schüller, com quem Boeira havia trabalhado na Secretaria da Cultura de Porto Alegre. A passagem de Boeira pela Sedac ficou marcada, entre outras ações, pela realização de *shows* e eventos de grandes proporções, aproveitando o novo mecanismo de financiamento. Também foi nesse período que a Bienal do Mercosul foi lançada e que o Prêmio RGE de Cinema foi implementado.

Já no início de 1996, tem início o Planeta Atlântida, iniciativa da Rede Atlântida de rádios, do Grupo RBS. A rádio, que completava então 20 anos, realizou a primeira edição do festival de verão na sede da Saba Campestre. A abertura oficial ficou por conta de humoristas do extinto Programa X e da banda Harmadilha, responsável pelo tema oficial do Planeta. Também tocaram na estreia do festival Mamonas Assassinas, Charly García, Rita Lee, Titãs, Maria do Relento, Papas da Língua e Fernanda Abreu. A partir de 1998, o festival também passou a ser realizado em Santa Catarina. Em 2013, o Planeta Atlântida chegou à sua 18ª edição.

Ainda em janeiro, *O Quatrilho*, de Fábio Barreto, baseado em livro do escritor gaúcho José Clemente Pozenato, é indicado ao Oscar de melhor filme estrangeiro. Nas artes cênicas, Denise Stoklos, que havia sido vaiada no encerramento do 2º Em Cena, um ano antes, teve que cancelar a apresentação de *Des-Medeia*, no Theatro São Pedro, por falta de plateia. Já a peça *O Livro de Jó*, do grupo Teatro da Vertigem, fez sucesso ao ser encenada nos corredores da Beneficência Portuguesa.

Reaberto em 4 de outubro, depois de ter recebido uma nova cobertura, o Araujo Vianna fechou novamente em dezembro, após um vendaval que destruiu a lona e depois de ter sido palco de um dos melhores *shows* do ano em Porto Alegre, com João Gilberto ao violão. No mesmo ano em que ocorreu a segunda versão gaúcha do Free

Jazz Festival, músicos gaúchos excursionaram a Montevideu e também a Sanary, na França.

Nas letras, um ano trágico. Morreram Caio Fernando Abreu, em fevereiro, aos 47 anos, e Luiz Sergio Metz, o Jacaré, autor de *Assim na Terra*, aos 44 anos. Na contramão das perdas, e graças a uma parceria entre o Fumproarte e a Editora Mercado Aberto, foram publicadas obras dos jovens talentos Adriana Lunardi, Cintia Moscovich e Max Mallmann Souto-Pereira, que dividiram atenções com aquele que viria a se transformar em clássico das letras gaúchas: *O maior crime da Terra*, de Decio Freitas, narrando a história dos crimes da Rua do Arvoredo.

A Sedac esteve à frente de duas importantes iniciativas: o 1º Conesul/Dança, no Theatro São Pedro, e o 1º Dança Rio Grande, viabilizando o pagamento de cachês e ajuda de custo para grupos do interior e inclusive da capital.

As artes plásticas viveram um ano de ouro em 1997. A viabilização da Bienal do Mercosul mudou para sempre a posição do Rio Grande do Sul no cenário brasileiro e internacional. Já em sua primeira edição, a mostra foi considerada pelo crítico uruguaio Alberto Torres como “a revisão mais sólida e rigorosa sobre a arte da região”. Cerca de 800 obras de 200 artistas ocuparam 12 espaços expositivos e estavam agrupadas em três vertentes – “Construtiva – A arte e suas estruturas”, “Política – A arte e seu contexto” e “Cartográfica – Território e história”, além de dois segmentos, que reuniam obras de jovens artistas e uma seleção de obras de coleções públicas e privadas do Brasil.

Em dezembro, Décio Presser e Renato Rosa ganharam todos os aplausos ao concluírem um trabalho de sete anos: o *Dicionário das Artes Plásticas do RS*, com nada menos que 1.420 verbetes (453 deles ilustrados) em 440 páginas de uma publicação assinada pela Editora da UFRGS e apoio do Fumproarte. Em paralelo, a Companhia das Letras lançou o volume *Romances e contos reunidos*, reunindo toda a obra de João Gilberto Noll.

Já uma emenda do então vereador Antônio Hohlfeldt aprovada na Câmara de Porto Alegre, que destinou R\$ 250 mil para o grupo Ói Nós Aqui Traveiz, como parte da política de descentralização da cultura do município (a vigorar no ano seguinte), gerou muita polêmica. O indefectível Fughetti Luz, um dos ícones da Música Popular Gaúcha (MPG), recebeu seu título de cidadão honorário de Porto Alegre, como não poderia deixar de ser, em *show* no bar Opinião. O vocalista de bandas históricas, como Bixo da Seda, Liverpool e Bobo da Corte, foi ovacionado pelo público, que ao final do evento cantou em coro a clássica “Campo minado”.

Se a comissão julgadora do Açorianos de Dança decidiu não entregar prêmio nas categorias melhor espetáculo e melhor espetáculo de balé clássico, o filme *Anahy de Las Misiones*, de Sérgio Silva, ganhou sete troféus Candango no Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. Enquanto o Festival de Cinema de Gramado celebrava 25 anos, Zubim Mehta se apresentou com a Orquestra Sinfônica de Israel no recém-inaugurado Teatro do Sesi, junto à sede da Fiergs, na Av. Assis Brasil.

Outro *show* emblemático, com apoio da novíssima Lei de Incentivo à Cultura, foi o de Jose Carreras, comemorativo aos 40 anos do grupo RBS, com apoio do governo do estado, CEEE e Grupo Zaffari, com produção da DC Set. A apresentação comoveu as 20 mil pessoas reunidas junto às ruínas de São Miguel das Missões.

Os grandes concertos, atraindo nomes internacionais para o estado, prosseguiram em 1998, que começou com a realização do projeto Sons de Verão, na praia de Torres, reunindo nomes populares como Lulu Santos,

Bando Barato Pra Cachorro, Hard Working Band, Gilberto Gil, Fernanda Abreu e Luis Carlos Borges. Em março, a soprano espanhola Montserrat Caballé se apresentou em Pelotas, e poucos dias depois, em 4 de abril, Roberto Carlos e o italiano Luciano Pavarotti lotaram o Gigante da Beira-Rio, em uma apresentação antológica. Três dias depois, outro tipo de público lotou o bar Opinião para ouvir o bardo Bob Dylan, ídolo do jornalista gaúcho Eduardo “Peninha” Bueno, que naquele mesmo ano lançou os dois primeiros volumes da coleção Terra Brasilis, em que reconta a história do Brasil e que se transformou em um dos mais retumbantes best-sellers brasileiros, com mais de 100 mil exemplares vendidos naquele ano.

Luis Fernando Verissimo também fez sucesso com seu segundo romance, *O clube dos anjos*, da coleção Plenos Pecados, da Editora Objetiva. E Antonio Skármeta, autor de *O carteiro* e *o poeta*, sucesso na versão para cinema, esteve na Feira do Livro de Porto Alegre.

Com a criação da Fundação de Cinema do RS e o lançamento do Concurso RGE/Governo do Estado, Henrique Freitas Lima, Carlos Gerbase, Tabajara Ruas e Beto Souza receberam recursos para viabilizar projetos.

No ano em que surgiu a revista *Aplauso*, uma das raras publicações especializadas em cultura no País, que alcançaria mais de 100 edições, sempre com apoio da Lei de Incentivo (até ser descontinuada, em 2013), morreram o cantor Cesar Passarinho (intérprete de “Negro da gaita” e “Guri”), o ator Leverdógil de Freitas e, já no final de 1998, aos 84 anos, Vasco Prado, um dos maiores expoentes das artes plásticas gaúchas.

Um dos shows emblemáticos da época, com apoio da novíssima Lei de Incentivo à Cultura, foi o de Jose Carreras, comemorativo aos 40 anos do grupo RBS. Em março, a soprano espanhola Montserrat Caballé se apresentou em Pelotas, e poucos dias depois, em 4 de abril, Roberto Carlos e o italiano Luciano Pavarotti lotaram o Gigante da Beira-Rio, em uma apresentação antológica.



DEPOIMENTO: ANTONIO BRITTO

A decisão de se candidatar.

Na época, o PMDB gaúcho tinha o nome do deputado e jornalista Mendes Ribeiro (pai) muito forte para ser o candidato, em nome do prestígio, qualidades e também em razão de ter visitado muito o interior do estado. Mas meu nome foi levado à convenção, e fui escolhido para ser o candidato do PMDB. Naquele tempo, o quadro era diferente, com menor número de partidos, e as práticas políticas não eram exatamente as mesmas de hoje. Em razão da aliança, principalmente com o PSDB, viabilizamos a campanha em rádio e televisão e com sustentação nos municípios. E convenci a direção regional a não aceitar a candidatura de Orestes Quécia à Presidência. Apoiamos Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

A polarização PT/PMDB.

Já na campanha eu achava que o maior problema no Rio Grande não é ganhar eleição, e sim o que fazer depois. O estado vivia uma crise econômica que estrangulava o desenvolvimento. A economia só era competitiva em uma ou duas regiões, o que tornava 25 das 27 regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) deficitárias. E uma das consequências era o enfraquecimento da máquina pública, que não tinha a condição de reverter esse quadro. Eu não iria conseguir mexer nisso sem fazer algumas reformas, e para isso precisaria de uma maioria muito sólida. Por isso, na campanha, fiz questão de visitar os prefeitos de todos os partidos. Quando eles eram do PT ou do PDT, não se sabia quem estranhava mais, se os que estavam recebendo ou as pessoas que me acompanhavam. Fazia isso na crença de que, se vencesse a eleição, o passo seguinte seria formar uma ampla e sólida aliança para reformar o estado. O primeiro dever do governador seria o de governar o governo. Mas no estado não tem campanha amistosa nem para síndico de creche. As palavras “amistoso” e “Rio Grande do Sul” não combinam muito quando se trata de voto.

“

O primeiro dever do governador seria o de governar o governo. Mas no estado não tem campanha amistosa nem para síndico de creche. As palavras “amistoso” e “Rio Grande do Sul” não combinam muito quando se trata de voto.



DEPOIMENTO: ANTONIO BRITTO

Experiência política.

Fui eleito vindo de uma experiência de 10, 12 anos em Brasília. A minha visão, então, era de que o Brasil ia entrar numa fase nova. Fui eleito seis meses depois do Real; achava que o mundo tinha mudado com a queda do muro de Berlim, com a globalização e até mesmo com o Mercosul, recém-criado. Era preciso rever a situação do Rio Grande do Sul, que não conseguia oferecer serviços públicos de qualidade. E para ter condições seria necessário modernizar o governo. Aliás, a primeira coisa que FHC fez foi criar a primeira agência regulatória, no Brasil, que trabalhava com contratos de gestão, secretarias para medir o desempenho dos serviços públicos, enfrentando privilégios. Era preciso olhar para dentro do governo e criar mecanismos para atrair investidores. Um outro problema era que a oposição naquela época ainda não tinha sido governo.

Atração de investimentos.

Certa manhã, recebi uma ligação de Pierre Popeel, presidente da Renault no Brasil. No telefonema, ele me disse que a Renault tinha decidido instalar sua montadora brasileira no Paraná, e não no Rio Grande do Sul. Dei a notícia para o pessoal do governo: “Tudo bem, vamos lá”. Minha mãe ficou viúva e com três filhos para criar, mas nunca se queixou da vida. Isso me ajudou a partir para outras alternativas, como foram os casos da GM, da Ford e da Dell. A maior importância de ter a Ford no estado estava no fato de que, junto com a GM, obrigaria o sujeito que vendesse qualquer produto que passasse perto de um carro a também se instalar no Rio Grande.

Problemas econômicos do estado.

A gente tem uma economia doente, um governo fragilizado (não estou me referindo ao governo do momento, de Tarso Genro) e uma qualidade cadente de serviços públicos. O problema do RS é como manejar esses problemas. O estado é uma pessoa doente, com alto nível de informação, que consegue saber claramente onde e quando está doente. Então, reclama ao médico, descreve músculo por músculo o que está doendo. Mas muda de médico toda hora, porque rejeita qualquer tratamento, um círculo vicioso em que é difícil chegar a um final feliz. O Rio Grande do Sul é um estado conservador e preservou até um conservadorismo de esquerda. Para que a história deixe de se repetir, será preciso mudar os personagens, ou seja, é preciso fazer um verdadeiro *remake* na política estadual.

Razões históricas da dificuldade de gerir o estado.

O problema no RS é que nenhum dos projetos consegue virar a página do caderno. E isso ocorre mesmo com programas importantes, como foi o caso dos condomínios agrícolas que o governador Collares tentou criar, o processo de industrialização no meu governo, a mudança na segurança que o governador Olívio tentou fazer, o déficit zero da governadora Yeda, sem falar no grande programa do Rigotto e do Osmar Terra, que é o PIM (Programa Infância Melhor). É como se uma pessoa fosse para a escola e só tivesse a primeira aula. Sem continuidade, não se consegue saber se a escola ensina ou não. E isso acontece com os programas abandonados. O RS é um estado que tem um passado maravilhoso, e a melhor forma de homenagear esse passado é conhecê-lo. O Rio Grande teve capacidade de olhar para frente e quebrar paradigmas. E a melhor forma para homenagear essas iniciativas é reler os obstáculos que venceram. Para agir eficientemente, o Rio Grande do Sul tem que mudar algumas práticas. É preciso perceber que as contas a serem pagas, em razão de algumas atitudes velhas, vão se tornando mais pesadas. Essas mudanças não são questões partidárias.

A equipe de governo.

Uma das coisas de que tenho orgulho é que passamos quatro anos sem fofoca dentro do governo e sem disputa, porque havia um projeto. A outra coisa importante é que com certeza administrar gente talentosa, como foi o meu caso, dá bastante trabalho, mas não é um problema. O brabo é administrar gente ruim.

A derrota.

Quando um governo perde uma eleição, a derrota pode ter várias causas. A primeira pode ser a má qualidade do candidato. A segunda pode ser o descompasso entre o que está projetado e o que já está sendo feito ou já está concretizado. Quando é feita a coisa certa, os efeitos positivos só aparecem dois ou três anos depois. Já se vão 15 anos que deixei o governo e nunca, nem por um segundo, olhei para o passado para dizer “que porcaria” ou “que injustiça”. Guardo uma lembrança prazerosa e honrada.

TO GRANDE DOSSUL SIGRANIBICOSUNIO DO SCRIANGRAIORGRANDE
DENDOSSULIGRANIBICOSUNIO DO SCRIANGRAIORGRANDE
IO GRANDE DOSSUL SIGRANIBICOSUNIO DO SCRIANGRAIORGRANDE
RIO GRANDE DOSSUL SIGRANIBICOSUNIO DO SCRIANGRAIORGRANDE



1999 OLÍVIO DUTRA 2002

FHOCSSUL
FRANINHO CORONEL DOSSUL
O SEU RIO GRANDE DO SUL



Olívio de Oliveira Dutra nasceu em Bossoroca no dia 10 de junho de 1941. Formado em Letras, foi funcionário concursado do Banrisul, banco estatal gaúcho, a partir de 1961. Nessa condição, começa a militar no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, e chega à presidência da entidade em 1975. Comandou a greve geral do funcionalismo público de setembro de 1979, motivo pelo qual foi preso pelo regime militar e perdeu seu mandato sindical.

No contexto da redemocratização brasileira, participa da fundação do Partido dos Trabalhadores, em Brasília, e da seção gaúcha do PT, da qual foi presidente de 1980 a 1986. Em 1982, na primeira eleição direta para governador em 20 anos, é lançado candidato pelo PT, ficando em último lugar, com 50.713 votos. Em 1986, é eleito deputado federal constituinte com 55 mil votos. Enquanto morou em Brasília, dividiu um apartamento funcional com Luiz Inácio Lula da Silva, também deputado, liderança nacional do PT e futuro presidente.

Em 1988, contrariando todas as pesquisas, vence as eleições para a Prefeitura de Porto Alegre com 34% dos votos, derrotando o candidato favorito, o deputado federal Antonio Britto, que acabou em terceiro lugar, sendo passado pelo deputado federal Carlos Araújo, candidato pelo PDT do então prefeito e futuro governador Alceu Collares.

Em 1994, candidata-se pela segunda vez ao governo do Estado, conseguindo 35% dos votos no primeiro turno e 47,79% dos votos no segundo turno, sendo derrotado por Antonio Britto, que obteve 52,21% dos votos.

Em 1998, Britto tenta a reeleição e enfrenta Olívio nas urnas pela terceira vez. Em uma eleição em que o PT atacou as políticas de Britto, como a privatização da CEEE e da CRT, Olívio sagrou-se vencedor, conquistando 50,9% dos votos no segundo turno, com uma vantagem de 97 mil votos sobre Britto.

Em 2002, ano de eleições, Olívio teve negada a tentativa de reeleição nas prévias do partido, que escolheu como candidato Tarso Genro, então prefeito de Porto Alegre. Genro seria derrotado nas urnas por Germano Rigotto, do PMDB. Em 2003, com a posse de Lula como presidente, Olívio Dutra assume o recém-criado Ministério das Cidades.

Nas eleições de 2006, Olívio foi o candidato do PT ao governo do Rio Grande do Sul pela quarta vez, quando foi derrotado pela deputada federal Yeda Crusius, do PSDB, no segundo turno, tendo conquistado 46,1% dos votos (contra 27,5% no primeiro turno). Encontra-se atualmente sem cargo público e presidindo o diretório gaúcho do PT. Além disso, tem se dedicado disciplinadamente ao estudo de latim, buscando livros clássicos editados nessa língua para a sua leitura.

AMBIENTE POLÍTICO | DISPOSIÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO

O governo de Olívio Dutra, de 1999 a 2003, foi marcado por várias iniciativas. Mas certamente a mais precipitada foi estabelecida por um núcleo muito radical do novo governo, que interpretou uma rotineira disputa eleitoral democrática bem-sucedida como a vitória do socialismo no Rio Grande do Sul. Por algum tempo, inclusive, os telefones do Palácio Piratini atendiam com a afirmação: “Governo Democrático e Popular do Rio Grande do Sul. Alô”. E também foi adotada a prática de considerar oficialmente alguns opositores como *persona non grata*, vedado o seu ingresso no Palácio do Governo.

Outro fato que caracterizou o governo Olívio Dutra foi o desinteresse do governo estadual em estabelecer relações parlamentares que pudessem impedir o isolamento do Executivo, embora o PT contasse com uma boa bancada, de 12 parlamentares, alguns dos quais de reconhecidos méritos, como Ivar Pavan, Flávio Koutzii, Maria do Rosário e Ronaldo Zulke, além de Jussara Cony, do PCdoB, e Bernardo Gomes de Souza, do PSB. O governo também podia contar com parte da bancada do PDT, não mais do que três de uma bancada de sete deputados. Com isso, dos 55 deputados, o governo de Olívio Dutra, na melhor das hipóteses, tinha 17 parlamentares. Na oposição, estavam o PTB, que gostava de flertar com o Executivo e tinha 10 deputados, o PPB, com 11 deputados, incluindo a rebelde deputada Maria do Carmo, o PMDB, que iniciou a Legislatura com 10 representantes e terminou com apenas cinco, o já mencionado PDT, com sete parlamentares, o PPS, que não tinha representação na Assembleia e concluiu a legislatura com seis parlamentares, e, finalmente, o PFL e o PSDB, com dois deputados cada um, com um total de 38 deputados. Na prática, porém, o governo conseguia obter um total de cerca de 20 votos.

Os presidentes da Assembleia no período – Paulo Odone (PMDB/PPS), Otomar Vivian (PPB) e Sérgio Zambiasi (PTB) – fizeram um grande esforço para não permitir que se deteriorassem as relações entre os poderes.

Uma marca do governo de Olívio Dutra foi a suspensão do acordo realizado pelo governo anterior referente à instalação de duas montadoras no RS. Tal acordo implicava elevadas isenções fiscais e empréstimos com juros abaixo do mercado, para financiar a instalação das fábricas da GM e da Ford no estado. Foi apregoadada, então, a renegociação dos contratos. Algumas mudanças foram aceitas pela General Motors, cuja fábrica já estava em construção. A Ford preferiu abandonar seu projeto em Guaíba e foi para a Bahia. Outros destaques foram a criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), a adoção do Orçamento Participativo no âmbito estadual e os programas Primeiro Emprego, Agroindústria Familiar, Família Cidadã, Rede de Cooperação e Energia para Todos.

Enfrentando críticas severas de setores oposicionistas que encontraram espaço nos principais veículos de comunicação do estado e sem maioria na Assembleia Legislativa, o governo sofreu algumas derrotas, sendo a principal a não aprovação do aumento de alíquotas do ICMS. Outro fator de desgaste foram denúncias de um esquema de desvio de verbas envolvendo o Jogo do Bicho.

Uma frustração do período diz respeito à taxa de mortalidade infantil do Rio Grande do Sul, que no quadriênio de Olívio Dutra interrompeu sua tendência de baixa, tendo, segundo a FEE e o IBGE, registrado 15,0 em 1999; 15,1 em 2000; 15,8 em 2001, e 15,6 em 2002.

Uma marca importante do governo de Olívio Dutra foi a suspensão do acordo realizado pelo governo anterior referente à instalação de duas montadoras no RS. Tal acordo implicava elevadas isenções fiscais e empréstimos com juros abaixo de mercado, para financiar a instalação das fábricas da GM e da Ford no estado. Foi apregoadada, então, a renegociação dos contratos.

ECONOMIA | CRESCIMENTO, APESAR DE TUDO

Nos quatro anos do governo Olívio Dutra, o crescimento acumulado da economia gaúcha, medido pelo PIB, foi de 12,6% (1,4% em 1999, 4,3% em 2000, 2% em 2001 e 1,7% em 2002), suficiente para superar o crescimento médio do PIB brasileiro, que foi de 9,07% no mesmo período.

Levando-se em conta que o projeto Porto Alegre Tecnópole foi lançado durante a administração de Tarso Genro na capital gaúcha, foi uma consequência natural da evolução desse projeto que o Centro Tecnológico da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Tecnopuc) fosse criado em fevereiro de 2002, quando o governador do estado era Olívio Dutra, também do PT. E o avanço tecnológico é um dos pilares do desenvolvimento econômico no século 21.

O Projeto Porto Alegre Tecnópole compreendia uma região capaz de articular forças para promover, mediante a educação, a ciência e tecnologia e a inovação em todos os domínios, “um processo de desenvolvimento regional sustentado e competitivo na economia globalizada da Sociedade do Conhecimento”. Foram então realizados vários projetos, como o do Polo de Alta Tecnologia no Partenon, da Prefeitura de Porto Alegre, em 1988, entre outros.

Em 1995, a Prefeitura de Porto Alegre, o governo do Rio Grande do Sul e outras entidades celebraram um protocolo em torno de um plano de ação. Na mesma época, os governos do Brasil e da França formalizaram um acordo para a instalação do Parque Científico e Tecnológico da PUCRS – Tecnopuc, no âmbito

do Programa Franco-Brasileiro de Cooperação em Tecnópoles.

Um Comitê de Coordenação, formado por representantes das entidades signatárias do protocolo, passou a articular o Projeto. A Prefeitura de Porto Alegre aceitou exercer as funções de secretaria-executiva, enquanto se decidia a institucionalização da governança.

Igualmente, a legislação e os instrumentos do governo federal – tais como os incentivos da Lei de Informática e os Fundos Setoriais, a partir de meados da década de 1990 –, passaram a estimular o setor empresarial, órgãos governamentais, universidade e instituições de pesquisa a estruturar projetos cooperativos de pesquisa e desenvolvimento (P&D). O papel das agências de fomento do governo federal na área da inovação – em especial a FINEP e o CNPq –, aliado ao aumento dos recursos propiciado pelos Fundos Setoriais, foi vital para viabilizar esses projetos cooperativos e programas como Escritórios de Transferência de Tecnologia, Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos.

Agronegócio

No governo Olívio Dutra, a agricultura gaúcha conseguiu alguns bons resultados. Na safra 2002/03, semeada no governo Olívio e colhida nos primeiros meses do governo Rigotto, a produção do estado foi de 22,4 milhões de toneladas, 18,2% da safra brasileira, de 123,2 milhões de toneladas. A área plantada, em termos percentuais, também registrou resultado favorável, com 7,8 milhões de hectares, 17,8% do total (17,3% em 1998/99). E a produtividade ficou 4% acima da média nacional.



COTIDIANO | AS TORRES CAEM, A VIOLÊNCIA CRESCE

O Rio Grande do Sul, entre o que se consideravam erros e acertos dos governos Britto e Olívio, seguia conflagrado, numa polarização entre esquerda e direita que não ajudava em nada a resolver as históricas demandas do estado, que continuava com problemas de caixa, dívida e pagamento da folha do funcionalismo, sempre consumindo expressiva parcela da arrecadação.

Mas nem tudo era problema. A economia reagia. No esporte, Ronaldinho Gaúcho se destacava, e o talento da ginasta Daiane dos Santos surgia. Em Porto Alegre, a Seleção Brasileira daria show, ganhando da Argentina por 4 a 2. A Estância da Harmonia ganha força, em especial nas comemorações do 20 de Setembro. A cada ano que passa, mais gente visita o parque, com seus bonitos piquetes e o cultivo da tradição.

Os apaixonados por automóveis já sabem qual o futuro que os espera: o visual terá a predominância de linhas arredondadas, que privilegiam a aerodinâmica. Os materiais ficarão mais leves e resistentes. É a busca, também, por velocidade e segurança.

No Rio Grande do Sul, vendavais trazem medo e destruição. Enquanto isso, o Brasil aceita enviar tropas para o Timor-Leste. Motim e morte colocam em xeque a nova Febem. As queimadas reduzem drasticamente as áreas verdes. O panorama político se agita. Leonel Brizola dá entrevista e conta como viveu 15 anos no exílio e o que fez para driblar as tentativas de assassinato. Por aqui, as propostas de ampliação do Mercosul seguem. No setor de informática, a preocupação é com o possível *bug* na virada do milênio.

No setor empresarial, executivos paulistas, cariocas, norte-americanos, espanhóis e portugueses mudam o perfil da economia do Rio Grande. Sua presença é consequência do ingresso do fluxo de capitais do exterior para o Brasil. As empresas que chegam ao estado via parcerias, aquisições ou privatizações promovem a atualização de tecnologia e formas de gerenciamento.

Na área de transportes, a Rede Ferroviária Federal (RFFSA) diz adeus. Ao silenciar seus apitos, os trens deixam para trás povoados que haviam se formado ao longo das estradas de ferro. Mistérios e intrigas envolvem a morte do banqueiro e bilionário Edmond Safra, no Principado de Mônaco. No estado, a agropecuária mais uma vez garante o crescimento da economia. Para analisar o cotidiano, surgem novos nomes na imprensa. Além do tradicional brilho de Paulo Sant'Ana, com sua consagrada coluna diária em *Zero Hora*, Juremir Machado da Silva e David Coimbra fazem sucesso, com suas crônicas de conjuntura e costumes.

No setor social, o destaque é para o casamento do jogador Ronaldo Nazário com a rainha das embaixadinhas, Milene Domingues. Na música, o Movimento Tradicionalista Gaúcho ataca abertamente a tchê music e orienta CTGs a boicotarem os conjuntos do gênero. No esporte, o Juventude conquista a Copa do Brasil. No cinema, *Central do Brasil* é o primeiro filme brasileiro a receber duas indicações ao Oscar.

No tênis, Guga mais uma vez confirma em Roland Garros. Estatísticas demonstram que nas últimas duas décadas foram derrubadas 14% das reservas naturais da Amazônia. A editora Bloch, de tão saudosas publicações, vai à falência. A carioca Ellen Gracie Northfleet, gaúcha por adoção, é a primeira mulher a ocupar um posto no Supremo Tribunal Federal (STF), corte da qual se tornaria presidente, em 2006-2008. Nessa condição, seria a primeira representante do sexo feminino a assumir a Presidência da República, ainda que em caráter provisório, em virtude das viagens do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do seu vice, José Alencar, e dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Enquanto isso, a *Caravela da Boa Esperança* e 29 veleiros partem de Portugal, reconstituindo a rota feita por Cabral em 1500. No Rio Grande, a violência muda os hábitos: a recomendação

é de não sair à noite e evitar parar em sinalizadas durante a madrugada. No esporte, o Internacional afasta o capitão do tetra, Dunga, que pega o que tem direito na Justiça e doa para entidades carentes. Na Olimpíada de Sidney, André Johanhnpeter se destaca no hipismo. A música instrumental brasileira perde o extraordinário violonista Baden Powell. Paralelamente a isso, o relatório do FMI prevê a recuperação da economia mundial.

No âmbito da política nacional, Itamar Franco abre guerra contra o antigo companheiro de partido, Fernando Henrique Cardoso, a tal ponto que pede a desapropriação da fazenda de FHC em Minas Gerais.

O desempenho da indústria gaúcha em 2000 é o melhor da década. Na política estadual, crise entre o MST e o Piratini. A aftosa chega aos países vizinhos e preocupa os pecuaristas gaúchos. O juiz federal Lalau se entrega à Polícia Federal no Rio Grande do Sul. Os vereadores de Porto Alegre aprovam o comércio aos domingos, e a população gaúcha bate em 10 milhões de habitantes. Na virada do milênio, a maior parte das profecias são desautorizadas. Nada é o fim de nada.

A crise entre Grêmio e Ronaldinho ganha o mundo, e este vai para a Europa. A América Latina vê o surgimento da Alca, uma espécie de resposta norte-americana ao Mercosul. Em Porto Alegre, o Monumento ao Laçador amanhece tingido por uma substância viscosa e escura: a estátua era vítima do ataque de vândalos. Morre o ex-governador Synval Guazzelli. A retirada desenfreada de areia ameaça o rio Guaíba. Começa a operar na capital o novo Aeroporto Salgado Filho, com *check-in* compartilhado, pontes de embarque e sistemas inteligentes.

Uma das grandes novidades durante o governo Olívio Dutra é a realização do Fórum

Social Mundial, movimento das esquerdas e organizações não governamentais de todo o planeta contra a globalização e o neoliberalismo. O evento reuniria, em Porto Alegre, ativistas de 122 países, que se opunham às políticas de Davos e diziam que um outro mundo era possível. Não foi. Mas o Fórum acabou se tornando um símbolo e uma referência histórica e social contra a opressão dos mais ricos. A cidade de Porto Alegre, durante as versões aqui realizadas, encheu-se de estrangeiros e ganhou o colorido das passeatas, manifestações e cartazes. Era gente de todo o lado, como se o mundo fosse, de fato, uma aldeia global.

Ainda em 2001, o mundo ficaria em choque: com diferença de 18 minutos, as torres gêmeas do World Trade Center seriam atingidas por dois Boeings sequestrados, o que acarretaria milhares de mortes no coração de Nova York. A organização Al-Kaeda estaria por trás dos atentados, e Bin Laden passaria a ser o homem mais procurado do mundo. Sem dúvida, um marco na história da humanidade. O Ocidente estava em crise e aterrorizado. Medidas de segurança são tomadas, e o alerta geral soa.

No Rio Grande do Sul, a ineficiência das sucessivas administrações e a falta de consciência da população torna inexpressivos os resultados dos programas de reciclagem de lixo. Apenas 5% é tratado. Ainda na área ambiental, o Brasil ratifica o protocolo de Kyoto, que prevê a redução de 5% das emissões de gases líquidos. Na contramão de tantos esforços, morre José Lutzenberger, o maior ambientalista brasileiro.

Entre as personalidades, destaque para os modelos Daniela Sarayba e Paulo Zulu. O Brasil perde o diretor de TV Walter Avancini, o escritor Jorge Amado, criador de inesquecíveis personagens, e a voz e a personalidade de Cássia Eller, no auge de sua carreira. Fãs no mundo inteiro choram a morte do guitarrista dos Beatles, George

Harrison. Os Estados Unidos estudam ataque ao Afeganistão, e no Brasil uma novela tenta explicar os costumes islâmicos: *O Clone*. A Argentina está em sérias dificuldades. E o Rio Grande do Sul perde o talento do jornalista Alberto André, ex-presidente da Associação Rio-grandense de Imprensa (ARI), aos 85 anos.

A criminalidade dispara. No centro do País, o crescimento do PCC é visível. Rodrigo Santoro entra em evidência e consolida sua carreira como galã de cinema. O presidente George Bush quer Bin Laden vivo ou morto. Enquanto isso, mais parquímetros são espalhados pela capital, e mais carros são roubados. O publicitário Washington Olivetto e o apresentador Sílvio Santos são vítimas de sequestros. Vias alternativas são adotadas, como forma de fugir aos engarrafamentos, que só ganhariam de fato grandes proporções anos mais tarde, com o aumento da produção nacional de veículos e a ampliação do crédito às novas classes que entrariam no mercado consumidor.

Capão da Canoa lidera a maior expansão do mercado imobiliário da história do litoral gaúcho, em obras que incluem prédios de até 13 andares. Aparece a filha secreta de Pelé, Flávia Kurtz de Carvalho, e o Brasil conquista o Pentacampeonato Mundial de Futebol, com Felipão, Ronaldo, Ronaldinho e Rivaldo como os maiores destaques. A Venezuela está em instabilidade política, e Josiane de Oliveira conquista o Miss Brasil. O medo de ataques terroristas faz o preço do petróleo aumentar em todo o planeta. O jornalista Tim Lopes é assassinado, provocando muitos questionamentos entre seus pares quanto aos riscos do exercício da profissão. No Egito, robô vasculha o mistério das pirâmides. No 20 de Setembro, festa, briga e polêmica: um Capitão Gay desfila, rouba a cena e apanha a golpes de rebenque. Atingido pelo fenômeno El Niño, vindo do Uruguai, o Rio Grande sofre com destruição de casas e pontes.

CULTURA | SURGEM O SANTANDER E O CENTRO CULTURAL ERICO VERISSIMO

A exemplo do governo anterior, também na gestão de Olívio Dutra no Palácio Piratini a cultura teve dois períodos distintos. Secretário da Cultura no primeiro governo do PT na prefeitura de Porto Alegre, o jornalista Luiz Pilla Vares assumiu a pasta do estado em 1999. Sua gestão foi marcada pelo sucesso de algumas instituições, como o Margs (dirigido por Fábio Coutinho). Defendeu o fortalecimento das ferramentas de controle do poder público e inaugurou o Memorial do Rio Grande do Sul. Saiu depois de dois anos para trabalhar diretamente no gabinete do governador. Seu substituto, Luiz Marques, secretário entre 2001 e 2002, defendeu o uso da LIC também em projetos menores e protagonizados por talentos jovens e menos conhecidos. Durante sua gestão, houve a criação de incentivos de menor impacto financeiro, destinados usualmente a esse tipo de projeto, como o Prêmio Iecine de Cinema. Houve o restauro da Casa de Cultura Mario Quintana e a adequação do programa de descentralização da cultura, que havia sido implementado na Capital. A criação do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) como alternativa à LIC também data dessa gestão, ainda que na prática não tenha sido implementado.

No primeiro ano (1999) em que a revista *Aplauso* recebeu o Açorianos de mídia impressa, a cultura rio-grandense perdeu Jayme Caetano Braum, *payador* e poeta que morreu em 8 de julho, um dia antes de lançar o CD *Éxitus I*. Chegando a sua sexta edição naquele ano, o Porto Alegre Em Cena ampliou seu raio de ação, estendendo-se por duas semanas e tendo alguns espetáculos exibidos também no interior.

Na segunda edição da Bienal do Mercosul, presidida por Ivo Nesralla, o grande sucesso ficou por conta das pinturas, gravuras e

desenhos de Pablo Picasso, que dividiu atenções com Cândido Portinari, Iberê Camargo, Diego Rivera, Julio Le Parc, Braque, Lúcia Kock e Maria Tomaselli. Ainda em 1999, Danúbio Gonçalves celebrou seus 50 anos de arte com uma exposição no Margs e o lançamento do livro *Caminhos e vivências*. Já o aniversário do Theatro São Pedro, de sua Orquestra de Câmara e dos muitos anos de Eva Sopher na direção da casa foram marcados com a montagem da ópera *O Barbeiro de Sevilha*, dirigida por Walter Neiva. Pela primeira vez no teatro gaúcho, uma tela lateral apresentava a tradução dos textos.

No ano seguinte, em 2000, foi entregue à comunidade gaúcha o Memorial do Rio Grande do Sul, então sob a direção do historiador e professor Luiz Roberto Lopes. Nesse mesmo ano, chegou ao circuito comercial o filme *Tolerância*, de Carlos Gerbase, a primeira grande produção assinada pela Casa de Cinema de Porto Alegre. O orçamento, de R\$ 2 milhões, foi financiado em parte pelo Prêmio RGE de Cinema. Por sua vez, o artista plástico Siron Franco trouxe a Porto Alegre a exposição *Casulos*, que reuniu no Centro Cultural Aplub 24 impactantes esculturas.

Também datam de 2000 as primeiras tratativas de viabilização do Complexo Cultural Theatro São Pedro, obra que avançou, mas que até os dias de hoje não conseguiu captar todos os recursos necessários para ser concluída.

No ano em que a banda Bidê ou Balde explodiu com os hits “E por que não?” e “Melissa”, um dos maiores sucessos de vendas da editora L&PM foi o livro *Pílulas para viver melhor*, do cardiologista Fernando Lucchese, que vendeu 80 mil exemplares em curto espaço de tempo. O Açorianos de Literatura, a propósito, foi para *A Cocanha*, de José Clemente Pozenato, premiação que distinguiu também o então jovem talento de Fabrício Carpinejar e seu livro de poemas *Um terno de pássaros ao sul*.



Em 2001, perdas significativas para a cultura gaúcha: morreram o artista plástico Carlos Scliar e o idealizador da Orquestra Sinfônica da Unisinos, José Pedro Boessio. Na contramão, o jornalista Walter Galvani foi destacado com o prêmio Casa de Las Americas na categoria literatura brasileira, com o livro *Nau capitânia*, uma biografia de Pedro Álvares Cabral. Também em 2001, o Margs apresentou a mostra “Coleção Lila e Rubem Knijnik – Arte Brasileira Contemporânea: Confrontos e Diálogos”. Estiveram reunidas obras importantes de autores não menos relevantes, como Lygia Clark, Amílcar de Castro, Cildo Meireles, Waltércio Caldas, Tunga e Frank Krajcberg.

O Projeto Experimental de Cinema da PUCRS, implantado em 2001, daria o pontapé para a habilitação profissional na área (o curso de Graduação surgiria já em 2004), servindo de incentivo para iniciativas semelhantes na Unisinos, UFPel e Universidade Federal de Santa Maria. O bom momento do cinema gaúcho foi complementado pelo projeto RodaCine, que com patrocínio da RGE, Pepsi e Iecine levou 30 sessões de cinema ao interior em seu primeiro ano, tudo proporcionado por um furgão equipado com projetor 35mm, telão e caixa de som.

A inauguração do Santander Cultural, também em 2001, foi um dos pontos altos da cultura gaúcha no início do século XXI. A instituição passou

a ocupar o prédio originalmente construído pelo Banco Nacional do Comércio entre 1927 e 1932. Em estilo eclético, que combina elementos dos períodos neoclássico, *art nouveau* e barroco-rococó, a construção passou por uma transformação impressionante. O arquiteto Roberto Loeb, em parceria com a Solé & Associados, executou o projeto de restauração e adaptação do antigo banco, que deu origem a um moderno centro cultural. Os espaços originais foram mantidos, com a incorporação de itens de segurança, acessibilidade, conforto térmico e controle de umidade. O Átrio foi o novo espaço que surgiu com a revitalização. Construído no antigo fosso de luz, a área de arquitetura arrojada tem piso de vidro sobre os vitrais especialmente iluminados e é destinada à realização de premiações, seminários e *shows* semanais, entre outras atividades. Tendo como principal foco de atuação as artes visuais, o cinema, a música e a reflexão, o Santander Cultural desenvolve também importantes iniciativas na área de educação, além de contar com um Acervo da Moeda, a loja Koralle Santander Cultural, uma área de gastronomia (Restaurante Moeda e Café do Cofre) e um Centro de Capacitação Digital, que promove a inclusão digital para a terceira idade.

Já em seus primeiros meses de funcionamento, o Santander integrou-se à 3ª Bienal do Mercosul, que sob o *slogan* “arte por toda parte”, contou com a participação da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Chile, do Paraguai, do Uruguai e do Peru, este como país convidado. A terceira edição ficou mais conhecida pela criação da “cidade dos contêineres”. Parte da exposição foi montada dentro de 51 contêineres para transporte marítimo de cargas, em uma área de 60 mil metros quadrados no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, onde abrigaram instalações de 51 artistas plásticos. A 3ª Bienal instituiu também

um segmento paralelo de mostras especiais, entre elas a dos dez óleos e gravuras de Edward Munch e uma exposição de pinturas e obras em papel de Diego Rivera. Expostas pela primeira vez na América do Sul, as 44 obras cobriram mais de 50 anos da produção do mestre do Muralismo mexicano.

Ainda em 2001, a editora independente Livros do Mal, de Porto Alegre (que durou apenas até 2007) revelou os talentos de Daniel Galera, Paulo Scott e Marcelo Benvenuto. Foi ainda o momento em que a peça *Homens de Perto*, com Oscar Simch, Zé Victor Castiel e Rogério Beretta e direção de Nestor Monastério, chegou a 400 apresentações, em um prenúncio do sucesso que se estenderia por mais de 10 anos, ganhando, inclusive, uma nova versão, *Homens de Perto 2*.

Em 2002, revela-se o talento do violonista Yamandu Costa, então com apenas 22 anos, mesmo ano em que se comemoraram os 50 anos de carreira de Lourdes Rodrigues, conhecida como “a dama da canção”, e os 30 anos do Festival de Cinema de Gramado. E se na Bienal de São Paulo um dos destaques foi a obra de Karin Lambrecht, que ganhou uma sala especial, o ano começou com os olhos dos gaúchos – e dos brasileiros – grudados na TV, quando da exibição da minissérie *A Casa das Sete Mulheres*, adaptação da obra homônima da escritora gaúcha Leticia Wierzchowski, com direção de Jayme Monjardim.

Não menos celebrada naquele ano foi a inauguração do Centro Cultural CEEE Erico Verissimo, que, além da obra do renomado autor gaúcho, abriga também acervo com a produção de Mario Quintana, Josué Guimarães, Dyonélio Machado, entre outros. E o grande nome da Feira do Livro foi Sérgio Faraco, com seu livro de memórias *Lágrimas na chuva*, um dos mais vendidos, juntamente com *Divã*, de Martha Medeiros.

A inauguração do Santander Cultural, em 2001, foi um dos pontos altos da cultura gaúcha no início do século XXI. A instituição passou a ocupar o prédio originalmente construído pelo Banco Nacional do Comércio entre 1927 e 1932. Não menos celebrada naquele ano foi a inauguração do Centro Cultural CEEE Erico Verissimo, que além da obra do renomado autor gaúcho, abriga também acervo com a produção de Mario Quintana, Josué Guimarães, Dyonélio Machado, entre outros.



DEPOIMENTO: OLÍVIO DUTRA

A infância.

Eu venho de uma família pobre, com pai carpinteiro e mãe dona de casa. Tive minha formação na religião Católica Apostólica Romana e fui vicentino na igreja de São Luiz Gonzaga, onde, depois da missa, discutiam o que fazer para atender as pessoas mais necessitadas da região. Fiz o ginásio em uma *high school* de São Luiz Gonzaga. Tratava-se, de fato, de um colégio de freis franciscanos norte-americanos. Minha matrícula só foi possível porque meu pai prestava serviços para a escola, e os filhos puderam estudar em troca desses serviços. Por saber que os pais na verdade não podiam oferecer estudo de tal qualidade, tratei de aproveitar a oportunidade e fui muito esforçado e interessado pelos estudos, e isso chamou a atenção dos freis. Os franciscanos me convidaram para ensinar inglês e, adicionalmente, permitiam que eu usufruísse dos livros da grande biblioteca que a escola possuía. Hoje eu me defino como um cristão marxista. Um marxista não é necessariamente ser ateu.

A vida política.

Sou uma liderança política surgida dentro dos movimentos sociais, desde a década de 1970, quando cheguei a Porto Alegre já como funcionário com nove anos de Banrisul, onde ingressei em 1961, por concurso. Minha militância vem da base do Sindicato dos Bancários, o que me deixa muito orgulhoso, pois tive um aprendizado muito grande com esta categoria, tendo inclusive presidido a entidade. A minha visão da política, portanto, vem desses movimentos sociais, sempre em busca da democracia e defendendo os direitos, sejam coletivos ou solidários. Vejo a política como a construção do bem comum, com o protagonismo das pessoas. No final da década de 1970, participei da criação do Partido dos Trabalhadores e da primeira direção nacional. Sou da vertente sindical, fazendo parte da corrente chamada Articulação, que reunia os movimentos sociais, os sindicalistas. As correntes internas fazem parte do DNA do PT. Isso faz com que a organização tenha muita discussão interna, mas as correntes não podem ser maiores do que as instâncias do partido.



A minha visão da política vem dos movimentos sociais, sempre em busca da democracia e defendendo os direitos, sejam coletivos ou solidários. Vejo a política como a construção do bem comum, com o protagonismo das pessoas.



DEPOIMENTO: OLÍVIO DUTRA

A experiência como deputado constituinte.

Fui eleito deputado federal constituinte pelo PT do Rio Grande do Sul em 1986. A partir dessa data, o partido tem participado de todas as eleições, ganhando ou perdendo. A bancada do PT era pequena, mas participou intensamente dos debates sobre qual o estado que se queria: um estado sob controle público ou um estado sob controle privado? O texto da Constituição foi bom. Era um texto garantidor dos direitos civis e fundamentais da pessoa humana, mas infelizmente deixou muita coisa mal amarrada para ser regulamentada. Depois, fui o primeiro prefeito de Porto Alegre eleito após a Constituição de 1988, sendo encarregado de colocar em prática todos aqueles pontos importantes que foram discutidos e aprovados na Constituinte. Foi quando criamos o Orçamento Participativo.

O período como governador.

Em 1999, a chamada Frente Popular, aliança partidária liderada pelo PT, chegou ao Palácio Piratini, derrotando a pretensão do então governador Antonio Britto de obter um segundo mandato. Pegamos o estado no pico ascendente do neoliberalismo, da privatização do estado, do achincalhamento das funções básicas do estado. Era um pensamento hegemônico em nível nacional e também em nível estadual. Fomos eleitos contra essa corrente neoliberal, defendendo posição clara, objetiva, de que o estado não era propriedade privada de ninguém. E que o estado, para funcionar melhor, tinha que estar sob efetivo controle público. Foram introduzidas as discussões sobre o orçamento do estado, semelhante ao que se fez no governo municipal, onde essa experiência já tinha 10 anos.

A não implantação do Orçamento Participativo.

Os quase 490 municípios tinham uma política diferenciada daquela que o governo estadual desejava oficializar. Não foi suficiente a experiência local que tivemos. Inclusive, a oposição entrou com mandado de segurança, no Judiciário, para impedir que nós aplicássemos o Orçamento Participativo aqui no estado. As reuniões do Orçamento Participativo estadual só puderam ser iniciadas após a derrubada da liminar na Justiça. As reuniões ocorriam na maioria dos municípios do Rio Grande do Sul, promovidas pelos movimentos sociais de cada região. Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) integravam o OP, pois as reuniões não eram fechadas e nem excludentes, e sempre procuravam encaminhar as melhores propostas para executar obras pelo estado. Mas, mesmo sem alcançar o êxito desejado, o Orçamento Participativo foi a marca do nosso governo. Lamento que não tenhamos sido reeleitos para ter dado continuidade. O grupo que veio depois de nós tinha a ver com o projeto anterior ao do nosso governo, ou seja, a linha neoliberal, do estado mínimo, do estado mais auxiliar dos grupos privados. É claro que, para esse projeto, não cabia um debate aberto sobre o orçamento público. No debate aberto do orçamento público são colocados os interesses dos setores para haver um crescimento, sem desrespeitar a coisa pública, sem se locupletar com dinheiro público, sem desrespeitar a natureza, discutindo sempre com as regiões e as comunidades, encontrando alternativas diferenciadas das tradicionais, que rezam que quem tem mais leva mais, e quem tem menos leva menos.

“

O Orçamento Participativo foi a marca do nosso governo. Lamento que não tenhamos sido reeleitos para ter dado continuidade. O grupo que veio depois de nós tinha a ver com o projeto anterior, ou seja, a linha neoliberal, do estado mínimo, do estado mais auxiliar dos grupos privados.



DEPOIMENTO: OLÍVIO DUTRA

Gestão da área tecnológica.

No governo do PT, junto com as universidades, foram criados vários centros tecnológicos. Também fizemos uma negociação bem-sucedida com a Motorola, que estava querendo se instalar em São Paulo.

Conseguimos negociar sem abdicar de impostos e qualquer negociação beneficiatória para instalar no estado um grande centro tecnológico, o Cientec. Colocamos o Rio Grande no mapa da tecnologia, com a construção de chips, graças às políticas descentralizadoras e desconcentradoras, criando também as incubadoras empresariais e sistemas locais de produção, atendendo pequenas e médias empresas em várias regiões. E foi graças a essa política descentralizadora que o PIB do estado cresceu acima da média nacional. Além disso, em um trabalho realizado com a Companhia Rio-grandense de Saneamento (Corsan), foram abertos muitos poços artesianos em várias regiões do estado, para resolver o problema da irrigação no RS. Também no nosso governo foram criadas as secretarias de Meio Ambiente e de Habitação. E foi feito um mapeamento detalhado do potencial hidrográfico do rio Jacuí, para construção de pequenas barragens. Além disso, outra importante iniciativa do governo foi a criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs). É uma questão de estado, e não de governo ou de partido, o Rio Grande do Sul ter a sua Universidade.

A dívida estadual.

A dívida estadual era e continua sendo um problema seríssimo. Tomamos a iniciativa de organizar no estado uma reunião com a presença do governo federal e alguns governadores, como Anthony Garotinho, do Rio de Janeiro, e Itamar Franco, de Minas Gerais. O estado deve e tem que pagar, mas precisávamos saber por que essa dívida se deu. Nós achávamos que a nossa função era alterar a negociação feita no governo anterior, que teve como consequência a elevação de 9% para 13% do comprometimento da receita líquida do estado para o pagamento da dívida com a União, o que nos arroxou, garroteou. O governo estadual também pesquisou para saber o que a União devia para o estado. E conseguiu recuperar o dinheiro relativo a uma dívida que existia desde o tempo de Getúlio Vargas, do extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS).

Os incentivos e a guerra fiscal.

O Rio Grande, assim como os demais estados, está pagando esta dívida que, com os juros, no lugar de diminuir, continua aumentando. Quando o governo federal, para estimular as vendas, reduz o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), também atinge a receita dos estados, pois reduz os recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Da mesma forma, quando o estado reduz o Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) para uma indústria se instalar, estará reduzindo o ganho das demais. Nós enfrentamos essa guerra fiscal, reduzindo a renúncia fiscal enorme que tinha o estado e ainda tem. Esse foi o caso da Ford. Era inconcebível que nós, sem ter dinheiro para pagar o funcionalismo, para investir nas micro e pequenas empresas, tivéssemos que repassar milhões de reais para uma empresa do porte da Ford. Chamamos a empresa para renegociar, como é legítimo. A GM aceitou alterar o contrato em R\$ 100 milhões. A Ford não aceitou conversar e foi embora. E o estado não se prejudicou com isso, porque é só ver os dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE) do período para ver que a economia do Rio Grande cresceu acima da média nacional, inclusive o PIB industrial, mais que em outros períodos. E ela também não beneficiou a Bahia. O governo agiu para obter o crescimento, com os sistemas locais de produção, incubadoras empresariais, mexida do Fundopem, e não deixamos de atrair novos investimentos, como nos casos da Latasa e da Fibraplac Chapas de MDF, do grupo Isdra, em Glorinha. Nós afirmamos uma visão republicana, de que o interesse público se sobrepõe ao interesse privado, particular ou pessoal, e demarcamos um espaço de construção do orçamento, instigando a cidadania a participar deste processo. Ou seja, o Executivo, para formatar sua proposta, antes de encaminhá-la para o Legislativo, vai nas comunidades, nos municípios e regiões, apresenta dados e números e coloca em debate para ouvir as sugestões, correções e até contradições para formatar tecnicamente e politicamente sua proposta.



GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL
RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL
RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL
RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL



2003 GERMANO RIGOTTO 2006

SUILL
NO GONSI DE DO SSUI
N RIO GRANDE DO SUL



Germano Antônio Rigotto nasceu em Caxias do Sul em 24 de setembro de 1949. É dentista e advogado, formado pela UFRGS, e um político experiente que iniciou a carreira em 1976, eleito o vereador mais votado pelo MDB em sua cidade natal. Depois, foi eleito deputado estadual em 1982. Em 1986, foi reeleito com a segunda maior votação no estado. Em 1990, chegou à Câmara Federal com 94.077 votos, sendo reeleito em 1994 e em 1998. Nas três eleições, Rigotto sempre ficou entre os três mais votados no Rio Grande do Sul. Em 1995, assumiu a liderança do governo na Câmara, a convite do presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 1997, foi o coordenador da bancada gaúcha e presidiu a Comissão da Reforma Tributária.

Em uma pesquisa realizada em junho de 2002, com vistas à posição dos possíveis candidatos ao governo do estado no pleito de 6 de outubro, Germano Rigotto tinha apenas 2% das intenções de voto. A eleição foi disputada por 12 candidatos, entre os quais estavam alguns pesos pesados da política regional, como o ex-governador Antonio Britto (PPS) e seu vice, Germano Bonow (PFL), da aliança PPS, PS, PFL e PT do B, o ex-prefeito de Porto Alegre Tarso Genro e seu vice, Miguel Rossetto, do PT (aliança PT/PCB/PMN/PCdoB), e Celso Bernardi e sua vice, Denise Fátima Kempf, do PPB. Germano Rigotto, do PMDB, teve como vice Antônio Hohlfeldt (PSDB), da aliança PMDB/PSDB/PHS.

Rigotto logo percebeu que os três mais fortes candidatos não poderiam evitar o choque direto. Inferiu que o ex-governador Antonio Britto, que liderava as pesquisas, seria o alvo preferencial dos demais concorrentes. Refugiou-se, então, na proposta de uma terceira via, que acenava com a pacificação política, diálogo com todos os setores da sociedade e com o governo da União, qualquer que fosse o presidente (Lula e Serra disputavam o Palácio do Planalto). Não por acaso, a marca de sua campanha era um coração. A mensagem de Rigotto aos poucos conquistou o eleitorado, enquanto a rispidez dos principais candidatos afugentava os cidadãos. O resultado do primeiro turno apontou Rigotto em primeiro, com 2,427 milhões de votos, e em segundo, Tarso Genro, com 2,196 milhões. No segundo turno, Rigotto venceu as eleições com 3,149 milhões de votos, contra 2,830 milhões de Tarso.

Nas eleições de 2006, porém, ele não seria mais a terceira via e, assim, seu adversário mais difícil não seria o ex-governador Olívio Dutra, do PT, como se esperava. A terceira via, novamente com uma proposta vitoriosa, seria a ex-aliada de Rigotto, a economista Yeda Crusius, do PSDB. Em 2010, ele conheceria pela segunda vez o gosto amargo da derrota, quando não obteve a eleição para o Senado, vencido pela recém-chegada ao PP, a jornalista Ana Amélia Lemos.

Hoje, Rigotto é um requisitado conferencista e compõe o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) do governo federal, o chamado “Conselhão”.

AMBIENTE POLÍTICO | EM NOME DA PACIFICAÇÃO

Germano Rigotto chegou ao poder graças, sobretudo, ao seu espírito conciliador e a uma personalidade mais flexível do que os mandantes anteriores. No final do primeiro ano de seu governo, mantinha enorme disposição de cumprir suas promessas, como ele mesmo afirmou: “Em nome do povo, o governo precisa assegurar o livre exercício de todos os direitos, tolerar os conflitos e divergências. Mas precisa zelar, também, pela preservação do Estado de Direito, de forma que todos aceitem que os limites estão na lei. O governo gaúcho mostrou neste primeiro ano de mandato que escutará sempre e que, portanto, não é surdo; o governo gaúcho escutará e conversará sempre e, portanto, não é mudo; e o governo gaúcho escutará, conversará e decidirá sempre, na forma que a lei orienta e, portanto, é comprometido com a lei e a democracia”.

Vale registrar o que ele disse a seguir, no final de 2003: “Quando se fala em pacificar, conviver, ouvir com atenção a todos, enfim, viver democraticamente, muitos não se dão conta de que, ao fazer isso, os governantes deixam de ser máquinas, para serem seres humanos que governam outros seres humanos iguais, pessoas, com nomes, endereços e com problemas que não podem ser considerados simples números. Essa orientação, que pode ser traduzida como *humanização*, vem sendo aplicada pelo governo do estado nas suas relações internas, com os servidores, e nas relações externas, com todos os setores da sociedade. O respeito e a educação fortalecem a democracia e abrem caminho para trabalharmos mais unidos na construção de um estado mais próspero e justo. Enfim, recuperam e fortalecem a confiança do povo nas instituições e no seu futuro”.

Durante o seu governo, Rigotto esteve satisfeito com a aliança dos seis partidos que formou a base de sustentação política, com PMDB, PSDB, PDT, PFL, PP e PTB, ou seja, nada menos de 39 deputados de um total de 55. Rigotto avalia que a aliança funcionou “porque os políticos de todos esses partidos trabalham imbuídos de que o nosso estado precisa de governabilidade e de uma visão construtiva. Com o apoio dos partidos, o governo dedicou-se por inteiro às suas tarefas, sem perder tempo e energia com divisões ou conflitos políticos ou partidários”. E, de fato, no primeiro ano da administração, o governo conseguiu algo inédito: dos 133 projetos aprovados pela Assembleia, oriundos do Executivo, nada menos de 79 deles obtiveram a unanimidade do Plenário.

Ao cumprir com rigor as promessas de pacificação e de diálogo, Rigotto conseguiu evitar a tradicional polarização política gaúcha, pois não aceitava as tentativas de radicalização. E isso foi bastante favorável ao Rio Grande do Sul, tanto nas relações internas da administração como com o empresariado, com os representantes dos trabalhadores e possíveis investidores e, ainda, com a União (*veja o capítulo sobre economia*). Também conseguiu algumas vitórias importantes em termos de progressos sociais e administrativos. Nos quatro anos de sua gestão, a taxa de mortalidade infantil tornou-se a mais baixa do País, com 13,1 óbitos a cada mil crianças nascidas vivas (em 1970, eram 48,4 óbitos).

Durante o seu governo, apesar dos eventuais atritos, Rigotto esteve satisfeito com a aliança dos seis partidos que formou a base de sustentação política. No primeiro ano da administração, conseguiu algo inédito: dos 133 projetos aprovados pela Assembleia, oriundos do Executivo, nada menos de 79 deles obtiveram a unanimidade do Plenário.

Rigotto criou dois programas sugeridos aos governos pelo economista indiano e Prêmio Nobel, Amartya Sen, um dos criadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da ONU: o Programa Primeira Infância Melhor (PIM), para crianças de 0 a 6 anos, e o programa especial para as gestantes. Também introduziu no estado o Programa Saúde da Família. Todos esses programas, com a feição de política de estado, tiveram continuidade nas administrações seguintes, de Yeda Crusius e de Tarso Genro. Atualmente, apenas no PIM, são atendidas mais de 60 mil crianças. E a Taxa de Mortalidade Infantil caiu para 10,1 em 2010, ainda a menor do País e uma das mais baixas da América Latina, perdendo apenas para Cuba e Chile.

O governo de Germano Rigotto também foi o pioneiro do País a implantar o pregão eletrônico, a Certificação Digital e o ICMS Eletrônico.

Por último, mas não menos importante, Rigotto atualizou um instrumento de fundamental importância, o Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (Fundopem), com a Lei nº 11.916, de 2 de junho de 2003, atualizada até a Lei nº 13.843, de 5 de dezembro de 2011. Trata-se de “um instrumento de parceria, do Governo do Estado com a iniciativa privada, visando à promoção do desenvolvimento socioeconômico, integrado e sustentável do Rio Grande do Sul”. O Fundopem/RS não libera recursos financeiros para o empreendimento incentivado. Este projeto é apoiado por intermédio do financiamento parcial do ICMS incremental mensal devido gerado a partir da sua operação.

O desafio da coesão partidária

Um problema que atrapalhou o desempenho de vários governos gaúchos a partir da redemocratização foi o da indisciplina partidária dos deputados na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Esse assunto mereceu um estudo do acadêmico Júlio Canello, do Instituto

Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), chamado *Disciplina partidária em legislativos: a literatura sobre América Latina e o caso da Assembleia do Rio Grande do Sul*, que aborda o período de 2003 a 2006 do Parlamento gaúcho, durante o governo de Germano Rigotto. O trabalho demonstra, após detalhado levantamento, a postura dos deputados estaduais do Rio Grande do Sul em relação aos seus partidos em função de suas atuações no Plenário. O levantamento de Canello revela, em primeiro lugar, que, em termos de unidade partidária em geral no Plenário, o PT lidera folgadoamente, seguido do PMDB, com os índices de 97,38 e 95,45 em 2003 e de 94,72 e de 87,23 em 2006, respectivamente. Ou seja, existe uma forte tendência para uma queda relevante da unidade partidária em relação ao partido que está no governo. No levantamento de Canello, o partido com menor unidade partidária no período 2003 a 2006 foi o PP, com o índice de 90,24 em 2003 e de apenas 77,03 em 2006. O PDT e o PTB obtiveram respectivamente índices de 90,67 e 95,32 em 2003 e de 85,40 e 84,68 em 2006. Na média dos quatro anos, o maior índice foi o do PT, com 97,20, e o mais baixo foi o do PP, com 83,79.

O levantamento realizado mostra, de forma geral, a tendência dos parlamentares gaúchos a um índice de unidade partidária menor do que seria desejável. E igualmente grave, mostra, também, uma acentuada tendência à não colaboração em Plenário. Destaca-se, no levantamento, o aumento da não colaboração dos deputados do partido do governo no decorrer da administração: o PMDB, do governador Germano Rigotto, em 2003 tinha uma média de 15,90. Ela subiu para 18,52 em 2004, 21,33 em 2005, e 22,05 em 2006. São números típicos, aliás, do comportamento dos parlamentares selecionados em eleições proporcionais.

Presidiram a Assembleia Legislativa no governo de Germano Rigotto os seguintes parlamentares: Vilson Covatti (PP), em 2003 e 2004; Carlos Eduardo Vieira da Cunha (PDT), de 2004 a 2005;

Iradir Petroski (PTB), de 2005 a 2006, e Luiz Fernando Salvadori Záchia (PMDB), em 2006.

As bancadas estavam distribuídas assim: a coligação PT/PCB/PCdoB contava com 15 deputados; PP, 10; PMDB, nove; coligação PDT/PAN, sete; PTB, seis; Coligação PPS/PFL/PTdoB, quatro; PSDB, três; e PSB, um.

Durante o governo de Rigotto, foi instalada a chamada CPI das Carnes, que funcionou de 30 de junho de 2003 a 15 de dezembro do mesmo ano. A CPI teve o deputado Jerônimo Goergen (PP) como presidente e o deputado Márcio Biolchi (PMDB) como relator. E teve por objetivo “apurar as causas da atual situação econômica e financeira da bovinocultura de corte e da suinocultura e investigar indícios da prática de infrações da ordem econômica nas cadeias produtivas suínas e seus derivados, com ênfase aos aspectos relacionados à formação do preço recebido pelos agricultores e pagos pelos consumidores finais”. A CPI dos Combustíveis, instalada em 2005 e concluída em 28 de março de 2006, investigou denúncias de cartelização de preços dos combustíveis, adulteração e também sonegação fiscal. A CPI foi presidida pelo deputado Kanan Buz (PMDB); o vice-presidente foi o deputado Fabiano Pereira (PT) e a relatoria foi da deputada Leila Fetter (PP).

Também foi instalada uma Comissão Especial, em 7 de junho de 2004, para tratar da realidade e da importância da utilização de pardais e lombadas eletrônicas nas rodovias gaúchas. Teve como presidente o deputado Luiz Fernando Záchia (PMDB), tendo Ronaldo Zulke (PT) como vice-presidente e João Fischer (PP) como relator. O relatório, aprovado por unanimidade pelos deputados integrantes da Comissão Especial em 4 de novembro de 2004, traz uma radiografia sobre os equipamentos eletrônicos instalados nas rodovias gaúchas, além de sugestões para maior segurança no trânsito e para melhor aproveitamento dos recursos provenientes das multas.

ECONOMIA | PROFUSÃO DE PLANOS E PACTOS

Durante a administração de Germano Rigotto, apesar de muitas iniciativas importantes, o crescimento econômico do Rio Grande do Sul foi menos do que modesto: 1,6% em 2003; 3,3% em 2004; uma recessão em 2005, com -2,8%; e finalmente a recuperação em 2006, com um crescimento robusto, de 4,7%. Ou seja, no quadriênio, o Rio Grande do Sul avançou apenas 7%. No mesmo período, o PIB do Brasil acumulou um crescimento – esse sim, bastante modesto – de 14,7% (a China cresceu mais de 32%). É importante registrar que as mudanças feitas pelo IBGE na fórmula do PIB, com a redução do peso do setor agropecuário e aumento dos serviços, entre outras alterações, teve um efeito negativo cumulativo sobre o índice de desempenho econômico gaúcho, pois, diferentemente do quadro brasileiro, no Rio Grande do Sul o setor agropecuário tem uma representatividade elevada em relação à economia como um todo.

Na gestão Rigotto, o governo e a sociedade gaúchos retomaram um intenso debate em busca de consenso sobre a estratégia a ser adotada em busca do desenvolvimento econômico e social da região. O próprio governo mandou produzir um trabalho de qualidade chamado “RS Rumos 2015”, de responsabilidade da consultoria Booz, Allen. Afora sua abrangência e consistência, esse estudo ganhou relevância por três motivos:

1) pela primeira vez, contou-se com dois cenários para o ano de 2015, servindo de parâmetros para uma visualização de futuro para o perfil da distribuição espacial da riqueza no estado. O *cenário tendencial* mostrava como seria esse perfil se fosse mantida a tendência recente da dinâmica de crescimento da economia estadual, enquanto o *cenário propositivo* apresentava as mudanças que ocorreriam com a implementação do portfólio de investimentos propostos para cada região;

2) o estudo avançava muito em relação aos seus predecessores ao propor, a partir do respectivo diagnóstico e cenário, uma visão de futuro para cada uma das regiões analisadas, sustentada por um conjunto de estratégias, programas e projetos;

3) a metodologia adotada na sua elaboração, com ampla participação de especialistas setoriais e regionais, representantes do meio universitário e lideranças do setor público e privado.

Esse procedimento permitiu que as conclusões de cada etapa do trabalho fossem submetidas a um intenso debate com os agentes regionais, possibilitando não só o enriquecimento do estudo como, principalmente, a efetiva apropriação de suas propostas pela região.

Independentemente de sua consistência e da obtenção de um relativo consenso político sobre a sua oportunidade, qualquer projeto de desenvolvimento regional enfrenta enormes dificuldades na sua fase de implantação. De um lado, pelas conhecidas restrições das finanças públicas e ausência de um efetivo fundo

orientado para o financiamento do combate às desigualdades territoriais. De outro, pelo fato de que a continuidade das políticas de desenvolvimento regional (que são, via de regra, políticas de longo prazo) não resiste a qualquer mudança de governo.

Na mesma época, foram lançados mais dois movimentos em prol do desenvolvimento do Rio Grande do Sul. O “Pacto pelo Rio Grande”, da Assembleia Legislativa, foi muito ambicioso no intuito de promover a “mobilização da sociedade gaúcha para a construção de uma agenda mínima de ações/soluções voltadas para o enfrentamento da crise estrutural do Rio Grande do Sul”. Os parlamentares se mostravam confiantes em suas capacidades de implementar o projeto com sustentação nesta “mobilização da sociedade, por meio de suas lideranças e instituições representativas”. Tratava-se de um acordo de ampla representatividade, como mostra a relação de deputados que participavam da Coordenação Executiva: César Busatto (PPS), Raul Pont (PT), Jair Soares (PP), Giovani Cherini (PDT), Luis Augusto



Lara (PTB), Ruy Pauletti (PSDB); Reginaldo Pujol (PFL); Berfran Rosado (PPS); Heitor Schuch (PSB) e Jussara Cony (PC DO B).

E, finalmente, a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) e outras entidades empresariais atraíram vários setores da sociedade para elaborar o que se convencionou chamar de “Agenda 2020: o Rio Grande que queremos”.

Essas iniciativas foram facilitadas pela postura do governador Germano Rigotto e de sua equipe, de manter permanentemente o diálogo e a busca do entendimento. Com essa disposição, a despeito dos problemas financeiros do estado, que se agravaram, foi possível atrair o interesse do governo federal em realizar alguns projetos no Sul e, também, atrair empreendedores privados que manifestaram suas intenções de investir no Rio Grande do Sul.

Com o apoio da União, por exemplo, foi iniciada a instalação do Polo Naval em Rio Grande, com a perspectiva de implantação de vários projetos ligados à cadeia oceânica (e que vieram a se confirmar nos anos seguintes). Se o Polo Naval de Rio Grande tivesse um registro de nascimento emitido em cartório, esse documento levaria a data de agosto de 2006, com a decisão de se instalar o dique seco. Mas, como costuma acontecer no Brasil, a implementação dos projetos percorre um longo caminho. O dique seco nasceu de fato em 2008, com o início efetivo das obras de instalação, coincidindo com a construção da Plataforma de Petróleo P-53 pela Quip sobre o casco de um navio enviado de Cingapura. A partir daí, o polo recebeu novas empresas, cujas instalações, eventualmente, foram concluídas por volta de outubro de 2010, quando finalmente foi inaugurado o dique seco e anunciadas novas encomendas da Petrobras.

Além disso, o governo estadual estava disposto a promover o desenvolvimento da cadeia de base florestal, que, como se sabe, tem início exatamente com o plantio de florestas. Essa intenção também facilitou que o governo conseguisse a decisão de ampliação da antiga Riocell e, mais, que fossem iniciadas as tratativas

para a instalação de mais um grande projeto de celulose e papel no estado (*veja informações no capítulo de Economia do governo Yeda Crusius*) comandado pelo grupo Votorantim. As indústrias de móveis também viveram momento favorável de modernização e ampliação de suas produções.

O interesse das empresas gaúchas em estabelecerem vínculos com o mercado internacional, e do próprio estado, a partir do governo Antonio Britto, inclusive com a criação de uma Secretaria para Assuntos Internacionais, intensificou-se no governo Rigotto e, em seguida, na administração Yeda Crusius. Gerdau, Randon, Agrale, Marcopolo, Tramontina e Altus foram algumas das empresas locais que passaram à condição de transnacionais ou ampliaram suas atuações no exterior. Elas não apenas se expandiram no território brasileiro e exportaram os seus produtos, mas também instalaram ou adquiriram plantas industriais em vários países.

Em relação aos planos mencionados, aconteceu o seguinte: mais uma vez o Rio Grande do Sul demonstrou sua dificuldade em alcançar a disposição efetiva em realizar um projeto amplo em favor de seu desenvolvimento que seja mais do que algum objetivo pontual e, portanto, isolado. O “Rumos 2015” aparentemente não obteve o reconhecimento como um Programa de estado, estratégico, e sim como mais um projeto de governo. O “Pacto pelo Rio Grande” afundou com a velocidade de uma pedra atirada n’água, demonstrando a incapacidade dos políticos gaúchos de irem além da retórica, mesmo quando se trata de desempenhar a contento algo a que batizam solenemente de pacto, o que implica algo necessariamente suprapartidário e protegido das manobras político-eleitorais. Um pacto bem executado forma estadistas.

A “Agenda 2020 – O Rio Grande que queremos” foi, diferentemente, o que se pode chamar de projeto “bem nascido”. A começar pelo fato de ter sido gerado dentro do Sistema Fiergs. A primeira boa ideia foi a de iniciar o processo de

elaboração do programa mobilizando voluntários interessados no progresso do estado. Mais de 800 pessoas se apresentaram e, divididas em grupos, debateram exaustivamente os grandes temas, para definir as prioridades, ou seja, para onde vamos, e também as metas a serem alcançadas: em que ponto queremos chegar. Para assegurar que o programa teria continuidade, os coordenadores alojaram a Agenda 2020 em uma entidade já existente e que precisava de um grande objetivo, a Polo RS. A Agenda 2020 está viva e suas equipes de voluntários estão ativas. O que não significa que não enfrente dificuldades, pois na maioria dos casos, para atingir os objetivos, torna-se necessário que, antes, ocorram mudanças culturais.

Uma grande perda

A Viação Aérea Riograndense (Varig), fundada em 1927, foi o grande orgulho da aviação comercial brasileira, reconhecida no mundo inteiro pelo requintado tratamento de bordo e, também, pela qualidade de seu pessoal técnico no comando das aeronaves e na manutenção das mesmas. Em seus bons tempos, a Varig, também conhecida como “A Pioneira”, chegou a contar em sua frota com os melhores aviões do planeta. Na sua história, a Varig utilizou 427 aeronaves e transportou mais de 500 milhões de passageiros. A existência da empresa foi virtualmente interrompida em 20 de julho de 2006, quando a empresa começou a viver uma longa agonia, até hoje juridicamente inconclusa. Em 26 de julho, parte da companhia foi vendida para uma subsidiária da Gol, e no mesmo dia foram demitidos 5 mil empregados que estavam quatro meses sem receber seus salários. A Varig Engenharia e Manutenção foi transferida para a TAP e é hoje um dos segredos do sucesso da companhia portuguesa. Um simulacro da Varig, mas sem a sua marca, continuou mantendo pouco mais de uma dezena de rotas no Brasil e em Frankfurt, no exterior. Em 2010, a empresa, conhecida como “velha Varig”, teve sua falência decretada pelo Tribunal de Justiça do Rio

de Janeiro no dia 20 de agosto. Mas a decisão obteve um efeito suspensivo do mesmo Tribunal e voltou, na prática, à situação de empresa “em recuperação judicial”. A marca Varig é utilizada pela Gol.

Agronegócio

No governo Germano Rigotto também foi mantido certo equilíbrio na participação do Rio Grande do Sul na produção brasileira de grãos, fundamentos de algumas das maiores cadeias produtivas da economia regional. Alguns degraus abaixo dos 25% do total brasileiro dos anos 1980, as lavouras da safra 2006/07, semeadas no governo Rigotto, mas colhidas no governo de Yeda Crusius, somaram 21,3 milhões de toneladas dos grãos, 16,2% do total de 131,8 milhões de toneladas colhidas em todo o País. Em termos de área, o Rio Grande do Sul regressou aos 7,2 milhões de hectares plantados, 15,6% dos 46,2 milhões de hectares do Brasil. E, finalmente, o estado obteve produtividade de 3.247 quilos por hectare, 13,9% acima da média nacional, de 2.851 quilos por hectare.

COTIDIANO | O BRASIL NA ERA LULA

Dentro de sua proposta conciliadora, o governador Germano Rigotto decidiu manter seu apoio ao Fórum Social Mundial, contestado por alguns no início, mas abraçado pela sociedade porto-alegrense e gaúcha, depois, em razão do incremento do turismo e divisas para a cidade. A capacidade de entendimento de Rigotto facilitou também o relacionamento com Lula, presidente que iniciava o governo em Brasília. Desde cedo, conversaram e acertaram quais seriam os investimentos e as prioridades do estado.

O Rio Grande e o País estavam ávidos por investimentos, depois da ressaca econômica dos últimos anos do governo FHC. Apostava-se no pior, com a volta da inflação e o descontrole

do País também no plano institucional. Não foi o que se viu. Lula manteve, em um primeiro momento, a inflação estável, fechou a chave do cofre para novas inversões e apertou o cinto. Para dar solidez ao processo, colocou Henrique Meirelles no Banco Central, no âmbito interno, e manteve bom entendimento com o presidente norte-americano, no cenário externo. Depois, começaram as políticas sociais, o crescimento do País, a parceria com a China, o fortalecimento da indústria, como a naval, no RS, e o aumento da autoestima das classes menos favorecidas e do País, de forma geral.

Muitos eram os problemas do Rio Grande do Sul, à época. Uma parte daqueles que diziam respeito à esfera de investimentos da União foi resolvida. A recuperação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a duplicação da BR-101, a ampliação da refinaria Alberto Pasqualini (Refap), o incremento da indústria naval, entre outros, foram encaminhados. Mas a Ponte do Guaíba, a RS-118, entre Esteio a Viamão, e outros problemas históricos da capital e do interior ainda teriam que esperar.

Em meio a este cenário de dificuldades, a modelo Gisele Bundchen ganhava o cenário mundial, e Gilberto Gil era o ministro da Cultura. Dilma Rousseff, que seria depois presidente da República, assumiu a pasta das Minas e Energia, passando após para a Casa Civil. Ela, junto com Lula, direcionou o País para projetos de desenvolvimento e infraestrutura, alguns ainda carentes de consecução, mas outros de grande importância para o crescimento do País. Em Porto Alegre, o recém-inaugurado Centro Cultural CEEE Erico Verissimo começava a funcionar a pleno vapor, enquanto a Fifa escolhia, pela terceira vez, Ronaldo Nazário como melhor jogador do mundo.

No contexto mundial, os EUA invadem Bagdá. Esse já era um processo previsto, em função do saldo que ficara na relação com o Oriente Médio, a partir da derrubada das torres gêmeas





Small white sign on the left side of the road.

TUNNEL BUCHELL'S CA

Small blue sign at the entrance of the left tunnel.

WY 7879

do World Trade Center e o interesse da nação norte-americana no petróleo. O grosso da operação dura poucos dias. Saddam seria derrubado do poder, e os EUA instalariam no Iraque um governo provisório. Enquanto isso, cientistas anunciam a decodificação do genoma humano. Esta espécie de “mapa” do código genético promete transformar radicalmente a medicina e a compreensão de doenças como o Alzheimer e o câncer. No comércio mundial, o impasse entre países pobres e ricos leva a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) ao fracasso, sem que se chegue a um acordo para a redução das barreiras comerciais.

Em nosso meio, pesquisa mostra que 67% dos brasileiros não entendem o que leem, incluindo-se, portanto, na categoria de analfabetos funcionais. A gaúcha Daiane dos Santos, campeã do mundo na ginástica solo, tem recepção de celebridade na Capital. O craque Falcão e a jornalista Cristina Ranzolin se casam. Em uma festa no Plaza São Rafael, que contou com a presença do governador, surge a primeira edição da revista *Voto*, único veículo dedicado exclusivamente à política no Sul do Brasil. Investimentos no estado abrem 11 mil vagas de emprego. No Brasil, é aprovada a lei de restrição às armas de fogo, assunto que voltaria à pauta no plebiscito de 2005. Mais de 300 mil gaúchos disputam vagas no serviço público, e a receita do ICMS cresce. Na previdência, a maior expectativa de vida muda a regra para os novos aposentados.

Aumenta significativamente o número de transplantes de órgãos no estado, o que é uma boa notícia. Os pedágios sobem duas vezes mais do que a inflação, o número de celulares cresce em 10 milhões somente em um ano e o IBGE revela que cresce 59,6% o número de divórcios no País. Ambientalistas comemoram 30 anos do fechamento temporário da fábrica da Borregaard, reaberta depois de quatro meses com instalação dos mais modernos sistemas antipoluentes da época. Considera-se que nascia, naquele momento, o ambientalismo gaúcho, pioneiro no País em diversas questões.

Enquanto isso, no cenário mundial, o Brasil buscava maior abertura de sua economia. A solução dos impasses quanto à exportação da soja para a China demorou, mas veio. Mercosul e Europa fecham acordo de livre comércio. Lula cobra agilidade dos ministros. O ensino superior e a pesquisa recebem mais investimentos. O salário mínimo aumenta, e milhares de postos de trabalho são criados com carteira assinada, o chamado emprego formal. O Brasil busca crescimento sustentável, ao mesmo tempo em que especialistas alertam para a baixa qualidade do ar no centro de Porto Alegre. O Rio Grande do Sul produz 88% de toda a soja transgênica do país. Na moda, a onda é o cor-de-rosa. Para garantir a paz e a tranquilidade da população nas horas de crise, Lula cria a Força Nacional de Segurança Pública.

No momento em que as forças brasileiras pacificam o Haiti, ondas gigantescas arrasam o sul da Ásia. Mais de 11 mil pessoas morrem. Por aqui, Rigotto tenta atrair grandes montadoras, o que não se mostra tarefa das mais fáceis. Guaíba teria ainda que esperar. O Rio Grande recebe, no entanto, investimentos de 230 milhões de dólares para a geração de energia eólica, a energia limpa, em Osório, o segundo maior parque do mundo. Osório festeja, também, o início da duplicação da BR-101, que iria colaborar para o crescimento do município e do Litoral Norte gaúcho.

Na política, o destaque é a cassação do deputado José Dirceu, acusado de comandar o “Mensalão”, a face negativa do governo Lula. Na economia, os investimentos não param, a maioria oriundos do governo federal ou por conta das políticas deste. A metade sul do estado se revigora, com as usinas termelétricas, o polo naval, a retomada dos frigoríficos, do comércio, a instalação de centros técnicos e de ensino. Diminui um pouco a drástica diferença entre as duas metades do estado, uma razoavelmente desenvolvida, a outra em vias de arrefecer a escalada de empobrecimento e vislumbrar futuro melhor.

No cenário internacional, destaque para Angelina Jolie, a linda atriz, e para a sempre eterna Gisele, a top entre as tops. No governo do prefeito de Porto Alegre, José Fogaça, a Usina do Gasômetro vira árvore de Natal. Mas o verdadeiro presente para os gaúchos e brasileiros é a quitação da dívida com os organismos internacionais. O Brasil não deve mais para o Fundo Monetário Internacional (FMI) e nem para o Clube de Paris, o que, além da questão simbólica, significa mais autonomia para as políticas financeiras e de comércio. Ainda na questão econômica, outra boa notícia: a taxa de juros cai a um patamar de 15% ao ano, indicador de que as coisas estavam melhorando. No Rio Grande, a China aceita financiar Candiota.

Mas em um cenário positivo, de retomada da autoestima nacional, nem tudo é festa. A sociedade continua conturbada, cheia de violência, conflitos éticos e morais. O Brasil assiste ao julgamento de Suzane Von Richthofen, jovem da elite que planejou, junto com os irmãos Cravinho, a morte dos pais. O motivo: queria ficar com a herança. Cresce o tráfico de armas no Rio Grande do Sul, e o caos aéreo expõe a face da falta da infraestrutura de nossos aeroportos. Aumenta a demanda e faltam serviços adequados.

No plano dos esportes, mais uma Copa se aproxima. Na Alemanha, Ronaldinho Gaúcho é candidato a estrela, mas não confirma. O Brasil sai derrotado. Pesquisa do IBGE mostra que a Região Metropolitana de Porto Alegre possui a maior renda *per capita* do País. Enquanto isso, nas estradas, crescem as mortes em acidentes de trânsito, sobretudo entre jovens. O Brasil está prestes a endurecer a lei que regula o trânsito, sobretudo na questão do álcool. Por aqui, a Rota do Sol é concluída, um antigo sonho de ligar a Serra ao Litoral.

Em alta nas pesquisas, Lula projeta a reeleição, obtendo vitória. Sua trajetória é destaque internacional. Quase sem oposição, o presidente vai para o segundo mandato, montando um governo de coalizão em que cabem tudo e todos, inclusive ex-adversários.

No ambiente gaúcho, a preocupação volta a ser com o Rio dos Sinos, com a saúde abalada em função do nível de poluição. No entanto, o Guaíba avança no sonho de tornar todas as suas praias balneáveis, em um esforço bem-sucedido de vários governos municipais e estaduais.

Os jornais noticiam que o crack ultrapassou a cocaína na preferência dos viciados. Introduzida no estado há uma década, a droga atua como um motor na onda crescente de assassinatos. Além disso, a maioria dos usuários sustenta o vício com roubo e prostituição.

CULTURA | CLÁSSICOS E NOVIDADES

A gestão da cultura no estado, a partir da chegada de Germano Rigotto ao Palácio Piratini, iniciaria uma fase de questionamentos quanto ao fôlego da Secretaria Estadual da Cultura em dar conta das necessidades do segmento, em razão de um certo distanciamento dos gestores na relação com a comunidade cultural – crítica essa que, na verdade, ganharia proporções bem mais dramáticas no governo seguinte, de Yeda Crusius, tendo Mônica Leal à frente da secretaria. Sob o comando de Roque Jacoby entre 2003 e 2006, a Sedac enfrentou inclusive o desgaste de uma acusação de fraude na gestão dos recursos da Lei de Incentivo à Cultura – o secretário viria a ser inocentado no início de 2010.

O problema na época é que havia um passivo de R\$ 14 milhões na Lei de Incentivo à Cultura (LIC), recursos aprovados pelo Conselho Estadual da Cultura, mas que não podiam ser de fato repassados aos produtores culturais, se houvesse a efetiva captação de patrocínio, porque excedia o montante previsto pela lei para a renúncia fiscal. Até que a situação fosse resolvida, a LIC ficaria paralisada. Jacoby justificou-se, afirmando que o montante maior havia sido aprovado a partir da expectativa de um aumento da verba disponível para renúncia fiscal. “Se os produtores de fato captam

mais do que está disponibilizado, temos mais condições de reivindicar esse aumento”, disse na época Jacoby, acrescentando que em sua gestão foi aprovada a Lei Bernardo de Souza, que permite que empresas de porte menor também descontem o valor investido do ICMS quando do apoio a projetos culturais.

Conflitos e entraves burocráticos à parte, Porto Alegre conferiu, logo no início de 2003, no Santander Cultural, a impressionante mostra “Picasso Gravador”, com nada menos que 95 das 130 obras pertencentes ao Museu Reina Sofia, de Madri. Nesse mesmo ano, foi celebrado o lançamento do livro *Cartas*, de Italo Moriconi, apresentando a correspondência de Caio Fernando Abreu com importantes nomes da cultura gaúcha, como Luciano Alabarse, Adriana Calcanhotto e Luiz Arthur Nunes, entre outros.

Em 2003, surgiu uma das mais importantes e duradouras iniciativas na área do cinema (que perdura até hoje), o CineEsquemaNovo, festival capitaneado por Gustavo Spolidoro, evento anual aberto a filmes de qualquer bitota e formato, desde que tragam a marca da inovação e da criatividade. E depois de cinco anos em produção, finalmente chegou ao circuito comercial o filme *Concerto Campestre*, de Henrique de Freitas Lima, reunindo mais de 300 figurantes, efeitos especiais e figurinos de época.

Outros cinco anos de trabalho árduo foram concluídos com o lançamento da tradução de Donald Schuller para o clássico *Finnegans Wake*, romance-conceito de James Joyce. A obra foi apresentada ao público durante a Bienal do Livro do Rio de Janeiro. A capital carioca, a propósito, celebrou a entrada de Moacyr Scliar para a Academia Brasileira de Letras (ABL), depois de 70 livros de crônicas e ficção. A eleição de Scliar como imortal da ABL ocorreu em 7 de julho.

O ano de 2003 marcou também o início das obras do Complexo Multipalco do Theatro São Pedro, ao mesmo tempo em que uma retrospectiva de Carlos Vergara apresentou 70

obras do gaúcho de Santa Maria reconhecido nacional e internacionalmente. Mesmo não sendo gaúcha, a estreia nos palcos de Maria Rita, filha de Elis Regina, foi um dos grandes momentos do ano, em apresentações que comoveram a plateia sul-rio-grandense. Em paralelo, os 20 anos de carreira de Adriana Calcanhotto também foram celebrados, com a intérprete e compositora chegando a 2 milhões de cópias vendidas.

A 4ª Bienal do Mercosul teve a participação do Brasil, da Argentina, da Bolívia, do Chile, do Paraguai, do Uruguai e do México, este como país convidado. A edição contou também com uma exposição transnacional com artistas de vários países, como Alemanha, Cuba e Estados Unidos. Um total de 84 artistas de 16 países participou da mostra, caracterizada como a edição que teve a maior participação de não latino-americanos. E com o privilégio de pela primeira vez ter sido aberta por um presidente – Luiz Inácio Lula da Silva esteve em Porto Alegre no dia 4 de outubro –, a quarta edição da Bienal esmerou-se no esforço de integração com a comunidade, com ênfase na preparação dos mediadores e supervisores para uma ampla difusão artística. Com visitação gratuita, atraiu um público recorde, de mais de 1 milhão de visitas, distribuídas em seus vários espaços expositivos.

Sérgius Gonzaga chegou ao Instituto Estadual do Livro, em 2003, onde permaneceu até 2004, e sua gestão acabou sendo marcada pela interrupção na circulação da revista cultural *Vox*, que havia sido lançada em 2000, no governo anterior, de Olívio Dutra. Na gestão de Sérgius, com periodicidade trimestral, a publicação tinha na linha de frente nomes como os de Luis Augusto Fischer, Voltaire Schilling, Ana Gruszynski (responsável pelo projeto gráfico e editoração) e edição de Luis Augusto Bissón. Foram apenas seis edições.

No início de 2004, mais uma bem-sucedida temporada dos espetáculos do Porto Verão Alegre, iniciativa que nos anos seguintes seguiria encontrando boa acolhida entre os

porto-alegrenses, em especial aqueles que não se mudam de mala e cuia para o litoral, no período de férias escolares de janeiro e fevereiro. Clássicos como *Bailei na Curva* e novidades como *Rádio Esmeralda*, dirigida por Hique Gomes e tendo Simone Rasslan e Adriana Marques como protagonistas, seriam os maiores destaques da temporada. Adriana, a propósito, faleceria prematuramente, em 2009, aos 43 anos, em razão de complicações provocadas por uma hemorragia interna. E Simone Rasslan viria a ser destaque no Prêmio Açorianos de Música 2013, com quatro troféus para o CD *Xaxados e Perdidos*.

Também nos palcos, destaque para a montagem de *Antígona*, com direção de Luciano Alabarse, que abriu uma temporada de muitas versões de textos eruditos, e para a presença de Merce Cunningham, que lotou o Teatro do Sesi com as coreografias *BIPERD* e *Sounddance*. Já os 50 anos do Margs foram marcados por uma homenagem a Ado Malagoli, seu primeiro diretor, e que a partir de 1997 teria seu nome incluído na designação oficial da instituição. E em outro cinquentenário, o da Feira do Livro, os amantes das letras puderam aproveitar a expansão da área ocupada pelas barracas dos livreiros, que passaram a ocupar também o cais do porto da capital gaúcha, que a partir de então concentraria a produção editorial para o público infanto-juvenil.

No sempre ativo Santander Cultural, destaque para a mostra “Olho vivo – A Arte da Fotografia”, reunindo trabalhos de Henri Cartier-Bresson e o acervo do Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo.

Março de 2005 ficou marcado pela abertura de um novo espaço para a cultura em Porto Alegre. O Studio Clio passou a ocupar um casarão do início do século XX, na Cidade Baixa, oferecendo programação de primeira linha, ora de caráter mais erudito, ora com tom mais popular. No Santander, outro artista espanhol arrebataria o

público: a mostra “Mirabolante Miró” trouxe à capital 178 gravuras do mestre catalão,

Na 12ª edição do Porto Alegre Em Cena, novamente com Luciano Alabarse na organização (da qual havia se afastado em 2001), a capital gaúcha seria impactada pelas exposições de *Os Dias Felizes*, de Peter Brook, *Enderstation Amerika*, de Frank Castorf, e com a presença de Norma Aleandro na montagem *La Señorita*, além de ter vibrado com a versão de Zé Celso Martinez para *Os Sertões*. No interior do estado, palmas para a restauração da casa que pertenceu a Simões Lopes Neto, em Pelotas.

E em sua quinta edição, em 2005, a Bienal do Mercosul caracterizou-se pela tarefa de repensar o modelo em curso, levando em consideração os parâmetros internacionais de projetos curatoriais. A mostra reuniu um grande número de obras inéditas, dando à exposição um caráter de originalidade e ineditismo. O tema central foi a multiplicidade das experiências contemporâneas de espaço: desde o subjetivo, construído pelo corpo e no corpo, passando pelo espaço dominante, o urbano, até as novas noções de espaço impostas pela cultura digital. Um dos grandes destaques desta edição foi a mostra do artista homenageado, o mineiro Amilcar de Castro, um dos maiores nomes da escultura brasileira da segunda metade do século XX.

Também nas artes plásticas, 2006 marcou a publicação do “Catálogo Raisonné”, reunindo a obra completa de Iberê Camargo, em publicação editada pela Cosac-Naify, sob coordenação de Monica Zielinsky e patrocínio da Gerdau e Petrobras. O ano registrou a morte de Henrique Fuhro, um dos mais importantes artistas plásticos gaúchos, e viu aflorar o talento de uma companhia surgida em Pelotas, em 2003: o Grupo Tholl encantou a plateia que compareceu ao Teatro São Pedro, conferindo suas coreografias e malabarismos, em seguida exibidos também em Curitiba.



DEPOIMENTO: GERMANO RIGOTTO

Trajetória política.

Foi sempre no MDB/PMDB, mas o início aconteceu no movimento estudantil e nos clubes sociais. Meu pai era meu maior incentivador. Em 1976, com 27 anos, fui eleito vereador em Caxias do Sul pelo MDB com o maior número de votos. Novato e sem estrutura eleitoral, consegui conquistar o eleitor jovem e de outros setores sendo visto como uma novidade na política. Em 1982, fui eleito deputado estadual com quase 38 mil votos, assumindo a liderança da oposição ao governo de Jair Soares. Mas sempre fui favorável a uma oposição construtiva. Depois, fui reeleito com 55 mil votos, segunda maior votação. Fiquei com a responsabilidade de liderar 27 deputados de 55, que eram situação no governo de Pedro Simon, incluindo lideranças conhecidas, como José Antônio Daudt, Sérgio Zambiasi, Ruy Carlos Ostermann e Ecléa Fernandes. Não foi fácil. Enfrentamos uma greve dos professores de quase 100 dias, uma das maiores da história do magistério. Foram dias muito difíceis, de enorme pressão, mas de muito aprendizado.

Os anos de governo.

Assumi dizendo que governaria para todos, respeitando a oposição. Meu governo foi caracterizado pelo diálogo com todos os segmentos. A oposição foi dura, mas nunca desrespeitosa e nem raivosa. Sempre que a oposição solicitava, conversávamos com os deputados, assim como com as lideranças dos movimentos sociais. Lembro muito do Frei Sérgio: quando acontecia uma invasão, ligava para ele e pedia ajuda para resolver a questão, para evitar uma intervenção da Brigada Militar. Um dos momentos mais difíceis ocorreu justamente quando ruralistas e sem-terra entraram em confronto. Havia também uma situação financeira duríssima. Quando assumi, não havia dinheiro no caixa para pagar a folha e, além disso, tinha que pagar à União os R\$ 1,7 bilhão da dívida, perdendo a receita da Lei Kandir. Mas nunca fui para a imprensa reclamar ou criticar, pois passado é passado.



Quando assumi, não havia dinheiro no caixa para pagar a folha e, além disso, tinha que pagar à União os R\$ 1,7 bilhão da dívida. Mas nunca fui para a imprensa reclamar ou criticar, pois passado é passado.

As safras que não ajudaram.

A safra de 2003 foi razoável, em 2004 caiu, em razão de uma estiagem muito grande, e em 2005 ocorreu uma queda de 71% da safra de soja e de mais de 60% da safra de milho. Em 2006, no último ano de governo, vivíamos sob o efeito dessas duas estiagens, com a descapitalização do produtor, não tendo ajuda federal e sem condições de buscar financiamento em outros bancos, por causa do endividamento. Ocorreu também perda de arrecadação. Mesmo assim, mantive uma posição clara, de fortalecer o Banrisul sem privatizá-lo e nem vendê-lo. Mas as dificuldades financeiras não impediram que iniciássemos um processo de modernização da gestão. O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado que criou a nota fiscal eletrônica, o ICMS eletrônico, e foi iniciado o processo da substituição tributária atingindo combustíveis, cigarros e bebidas, que passou a ser para outros estados o “pão quente” da arrecadação, pois não imaginavam que podiam arrecadar muito com isso. Trouxemos o Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP) para dentro do estado, com o objetivo de modernizá-lo, utilizando novas ferramentas de administração, pois o Rio Grande do Sul não funcionava direito. Além disso, como a sociedade é mais politizada, também cobra mais.

As políticas de atração de investimentos.

Nós dividimos o estado em duas partes, a Metade Sul e a Metade Norte, aplicando políticas de desenvolvimento voltadas para essas regiões. Quando assumi o governo, viajei para Estados Unidos e Europa para apresentar o Rio Grande do Sul aos grandes investidores, e no período de transição visitara a Espanha, para sinalizar à empresa eólica que estava interessada em investir no estado que o Rio Grande do Sul estava aberto a novos investimentos, e está aí o Parque Eólico de Osório. Com a entrada da Aracruz, da Votorantim e da Stora Enso, houve o início de investimentos no reflorestamento. E no Polo Naval, em Rio Grande, houve a decisão de construir as plataformas petrolíferas *offshore*. Fomos em busca dos investidores, e, através do consórcio Quip, foram contratadas quatro plataformas oceânicas, além da construção do Dique Seco pelo consórcio liderado pela WTorre.



DEPOIMENTO: GERMANO RIGOTTO

Áreas de destaque do governo.

Na saúde, criamos o programa Primeira Infância Melhor (PIM), destinado a dar todo o apoio necessário para crianças de 0 a 6 anos, do qual me orgulho muito e que foi copiado pelo Brasil inteiro. Um programa inovador, complementado pela prevenção, estendendo a atenção para as gestantes. Além de serem decisivos para o desenvolvimento das faculdades mentais das crianças, os cuidados também contribuía para reduzir a mortalidade infantil. Na educação, criamos o programa Escola Aberta, no qual as escolas funcionavam nos finais de semana com atividades esportivas e culturais para alunos e comunidade, principalmente em regiões em que o índice de violência era maior. No meu governo, na avaliação da Unesco, o Rio Grande do Sul foi classificado como o estado com o melhor ensino público. Mas voltando aos investimentos: tenho orgulho com o grande número de empresas que conseguimos atrair, em quase todas as regiões, como foi o caso da região de Palmeira das Missões com a chegada da Nestlé, a Italac em Passo Fundo e a ampliação da CCGL, em Cruz Alta, caminhando com isso para sermos a segunda maior bacia leiteira do Brasil. Para isso foi importante a criação do Integrar RS, programa de incentivo fiscal para aqueles que se instalassem em regiões menos desenvolvidas, como era a região noroeste do estado. E valorizamos muito a agricultura familiar, via RS Rural, programa que dava recursos para famílias se desenvolverem comprando uma casa, aumentando sua estrutura, beneficiando aproximadamente 160 mil famílias. E tivemos ainda a vinda da Schincariol, em Igrejinha; a John Deere, em Montenegro; os polos de pesquisa, como o da Braskem e da Souza Cruz (gráfica, call center e centro de pesquisa); e a duplicação da GM, que foi negociada para poder montar o Prisma em Gravataí.

O aumento da alíquota do ICMS.

Não tinha ideia de como a sociedade reagiria a um aumento de tributação. Mesmo com toda a aceitação em todo o estado, pois visitamos 360 municípios, criando a Interiorização, levando o governo até a população, a reação contrária foi enorme. Só um governador que tem credibilidade, que tem capacidade de diálogo, consegue aprovar uma proposta como aquela na Assembleia. O desgaste pessoal foi enorme, mas eu sabia que não se governa só para ser simpático. Tive que tomar medidas como essa, desmentindo o que muitos diziam, que “o Rigotto é confronto zero”.

Os momentos marcantes.

Terminei o governo com grande credibilidade, com um carinho incrível, sem um processo no Ministério Público, sem ter tido uma CPI na Assembleia Legislativa, sem nada que arranhasse a imagem do governo. Dois momentos foram marcantes e emocionantes. O primeiro foi a vitória. Olhar a multidão em frente ao comitê de campanha, na Avenida Sertório lotada, toda aquela festa, foi maravilhoso, vibrante e muito emocionante. Eu via uma população com esperança, com uma expectativa nova. Uma coisa linda que aconteceu. O segundo momento muito emocionante foi quando perdi a reeleição (*fica com a voz embargada*). A saída foi triste, no sentido de que sabia o que tinha feito, a forma como tinha governado, o trabalho que tinha realizado, e aí perder uma eleição da forma como eu perdi... Aquilo doeu muito, machucou muito.

O episódio com Paulo Feijó.

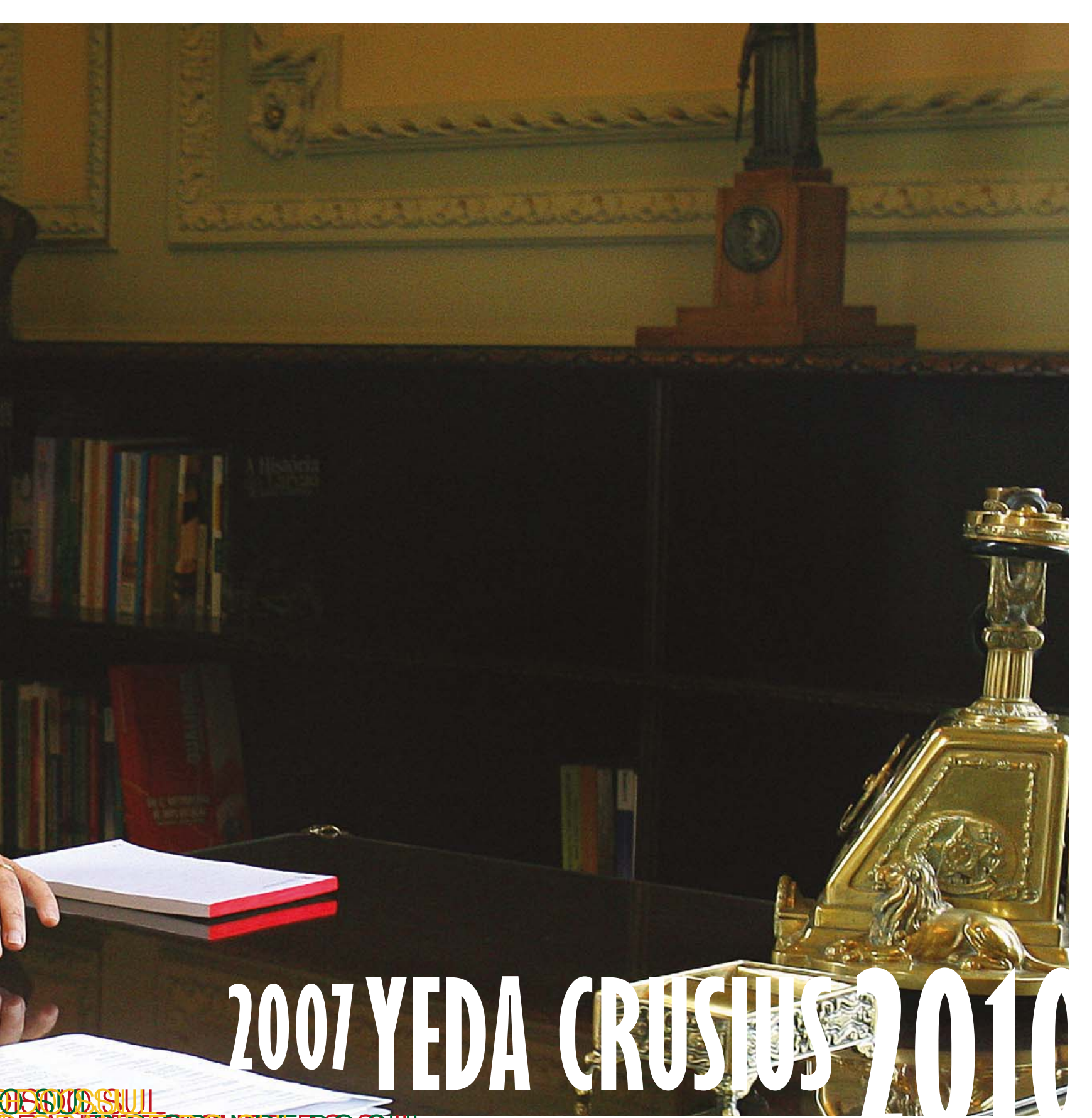
Ele foi meu maior opositor, quando estava na presidência da Federasul. Até considerava uma pessoa amiga. Mas no segundo ano de governo, fui convidado para a posse dele, na Leopoldina Juvenil. Durante o pronunciamento, ele deu uma paulada impressionante na frente de todo mundo, dizendo que tinha se arrependido de ter votado em mim. Arrebentou com o Banrisul, disse que o estado não contratava professores, policiais. A plateia escutava, assombrada com a agressividade do discurso, e percebi que os olhares estavam dirigidos a mim, mas fiquei frio. Quando fiz o meu pronunciamento, não deixei pedra sobre pedra em relação ao discurso dele, que acabou fazendo uma oposição muito maior do que o próprio PT fazia. Em contrapartida, meus maiores defensores eram as pessoas que estavam nas ruas.

Uma nova candidatura.

Não digo nem sim, nem não, mas é muito difícil eu ser candidato a governador novamente.



TO RIO GRANDE SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL
RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL
RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL
RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL



2007 YEDA CRUSIUS 2010

GRANDE DO SUL
O SIBRIANO GRANDE DO SUL



Yeda Rorato Crusius nasceu em São Paulo no dia 26 de julho de 1944 e é economista e política. Formou-se em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e fez seus cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas da USP, pelo Programa de Desenvolvimento Econômico da Universidade do Colorado e na Universidade Vanderbilt, em Nashville, Tennessee, nos Estados Unidos. Iniciou-se na carreira acadêmica ainda em São Paulo e seguiu na área em Porto Alegre, para onde se mudou em 1970, após se casar com o também economista Carlos Augusto Crusius. Tiveram dois filhos, César e Tarsila, e têm quatro netos. Em Porto Alegre, Yeda lecionou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde ocupou cargos de chefia e coordenação, além de ter sido diretora da Faculdade de Ciências Econômicas entre 1991 e 1992. Está aposentada pela universidade. Também na área da educação, lecionou na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), atuando na área das ciências econômicas.

Entre janeiro e maio de 1993, durante o governo de Itamar Franco, ocupou o cargo de ministra do Planejamento. Também foi deputada federal pelo Estado do Rio Grande do Sul por três legislaturas: em 1994, em 1998 e em 2002 – período em que fez duas tentativas frustradas para ser prefeita de Porto Alegre (em 1996 e em 2000).

Yeda Crusius foi candidata a governadora do Rio Grande do Sul em 2006, concorrendo pela aliança Rio Grande Afirmativo (PSDB, PFL, PPS, PSC, PL, PAN, PRTB, PHS, PTC, Prona e PTdoB). Teve um grupo de astros de primeira grandeza da política gaúcha como adversários: o governador em exercício, Germano Rigotto, que buscava a reeleição via União Pelo Rio Grande (PMDB, PTB, PMN); o ex-prefeito de Porto Alegre, ex-governador e ex-ministro das Cidades, Olívio Dutra, da Frente Popular - A Força do Povo (PT, PCdoB); o ex-prefeito de Porto Alegre e ex-governador Alceu Collares, do PDT; o ex-ministro da Agricultura Francisco Turra, do PP; e outros cinco candidatos. Yeda venceu o primeiro turno, com Olívio Dutra em segundo lugar. No segundo turno, ela obteve 53,94% dos votos, contra 49,06% de Olívio. Tornou-se, assim, a primeira mulher a governar o estado.

Atualmente, Yeda tem se dedicado ao tema da violência e é comentarista da rádio BandNews.

AMBIENTE POLÍTICO | O FOGO CERRADO DE UMA OPOSIÇÃO SISTEMÁTICA

O governo de Yeda Crusius, ao lado dos fatos positivos, enfrentou três dificuldades que se revelaram letais para sua administração e decisivas no final de 2010, quando tentou concretizar seu desejo de conseguir a reeleição: uma mulher assumiu o governo de um estado tido como o mais machista do País, sendo uma pessoa de temperamento difícil, de um partido que não contava com quadros suficientes para enfrentar a frente oposicionista; a aliança eleitoral de Yeda do primeiro turno, com 12 deputados, era minoritária na Assembleia, e a aliança parlamentar majoritária construída para assegurar a governabilidade mostrou-se frágil em momentos decisivos, além do fato de que o vice-governador, Paulo Afonso Feijó, rompeu com a governadora e, com ele, três deputados do PFL na Assembleia; foi instalada uma frente oposicionista poderosa, agressiva e que, embora não fosse majoritária, tinha por objetivo retirar Yeda do Palácio Piratini antes do final do governo: PT, com 10 deputados; PDT, sete deputados; PSB, dois deputados; PCdoB, um deputado; e, ainda, os três deputados do PFL, em um total de 23 deputados, que ainda contavam eventualmente com alguns parlamentares do PMDB, bancada com nove parlamentares, e do PTB, com cinco deputados.

Dessa forma, nem bem Yeda havia formado a equipe de governo, foi montado um verdadeiro campo de batalha. A primeira CPI já estava em atividade sete meses após sua posse. De um lado, ela irritou seus opositores promovendo, quase simultaneamente, uma torrente de medidas e projetos que se estenderiam por todas as áreas do seu governo e que, em muitos casos, foram combatidos e inviabilizados e/ou representavam potencial ameaça eleitoral. Entre essas iniciativas, destacaram-se o corte inédito nas despesas correntes, da ordem de 30%, já no primeiro ano de governo, e que foi mantido em 2008 e 2009; a ideia de solicitar à Assembleia a prorrogação por mais dois anos das alíquotas do ICMS, aumentadas no governo Rigotto, contrariando compromisso de campanha e provocando a ira de setores influentes da sociedade; diante da perspectiva de uma grande safra de grãos, foi colocado com sucesso em execução um plano logístico emergencial para possibilitar o escoamento da safra via Rio Grande e rodovias. Além disso, Yeda decidiu que só aprovaria investimentos ou despesas que contassem com recursos previamente assegurados; foi iniciado um programa de irrigação de grande porte e de longo prazo que previa a construção de cinco barragens e de milhares de micros, pequenos e médios açudes; e foi anunciada a pretensão de atrair grandes investimentos e de promover a ampliação das empresas locais, inclusive projetos iniciados no governo anterior, como foram os casos da cadeia produtiva de base florestal, o polo naval de Rio Grande e a ampliação na produção de frutas, carnes, laticínios e biocombustíveis.

O governo colocou em prática, ainda, ações com os seguintes objetivos: recuperar o sistema hidroviário, com apoio técnico do governo holandês; fortalecer o sistema financeiro estadual com o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); ampliar a matriz energética do Rio Grande do Sul, com a instalação de sistema eólico, conforme planejado no governo anterior, e o gás natural; alterar o perfil da dívida estadual; montar um sistema autônomo para a previdência pública no estado; promover a reforma do ensino básico público, começando de baixo para cima, ou seja, pela alfabetização; aumentar os recursos para investimento; aprovar um projeto que viabilizasse a duplicação ou ampliação de faixas de estradas estaduais administradas pelo governo ou pelas concessionárias; e, ainda, enfrentar a necessidade de construção de mais de cem acessos municipais.

Desde o primeiro dia de seu governo, Yeda Crusius enfrentou dificuldades pelo fato de ser a primeira mulher a governar um estado dito machista. Seu temperamento difícil, combinado com uma bancada minoritária, frente a uma oposição sistemática, que a partir de determinado momento passou a incluir até mesmo seu vice, são fatores que dificultaram sobremaneira a concretização de seu projeto de governo.

Também foram planejadas e/ou realizadas numerosas ações na área social que, entre outras, incluíam os esforços para ampliar os serviços iniciados por Rigotto para gestantes e o Programa Primeira Infância Melhor (PIM), além da redução da taxa de mortalidade infantil para um número inferior a dois dígitos. No seu período de governo, as taxas de mortalidade infantil diminuíram bastante, saindo dos 13,1 de 2006 (último ano do governo anterior) para 12,8 em 2007 e em 2008, e que voltaram a cair, para 11,9 em 2009, e 11,3 em 2010 (11,2, segundo a FEE).

Como já é tradicional no Rio Grande do Sul, a máquina burocrática influenciada pelas corporações com forte espírito oposicionista, juntamente com instituições da sociedade civil, virtualmente impediu o avanço de alguns planos, como foi o caso do programa de irrigação. Um grande número de produtores rurais não desejava investir nos equipamentos necessários.

Vale a pena detalhar melhor a derrota de algumas propostas. A questão das alíquotas, por exemplo. Embora antipática, a decisão por sua manutenção manteria o nível da arrecadação, enquanto que sua retirada, como ocorreu, determinou uma perda superior a R\$ 500 milhões. A governadora também foi compelida a retirar a proposta da chamada Duplica RS, que previa a extensão dos prazos das concessões rodoviárias, em troca do aumento de mais de 100% da quilometragem de estradas duplicadas existentes, construção de terceiras faixas nas áreas mais perigosas, redução das tarifas, além da eliminação da dívida do estado para com as concessionárias, independente do valor.

No caso da cadeia de base florestal, a guerra foi de tal porte que, receosas ou sem a obtenção de autorizações necessárias, as empresas responsáveis mantiveram em suspenso três projetos que, somados, representariam investimentos totais, diretos e indiretos, de quase US\$ 10 bilhões, além do plantio de mais de 200 mil hectares de florestas nativas perenes e renda

adicional para centenas de agricultores familiares, sem contar a influência positiva das florestas para o meio ambiente. Ao mesmo tempo, a burocracia literalmente trancou o plano de irrigação, que até o final do governo poderia beneficiar mais de 700 mil hectares de terras localizadas exatamente nas regiões mais vulneráveis às estiagens e, também, em várias regiões onde são necessárias igualmente obras de drenagem para impedir água em excesso no inverno. Ainda assim, foram feitos alguns milhares de microaçudes em benefício de pequenas propriedades.

A burocracia e a oposição, no entanto, não conseguiram impedir o lançamento de ações preferenciais do Bannisul (sem direito a voto) e o empréstimo do Banco Mundial, ações que fortaleceram o banco, melhoraram o perfil da dívida do estado e deram início ao projeto de implantação de uma previdência pública no Rio Grande do Sul. O estado ficou dependente de uma legislação que estabelecesse as maneiras de funcionamento do pagamento complementar de caráter optativo e os percentuais adequados de contribuição dos funcionários e do governo, além de fixar o limite de cobertura, pois atualmente os funcionários aposentados têm assegurado o direito de receber o total do rendimento que auferiam quando trabalhavam, até o final de suas vidas.

De outra parte, na área energética, também foi possível a instalação do primeiro projeto de energia eólica no estado, com o qual foi iniciado um processo que até o final do governo de Tarso Genro possibilitará a produção de pelo menos 1 mil MW de energia eólica e, ainda, a instalação de uma indústria fabricante de geradores.

As adequações realizadas pelo governo estadual no porto do Rio Grande, juntamente com as iniciativas da Petrobras, viabilizaram não apenas a modernização portuária, mas, também, a construção do dique seco e a instalação de empresas e estaleiros especializados na construção oceânica que hoje empregam mais de 10 mil pessoas no Rio Grande e arredores.

O estado consome anualmente cerca de 1,5 bilhão de litros de etanol e 700 mil toneladas de açúcar refinado. E importa praticamente tudo o que consome. Para reverter essa situação, o governo conseguiu que fosse realizado o mapeamento das regiões que poderiam produzir cana-de-açúcar, e também foi feito um trabalho rigoroso para a seleção e cruzamentos das variedades de cana cujas lavouras pudessem alcançar pelo menos a produtividade de São Paulo. O resultado foi a adaptação de variedades que poderão alcançar essa meta. O plantio, no entanto, terá que ser incluído nos planos de safra e será preciso que empresas de porte, além das pequenas usinas da agricultura familiar, instalem as usinas que assegurem o consumo da cana. Na outra ponta, será preciso que a Petrobras e as outras empresas de combustíveis façam as compras. O Rio Grande do Sul terá um grande consumidor cativo, via Braskem, que precisa de mais de 800 milhões de litros por ano de etanol para o seu plástico verde, que também chegou ao estado no governo de Yeda Crusius.

Educação e CPIs

A ideia de promover a reestruturação do ensino básico, que inclui o ensino fundamental e o médio, de baixo para cima, também não pôde ser realizada na sua integralidade. O governo conseguiu colocar em prática o aumento de oito para nove anos (uma exigência legal), com o ingresso de mais de 130 mil crianças de seis anos no ensino fundamental, concentrando esforços especiais na primeira série com a preparação de alfabetizadores e a seleção dos três métodos considerados como os melhores do País. Objetivo: alfabetizar todas as crianças até o final da segunda série, ou seja, sete anos, objetivo que está sendo alcançado. O projeto, no entanto, incluía mudanças nas demais séries do curso básico, com o aumento no número de horas de aula de quatro para cinco, mais utilização do computador e ensino de outros idiomas. E, finalmente, estava

planejada também uma profunda reforma no curso médio. Desses planos, só foram feitas as mudanças no sistema de matrícula, com o conseqüente desaparecimento dos alunos fantasmas, que eram matriculados mas não frequentavam as aulas, aumentando a taxa de abandono.

O governo de Yeda Crusius também foi sitiado por Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). A primeira foi a CPI dos Polos de Pedágios (de 30/5/2007 a 10/10/2007), que investigou fatos relacionados às licitações, contratos de concessões rodoviárias, suas alterações e valores das tarifas. Teve como presidente Gilmar Sossella (PDT) e como relator Berfran Rosado (PPS).

No 13º mês de governo foi instalada a demolidora CPI do Detran (de 7/2/2008 a 3/7/2008), de enorme cobertura midiática. Tinha por finalidade apurar fatos levantados pela operação Rodin, da Polícia Federal, que indicavam desvio de recursos no Departamento Estadual de Trânsito (Detran) gaúcho. Investigou a contratação, com dispensa de licitação, de fundações privadas; o beneficiamento financeiro de servidores e dirigentes estaduais; o alto valor cobrado para a realização dos exames de habilitação; a contratação e o credenciamento de empresas para execução dos serviços de remoção, depósito e guarda de veículos. A CPI sugeriu medidas para o aprimoramento das ações de controle, a reformulação dos quadros de carreira do Detran e a revisão de todos os contratos da autarquia. A bancada do PT elaborou voto em separado e encaminhou representação ao Ministério Público Federal. Essa representação originou investigações que resultaram no pedido de abertura de processo judicial contra a governadora e integrantes do alto escalão do governo. A prisão do então diretor e de um ex- diretor do Detran, assim como de Antonio Dorneu Maciel, um dos principais líderes políticos do PP, na época diretor da CEEE, agitou o ambiente político. O presidente da CPI foi Fabiano Pereira (PT), e o relator, Adilson Troca (PSDB).

Finalmente, os aliados de Yeda salientam que a governadora não cultivava a tradição de manter contatos constantes e informativos com os parlamentares e seus partidos. E era acusada de “soberba” pelas lideranças sindicais. É preciso assinalar, também, que Yeda perdeu alguns secretários exatamente em razão do mau relacionamento e/ou mau desempenho do gestor.

Presidiram a Assembleia Legislativa no governo de Yeda Crusius os deputados Fabiano Pereira, do PT; Frederico Antunes (PP), Alceu Moreira (PMDB) e Ivar Pavan (PT).

ECONOMIA | BONS MOTIVOS PARA COMEMORAR, APESAR DA CRISE

O desempenho da economia gaúcha durante a administração de Yeda Crusius foi prejudicado pela redução do nível de atividade da economia regional nos anos de 2008 e 2009, como reflexo da crise econômica internacional de 2007/2008. Por isso, nos quatro anos de governo a economia cresceu 16,5%, contra os 25% que eram a meta daquela gestão. O Brasil, no mesmo período, cresceu 15,6%, ou 0,9% a menos que o Rio Grande do Sul. No caso do PIB *per capita*, o Rio Grande do Sul, graças ao chamado “bônus demográfico”, cresceu 14,5%, contra um crescimento de 11,6% do Brasil, uma diferença de 2,9% nos quatro anos.

Algumas iniciativas do governo Germano Rigotto, como o Profrutas e o aumento da produção de carnes, alcançaram resultados interessantes no governo de Yeda. Assim, a produção de maçãs do Rio Grande do Sul, por exemplo, que era de 293.572 toneladas em 2001, alcançou em 2007 o volume de 438.556 toneladas, em 2008 subiu para 528.353 toneladas, em 2009 passou para 574.756 e em 2010 teve pequeno decréscimo,

com 522.629. No conjunto da produção frutícola nacional, em valor, no ano de 2010, a produção gaúcha, segundo o IBGE, representou 16,5%, a terceira produção do Brasil.

Os grãos

No governo Yeda Crusius, os produtores gaúchos de grãos festejaram o bom volume das chuvas e conseguiram manter estável a posição do Rio Grande do Sul em relação à produção nacional. No ano agrícola 2006/07 (incluindo verão e inverno), safra plantada no governo Rigotto e colhida nos primeiros meses de Yeda, a produção de 21,3 milhões de toneladas foi igual a 16,2% da produção nacional, de 131,8 milhões; a área plantada foi de 7,2 milhões de hectares, ou 15,6% da área de 46,2 milhões de hectares ocupada pelas plantações de grãos no País; e a produtividade, de 3.247 quilos por hectare, ficou 13,9% acima dos 2.851 quilos por hectare da média nacional.

Os resultados foram ainda melhores na safra 2010/2011, plantada no governo Yeda e colhida no governo Tarso Genro. De fato, a produção de grãos do Rio Grande do Sul bateu seu recorde histórico, com 28,8 milhões de toneladas, representando, no entanto, apenas 17,7% da produção brasileira, de 162,8 milhões de toneladas.

No governo de Yeda Crusius, também foram conseguidos alguns bons resultados na atração de investimentos ou na ampliação de empresas locais. No caso do porto do Rio Grande e seu entorno, é preciso destacar inúmeros melhoramentos que foram executados, a começar pelas obras nos molhes e no aprofundamento do calado, que passou para 20 metros, permitindo o atracamento de navios de grande porte. Também foi realizada a ligação elétrica com São José do Norte, viabilizando

No governo Yeda, foram melhorados os portos fluviais, assim como as hidrovias, a exemplo da linha hidrográfica ligando Porto Alegre a Guaíba através dos modernos catamarãs. No sistema de transporte, foram construídos dezenas de acessos asfaltados a municípios, recuperados mais de 5 mil quilômetros de estradas estaduais e modernizados cinco aeroportos regionais.



os investimentos na extensão do porto do Rio Grande naquela cidade. Foram ampliadas as bases para a recepção de contêineres e o terminal de barcaças, além de anunciados e iniciados vários investimentos, desde o dique seco até a instalação de estaleiros, em Rio Grande e São José do Norte, e de indústrias como a Metasa, e, ainda, o novo terminal do grupo Bunge. Também foi iniciado o projeto para a instalação de uma fábrica de cascos de plataforma, que estará operando em 2020.

Foram melhorados os portos fluviais, assim como as hidrovias, a exemplo da linha

hidrográfica ligando Porto Alegre a Guaíba através dos modernos catamarãs. No sistema de transporte, foram construídos dezenas de acessos asfaltados a municípios, recuperados mais de 5 mil quilômetros de estradas estaduais e modernizados cinco aeroportos regionais. Também foram avançadas as obras da RS-471, a duplicação Rio Grande-Cassino, concluída a Rota do Sol e equacionado o projeto da RS-010, que ligará Sapiranga a Porto Alegre, além de várias obras que foram fundamentais para solucionar gargalos dramáticos, como na ligação da FreeWay com Tramandaí e a Estrada do Mar, no município de Osório.

Ainda na gestão Yeda, foi equacionado o principal projeto de revitalização do centro de Porto Alegre, no Cais Mauá, e foram instalados os dois primeiros parques eólicos do Rio Grande do Sul. Na área do agronegócio, o Rio Grande do Sul manteve o programa de expansão leiteira iniciado no governo de Germano Rigotto, e que disputa com o Paraná a posição de segundo maior produtor brasileiro, com 3,8 bilhões de litros em 2011, 192,3% mais do que os 1,3 bilhão de litros de 1990.

COTIDIANO | CONSUMO DE CARNE CAI, MAS O DE CRACK AUMENTA

Em meio a uma conjuntura complexa e cheia de desafios, Yeda Crusius assumiu o governo do Rio Grande do Sul na condição de primeira mulher a alcançar o Palácio Piratini. Era uma época de muitas transformações. Pouco antes de se iniciar o governo de Yeda, havia sido sancionada, e entraria mais tarde em vigor, a lei Maria da Penha, que aumentaria o rigor nas punições contra a agressão às mulheres. O microblog *Twitter* dava seus primeiros passos, tornando-se uma das redes sociais mais importantes do planeta. Enquanto isso, os conflitos entre mulçumanos e católicos já haviam se acalmado, depois de algumas declarações desastrosas do papa Bento XVI. Os cientistas da Nasa comemoravam a descoberta de água em Marte, ao mesmo tempo em que o Internacional ainda festejava a conquista do Mundial Fifa, disputado no Japão, em dezembro de 2006, depois do 1 a 0 sobre o implacável e até então imbatível Barcelona.

No âmbito estadual, o governo definia a criação dos fundos de previdência e construía açudes para se defender da seca. O estado, em razão de suas dimensões geográficas, ainda esperaria por mais irrigação. No plano federal, o governo Lula lançava as bolsas e os programas sociais,

sem contar as linhas de crédito consignado para aposentados e trabalhadores de baixa renda, o que movimentou a economia e o consumo.

Na área de tecnologia, emissoras e retransmissoras de televisão negociam com o BNDES a implantação do sistema digital. A geração de postos de trabalho bate recorde no País, e a Rio Fashion Week encanta. As redes de varejo começam a vender produtos pela internet, o que altera significativamente o hábito ao menos de uma parcela de consumidores, que, aos poucos, aderem mais e mais a esta nova modalidade de compra, mais rápida e moderna. A Nestlé investe no estado. Enquanto isso, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) contabiliza 68 agressões a profissionais de imprensa em apenas um ano.

O governo do estado tem dificuldades para o pagamento do funcionalismo. O Banco Mundial, de outra parte, confirma o empréstimo de 1 bilhão de dólares, a fim de aliviar a dívida do Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, o IBGE revela que os pequenos municípios de até 10 mil habitantes lideram o crescimento nos últimos 10 anos. Oscar Niemeyer, criador de Brasília e de outros tantos monumentos arquitetônicos, completa um século de vida e talento. Os bons resultados dos produtores rurais brasileiros estimulam o investimento em tecnologia e mecanização. É o Brasil celeiro do mundo. O Rio Grande do Sul lidera a produção de combustíveis ecológicos, o chamado biodiesel, com quatro grandes usinas instaladas. Enquanto isso, o fim da CMPF é confirmado, e a brasileira Natália Guimarães fica em segundo lugar no concurso Miss Universo.

Julho de 2007 entraria para a história como mês da maior tragédia da aviação brasileira. O acidente com o voo 3054 da TAM, que seguia de Porto Alegre para São Paulo, no final da tarde, deixou muitas famílias gaúchas enlutadas. O aparelho ultrapassou o fim da pista do Aeroporto de Congonhas durante o pouso,

vindo a chocar-se contra um depósito de cargas da própria TAM situado nas proximidades, no lado oposto da avenida Washington Luís. Estavam no equipamento 187 pessoas; não houve sobreviventes. Houve ainda outras 12 mortes no solo. Entre as dezenas de perdas para os gaúchos, o deputado federal Julio Redecker (PSDB), o ex-presidente do Internacional, Paulo Rogério Amoretty, e o diretor regional do SBT, João Roberto Brito.

Tanto no âmbito interno quanto externo, o cenário é de mudanças. A crise do Complexo Hospitalar da Ulbra ameaça a saúde no RS. O Inter é o primeiro time brasileiro a sagrar-se campeão da Copa Sul-americana, enquanto os catarinenses, nossos vizinhos, estão às voltas com a calamidade acarretada pelas cheias no Vale do Itajaí. Os gaúchos mobilizam-se na ajuda solidária. No extremo sul do continente americano, uma missão científica comandada pela UFRGS, a primeira financiada inteiramente no Brasil, faz sucesso. E o governo Lula atinge 70% de aprovação.

Em Porto Alegre, o líder da classe médica Marco Antonio Becker é assassinado a tiros no bairro Floresta, em um crime com contornos de mistério até hoje. Conforme o IBGE, brasileiros casam mais e têm mais filhos. O número de flanelinhas nas ruas da capital também só faz aumentar. Mesmo com a estiagem, a safra 2007/08 supera a anterior. A empresa Randon, de Caxias do Sul, consegue a marca de exportar para mais de 100 países. Para tentar fazer frente à crise mundial que se avizinha, Lula lança uma série de medidas para diminuir impostos, estimulando o consumo e o crédito.

No futebol, paixão maior dos brasileiros, ao lado do carnaval, a notícia é a contratação de Ronaldo Fenômeno pelo Corinthians, clube com a segunda maior torcida do País. Enquanto o governo federal adota medidas de estímulo à aquisição da casa própria, por aqui o Rio Grande do Sul capta mais investimentos para usinas de gás e carvão,

com projetos para localização no sul do estado. Mas os Estados Unidos estão no auge da crise imobiliária, das financeiras e das montadoras. A GM entra em colapso, e conta com a ajuda do governo para sobreviver. O Rio Grande cria, por prevenção, o gabinete da gripe suína, a fim de manter a moléstia fora de nosso território. O consumo de crack continua crescendo, e o estado declara guerra à droga, com o engajamento da sociedade. Guerra, mais uma vez, perdida. O IBGE revela a formação deficiente dos professores no País. Mas o ensino superior aqui no RS evolui: quatro em cada 10 universidades gaúchas melhoram a posição no ranking nacional.

No plano mundial, a preocupação agora é com a Coreia do Norte e seus testes nucleares. Na inauguração de uma ponte, em São Valentim, no interior do estado, o palanque cede, e a governadora cai. A prefeitura de Porto Alegre assina contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para despoluir o Guaíba.

No plano do comportamento, uma pérola: pesquisa aponta que os motoristas se acham bons e culpam os outros por tudo de ruim que acontece nas ruas: eles reconhecem problemas no trânsito, propõem soluções, mas são incapazes de admitir suas próprias responsabilidades. O estado recebe mais investimentos no setor de energia eólica. As fábricas de semicondutores e de alta tecnologia começam a chegar ao Rio Grande, com destaque para a cooperação entre universidade e iniciativa privada, tanto em Porto Alegre quanto no Vale do Rio dos Sinos.

Na área ambiental, na conferência climática da ONU, em Copenhague, o alerta para o aquecimento global. A atriz gaúcha Leila Lopez é encontrada morta em um apartamento da capital paulista. Na economia, a maior rede de varejo brasileira, a Casas Bahia, vai embora dos pagos, após cinco anos de atuação por aqui. A explicação para a despedida foi a incapacidade de se adaptar ao nosso jeito e modo de consumo.

A Copa do Mundo da África do Sul tem Dunga à frente da Seleção Brasileira, mas o título não vem. Quem se destaca, na arbitragem, é o gaúcho Carlos Eugênio Simon. Fruto do acerto de sucessivas administrações, o município de Canoas cresce e se desenvolve. Na área da segurança, começa a utilização de tornozeleiras eletrônicas para monitoramento dos apenados. Morre José Saramago, o extraordinário escritor português que marcou presença no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e ganhou o prêmio Nobel. Cresce a pressão da sociedade por concursos públicos que eliminem o risco de fraude. É o país reclamando por isonomia e igualdade.

O centro da discussão política brasileira passa a ser a briga pelos *royalties* do pré-sal e os percentuais a serem destinados à saúde e à educação. Também de Brasília vem a notícia de que o governo federal pretende retomar as estradas pedagiadas do RS. Enquanto isso, em 2010 o Rio Grande do Sul cresce a ritmo chinês, ultrapassando o problema da seca, que prejudicava a economia no ano anterior. Pegando carona no crescimento, o Polo Naval muda o mapa econômico do estado: o município de Rio Grande já é o nosso quarto maior PIB gaúcho, atrás apenas de Porto Alegre, Canoas e Caxias do Sul.

Mudanças nos hábitos alimentares: pesquisa do IBGE diz que as verduras vêm ganhando espaço na mesa dos gaúchos. Não por acaso, o consumo de carne diminuiu. Mas a preocupação com o excessivo consumo de açúcar e de gorduras entre os sul-rio-grandenses se mantém. E caiu o consumo de arroz e feijão, o que é ruim. Na conjuntura econômica e social, as notícias sobre emprego são boas: o desemprego é o menor no País desde 2002, o que altera, inclusive, as relações de trabalho, com a maior autonomia dos profissionais contratados, que agora possuem voz mais ativa e poder de barganha. No futebol, o Grêmio negocia a volta de Ronaldinho Gaúcho da Europa, mas se dá mal. O que era para ser uma fantástica jogada de marketing acaba se transformando em um tiro que saiu pela culatra

com a decisão do ex-jogador de, em sua volta para o Brasil, ir jogar no Flamengo, e não no clube que o lançou. Ronaldinho contrariava, na última hora, as garantias dadas por vários jornalistas gaúchos de que a volta aos pagos era certa. Até caixas de som chegaram a ser instaladas no Estádio Olímpico para uma recepção que não chegou a acontecer.

No setor dos transportes, antiga reivindicação é atendida: a autorização para a implantação da hidrovía Porto Alegre-Guaíba, via catamarã (o projeto se concretizaria pouco tempo depois). O sucesso seria muito maior do que o esperado, e novos projetos nessa área entrariam em curso. Entre as perdas, a morte do ilustre advogado criminalista Lia Pires.

Na política, Lula se despede da Presidência e Dilma prova a roupa da posse em atelier do bairro Moinhos de Vento. A moda no círculo presidencial passa a ter inspiração de Porto Alegre. São as tendências gaúchas novamente a influenciar o Brasil, dessa vez não com uma presidente nascida na terra, mas que fez sua vida política por aqui. O novo governador, Tarso Genro, ficaria satisfeito com o alinhamento ideológico e político entre o estado e Brasília, mas os problemas e desafios que estariam por ser superados no seu governo seriam enormes. Alguns restariam resolvidos, outros teriam que esperar.

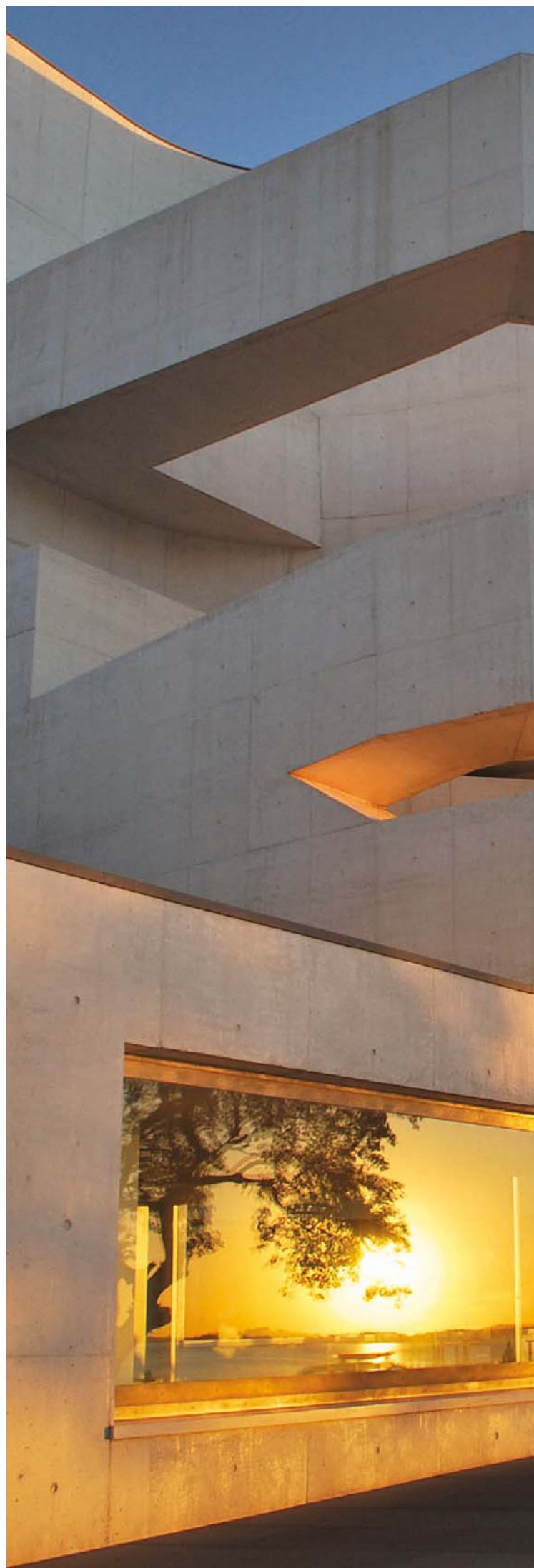
CULTURA | O FRONTEIRAS E A FUNDAÇÃO IBÊRE CAMARGO

A gestão da cultura no governo Yeda Crusius foi sem dúvida a mais polêmica desde que as eleições diretas para governador foram retomadas no Rio Grande do Sul, nos anos 1980. Já em seu primeiro ano no Palácio Piratini, a governadora cogitou a possibilidade de extinguir a Sedac e integrá-la à Secretaria de Turismo, o que acabou não se confirmando. A indicação de Mônica Leal

como titular da pasta, entretanto, gerou uma das maiores resistências da categoria que se tem notícia em tempos recentes. Mônica não tinha nenhuma relação formal com o segmento cultural, tampouco qualquer experiência prévia nessa área. E quando investida no cargo, não conseguiu estabelecer um diálogo com a cena cultural gaúcha, que há algum tempo já padecia de certa letargia.

Mônica chegou a depor no processo movido contra o secretário da gestão anterior, Roque Jacoby, em razão do fato de terem sido aprovados na LIC valores superiores aos autorizados no orçamento do estado. A acusação de fraude não se confirmou, Jacoby foi inocentado, mas a secretaria seguiu quase que inoperante. A secretária acabou se desligando da Sedac no mês de março de 2010, para concorrer a deputada estadual em outubro daquele ano. Deixou poucas realizações, sempre sob a alegação de que seu principal papel tinha sido o de colocar “a casa em ordem”, inclusive encaminhando o projeto de lei que pretendia modificar todo o sistema LIC, implementando o Fundo de Apoio à Cultura.

Questionamentos à Sedac à parte, Porto Alegre e o Rio Grande do Sul, como um todo, celebraram a consolidação de uma iniciativa que adotaria, a partir de 2007, o nome de Fronteiras do Pensamento. Desde então, através de uma série anual de conferências, o Fronteiras abre espaço para o debate sobre a identidade do século XXI, apresentando pensadores, cientistas e líderes nacionais e estrangeiros, que estão, cada um a seu modo, na vanguarda nas mais diversas áreas de pesquisa e pensamento. A iniciativa teve seu embrião ainda em 2005, batizada com o nome 4xBrasil, e prosseguiu em 2006, com os projetos Metamorfoses da Cultura Contemporânea e Brasil Contemporâneo. O projeto tem como consultor acadêmico o professor Donald Schüler, como curador, Fernando Schüler, e é coordenado por Pedro Longui.





A 6ª Bienal do Mercosul, que aconteceu de setembro a novembro de 2007, marcou o início de uma nova etapa, com a adoção de um modelo curatorial que intensificou a internacionalização da mostra e aplicou um cuidadoso programa pedagógico ao longo de toda a sua realização. As atividades do Projeto Pedagógico iniciaram-se ainda em abril de 2007, com a realização do primeiro Simpósio em Arte Educação e com o início da distribuição do material pedagógico para bibliotecas e professores das redes públicas e privadas do Rio Grande do Sul. A partir desse material foi realizada uma série de ações que consideraram o envolvimento de professores das redes pública e privada de ensino.

A 6ª Bienal recebeu mais de 500 mil visitas durante os 79 dias em que esteve aberta ao público. Mais de 160 mil estudantes vindos de 172 cidades foram atendidos através do agendamento para visitas guiadas. O Projeto Pedagógico realizou 55 encontros de formação de professores em 42 cidades do Rio Grande do Sul e quatro cidades de Santa Catarina. Nesses encontros, foram formados 7.570 professores e educadores oriundos de 348 municípios.

No cinema, destaque em 2007 para o lançamento de mais um filme de Jorge Furtado, o longa *Saneamento Básico – O Filme*. No 14º Porto Alegre em Cena, o Theatre Du Soleil se destacou com o espetáculo *Les Éphémères*, com 37 atores, dos sete aos 77 anos, interpretando 50 episódios do cotidiano, incluindo a preparação de uma refeição completa.

Em junho, Porto Alegre teve o privilégio de ganhar o primeiro teatro de *shopping* do País, o Bourbon Country, iniciativa do Grupo Zaffari e da Opus Promoções, agora comandada por Carlos Konrath. E em maio de 2008 novamente a capital gaúcha seria manchete internacional quando da inauguração do prédio da Fundação Iberê Camargo, construção projetada pelo renomado arquiteto português

Álvaro Siza e que consumiu cinco anos de trabalho, com investimento de R\$ 40 milhões. Menos imponente, mas ainda assim uma contribuição importante para a cultura gaúcha, foi inaugurado em agosto o Teatro do CIEE, com acomodações para apenas 418 pessoas na plateia, mas infraestrutura e bastidores à beira da perfeição.

O sesquicentenário do Theatro São Pedro (inaugurado em junho de 1858) foi comemorado com festa e lançamento de um livro com a história da mais conhecida casa de espetáculos da capital e uma das mais tradicionais do País. Ainda em 2008, o grupo de teatro Ói Nós Aqui Traveiz montou a peça *O Amargo Santo da Purificação*, encenação sobre a vida do guerrilheiro Carlos Mariguella, que foi considerada a melhor do ano em Porto Alegre, incluindo os espetáculos internacionais, de acordo com o jornalista e crítico teatral Hélio Barcellos Jr. E Pelotas comemorou o apoio da Votorantim na recuperação da Biblioteca Pública da cidade, com cerca de 200 mil volumes e inaugurada em 1875.

Em 2009, ano em que Nei Lisboa comemorou seus 50 anos, um dos principais eventos culturais foi a mostra “Arte na França – 1860 a 1960”, que apresentou no Margs mais de 100 obras de autores renomados, como Courbet, Monet, Van Gogh, Degas, Renoir, entre outros.

Já a sétima edição da Bienal do Mercosul teve como diferencial um projeto escolhido através de um concurso público internacional e que colocou artistas para ocupar o papel de curadores. Eles desenvolveram o projeto das exposições e o projeto pedagógico, conceituaram e coordenaram o projeto editorial, as publicações, a imagem e a comunicação da Bienal como um todo. Participaram da edição 338 artistas de 29 países, como Alemanha, Argentina, Bélgica, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, EUA, França, México, Suíça, Reino Unido, Uruguai e Venezuela. Cerca de 60% das obras foram produzidas especialmente para a Bienal.



DEPOIMENTO: YEDA CRUSIUS

A escolha como candidata.

Na época, o estado estava sem dinheiro para pagar a folha de pagamento, era uma situação inviável. E em função do que estava acontecendo em Brasília, com o Lula dando continuidade ao plano de governo de Fernando Henrique, achávamos que estava na hora de fazer isso, então, pelo Rio Grande do Sul. E na hora da definição das candidaturas, reforcei que estava na hora de preparar o PSDB para isso, que chegava de ser vice, como aconteceu com João Gilberto no governo Alceu Collares e com Antônio Hohlfeldt no governo Germano Rigotto. Era preciso buscar a confiança através do voto, e assim comandar o processo de recuperação do estado, já que o partido tinha uma grande experiência com a implantação do Real e estava fazendo um trabalho brilhante em São Paulo, com o governador Mário Covas. Em razão desse trabalho, fui escolhida presidente do partido no estado e acelerei as mudanças no PSDB. Foram deste período a “Caravana 45”, que foi a vários pontos do estado onde se discutia a política no Rio Grande do Sul, e a apresentação da técnica do planejamento estratégico. “A vida é risco, e o risco de ser governadora do Rio Grande do Sul com um projeto desse tipo, ilustra a honra”, afirmei ao aceitar ser a candidata pelo PSDB. Sugeri que a coligação fosse a mesma que o Fernando Henrique teve em 1994, com PFL e PPS. Mesmo considerados partidos pequenos no estado, foram eles que conquistaram o Brasil, pelo projeto, pelo entusiasmo. Toparam a parceria um PPS de amigos e um PFL que eu pensava que era de amigos.

A escolha do vice.

Foi o momento mais pesado de minha vida, como política. As pessoas não perceberam no momento, mas foi na definição do vice que o PFL deu a facada pelas costas na minha candidatura e, principalmente, no futuro governo. E eles fizeram isso jogando o Paulo Feijó no meu colo como se dissessem “toma que o filho é teu”. Também enfrentei problemas inesperados durante a campanha, como os que determinaram a dispensa do Chico Santa Rita, nosso marqueteiro. Ele simplesmente não acreditava na mulher, nas ideias da mulher. Mas, apesar de tudo isso, nossos percentuais subiram, e a confiança dos eleitores aumentou, pois viram que eu seguia tocando o barco. Se era assim, é porque teria condições de governar o estado.



DEPOIMENTO: YEDA CRUSIUS

Os principais nomes.

O governo foi, na verdade, um governo em duas etapas, com equipes diferentes. Na primeira metade, quando as questões estruturais e de gestão foram sendo completadas, havia o Grupo Zero (grupo formulador desde 2005, com o planejamento estratégico conduzido dentro do PSDB/RS: Fernando Schüller, Carlos Crusius, Daniel Andrade, Aod Cunha) e os que eu trouxe da experiência tucana de Brasília: Ariosto Culau (Planejamento), Paulo Fona (porta-voz) e Tania Fona (agenda). Busquei pluripartidariamente especialistas de políticas públicas específicas, com larga experiência política, em áreas como irrigação (Rogerio Porto), saúde (Osmar Terra), educação (Mariza Abreu), agricultura (João Carlos Machado), segurança pública (Mendes Ribeiro), desenvolvimento (Nelson Proença). Quadros da mais alta qualidade pessoal e profissional, além de vivência política, como para a Casa Civil (deputado Záchia) e militar com defesa civil. Já na segunda metade ocorreu aquele estrago no Detran que todos acompanharam. E muitos de nós resistimos.

As principais conquistas do governo.

A principal foi conquistar a autonomia do estado dentro de um quadro federativo perverso e de uma oposição destrutiva. Também conquistamos a confiança de todos os atores nacionais e internacionais de importância, pois conduzimos democraticamente o estado até cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que abre todas as portas para contratos nacionais e internacionais respeitados. Isso significou investir com recursos próprios e com parcerias relevantes com o setor privado, nas políticas econômicas e sociais. O governo pagou as contas, as novas e as antigas, e desenhou políticas públicas claras, com metas e objetivos transparentes, avaliados permanentemente. E conquistou o déficit zero em dezembro de 2008, um ano antes do previsto, graças a transformações estruturais profundas, como o lançamento de ações preferenciais (IPO) do Banrisul, em 2007, o contrato de reestruturação da dívida com o Bird, em 2008, e várias leis aprovadas pela Assembleia em diversos campos. E cresceu, cresceu muito no PIB estadual. E também foram melhorados os indicadores sociais relevantes, como a redução da taxa de mortalidade infantil, de 13,2 em 2006 para 10,1 em 2010.

Situação financeira do estado.

Quando assumimos, não era possível pagar sequer a folha de salários, e quando saímos deixamos repletos os cofres públicos, mais a capacidade de financiamento através de empréstimos novos, pois cumpríamos a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Por que ser governadora.

Na política, nenhum cargo eletivo é mais honroso que este, associado ao servir ao meu estado como política e cidadã. Além disso, contávamos com experiência pessoal, apoio político e a confiança do eleitor para aplicar o plano de governo que formulamos em 2006 e depois aplicamos. Sabíamos que era possível mudar a situação de baixa autoestima e incapacidade de pagar as próprias contas, melhorando o desenvolvimento do estado, construindo bases estruturais de longo prazo para isso.

O maior defensor.

A democracia. No campo da política cotidiana, tivemos em nossa defesa um conjunto de pessoas independentes, corajosas e livres, que resistiram comigo, emitindo a opinião, agindo, denunciando. Resistimos, e pudemos fazer isso graças à liberdade democrática que conquistamos ao longo dos últimos 25 anos, e da coragem para fazer. Tivemos o apoio de organizações e instituições livres, que não se deixaram intimidar pelo incessante e maciço ataque com interesses políticos. Assim, ficou apenas o custo pessoal.

Momentos mais difíceis.

Sem dúvida, foram dois: o brutal ataque à minha casa e à minha família e a apresentação daquele jogral dos seis procuradores do Ministério Público Federal, logo após, pedindo minha destituição do cargo em entrevista coletiva. Esses dois acontecimentos contaram com a covarde proteção de núcleos profissionais sediados dentro de instituições públicas e pela sedenta cobertura de manada da mídia, salvo exceções raras, como sempre, no processo iniciado em 2007. Quero ressaltar que o apoio da Assembleia Legislativa, cumprindo seu papel de defesa democrática e da verdade, foi fundamental para barrar o processo estilo “news of the world” naquele fatídico 2009.

RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL
RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL
RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL
RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL RIO GRANDE DO SUL



2011 TARSO GENRO 2014

GOV DO CSSUL
FRANINHO CORONEL DE DOSSUL
O SEANRIO GRANDE DO SUL



Tarso Fernando Herz Genro, nascido em 6 de março de 1947, tem 66 anos, é advogado e ganhou o governo estadual em sua terceira tentativa. Foi vereador em Santa Maria pelo MDB. E no PT foi eleito deputado federal constituinte em 1986. Três anos depois, foi eleito vice-prefeito de Porto Alegre, na gestão de Olívio Dutra. O petista também foi prefeito da capital gaúcha em dois mandatos: entre 1993 e 1996 e entre 2001 e 2002. Na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocupou posições de alta relevância, tendo sido ministro coordenador do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), cuja criação ele sugeriu e que constitui instância de consulta do presidente da República; e foi ministro da Educação, ministro da Secretaria de Relações Institucionais e, finalmente, ministro da Justiça – cargo que ele deixou no início do ano de 2010 para concorrer ao governo do Rio Grande do Sul. Tarso não recusa tarefas espinhosas: em 2005, substituiu José Genoino na Presidência nacional do PT, impedindo que o partido fosse inoculado pelo escândalo do mensalão.

A vitória de Tarso Genro (PT), da aliança Unidade Popular pelo Rio Grande (PT, PR, PSB e PCdoB), para o governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 2010, foi arrasadora. Tarso obteve 54,35% dos votos (3.416.450) e dispensou o segundo turno. Desde a Constituição de 1988, pela primeira vez um candidato conseguia tal proeza no Rio Grande do Sul.

A disputa para a sucessão de Yeda Crusius foi o que se pode denominar de bem diferente. Ocorre que o pretendente à reeleição, que normalmente aparece como favorito, no caso uma candidata, a governadora Yeda (PSDB), da coligação Confirma Rio Grande (PSDB, PPS, PP, PSC, PRB, PHS, PTdoB e PSL), ingressou no processo eleitoral, como mostravam as pesquisas, fragilizada após quatro anos de contundente confronto com a organizada e sistemática oposição liderada pelo PT. Dessa forma, a eleição ficou limitada à competição da aliança de Tarso com o ex-senador José Fogaça (PMDB), da coligação Juntos pelo Rio Grande (PMDB, PDT, PTN, PSDC), que renunciou ao cargo de prefeito de Porto Alegre para disputar o governo do estado. Fogaça pagou preço alto por ter deixado o cargo em meio de mandato e ficou com apenas 24,74% dos votos válidos, seguido de Yeda Crusius, com 18,4%.

AMBIENTE POLÍTICO | UM GOVERNO DE MUITAS EXPECTATIVAS

Leitor fanático e respeitado estudioso de temas filosóficos e sociais, além de articulista competente, Tarso Genro trouxe para o governo do Rio Grande do Sul o conhecimento que acumulou em Brasília. Inclusive, a postura pluralista e democrática de Lula, que envolve necessariamente a assimilação de ideias que já estiveram no índice da esquerda e que hoje são reconhecidas como eficientes para facilitar o desenvolvimento econômico e social sustentável com equidade. Tarso chegou ao governo entusiasmado com a ideia de vencer a velha tendência de polarização exacerbada, trocando-a pela convivência reciprocamente respeitosa com a oposição, acompanhada de amplo diálogo e procura da concertação, termo que preza e que não é outra coisa senão procurar obter consensos, mesmo que parciais, sobre temas de importância para a sociedade. Isso é feito com sucesso nas Câmaras Temáticas do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul (CDES-RS), ocupado por amplos setores da sociedade. O chamado “Conselhão” deu importantes contribuições para propostas apresentadas pelo governo.

Tarso Genro foi alçado ao governo do estado em um clima de grande expectativa. Ministro do governo Lula e ex-prefeito de Porto Alegre, administração que alcançou prestígio inclusive no exterior, Tarso foi eleito no primeiro turno, desbancando as alianças e os demais candidatos que contra ele se opuseram. Há muito tempo não se tinha no Rio Grande do Sul um alinhamento tão direto do governo local com o federal, o que, em princípio, facilitaria a captação de investimentos e a consecução de antigos projetos, como a ponte do Guaíba, o metrô, obras de infraestrutura, a revitalização de estradas e a vinda de fábricas para o estado. Algumas dessas iniciativas estão em curso.

Problemas cruciais, como a saúde e a educação, ainda não foram resolvidos. O projeto de canalização da rede de esgoto, desenvolvido pela Corsan, está acontecendo. As melhorias para a Copa do Mundo, algumas com participação direta do estado, outras de forma indireta, ainda vão a passos lentos. Aproveitando o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e tentando captar recursos dos organismos internacionais, Tarso Genro vai levando seu governo, em um estado com 497 municípios e muitos desafios.

Diante das dificuldades, a maior parte delas oriunda da falta de dinheiro, ele chegou a classificar o seu próprio governo como nota 6. Mesmo assim, o governador se encontra bem cotado nas intenções de voto para o próximo período, dividindo com a senadora Ana Amélia Lemos (PP) a preferência dos eleitores.

Tarso assumiu com muito discurso e algumas inovações, dentre elas a instalação, no Palácio Piratini, de um escritório para orientar os prefeitos do interior na realização de projetos e captação de recursos. Mas as limitações do estado e a própria conjuntura interna e externa não favoreceram muito as coisas. A começar pelas safras e o agronegócio, que só apresentariam uma perspectiva plenamente favorável em 2013. De lá para cá, muitas coisas aconteceram. Inclusive, a exemplo de outros governos, enfrentamentos com os professores, desta vez porque o governador não quis pagar o piso nacional. O governo Tarso Genro tem sofrido com resistências ideológicas, como a de proteção aos interesses privados de corporações. Essas pedras no caminho movimentam-se com eficiência e resultam em grande número de situações que não beneficiam o Rio Grande do Sul, como são os atrasos de soluções nas áreas da previdência pública, rodovias, educação, saneamento básico, transporte hidroviário e aeroviário, irrigação e até em segurança pública e entretenimento, como no caso do cais do porto de Porto Alegre.

Mesmo em setores que podem ser considerados cruciais, o governo enfrenta uma máquina pública que não responde com eficiência. É o caso da taxa de mortalidade infantil. Em 2010 o Rio Grande do Sul registrou o índice de 11,2 óbitos por mil crianças de até um ano, longe da meta, que era de 10,2. Em 2011, quando se esperava que o Rio Grande do Sul chegasse muito próximo de um dígito, o resultado foi decepcionante, já que a taxa aumentou para 11,4. Sobre 2012, o governo estadual ainda não forneceu o índice. Essas dificuldades não impedem que um homem com a experiência política do governador Tarso Genro consiga, nos próximos meses, promover uma recuperação acelerada, que possa garantir sua reeleição, até mesmo em razão da fragilidade revelada por seus opositores até o momento.

O governo Tarso Genro vem mantendo boa relação com o Poder Legislativo, que nesta legislatura, até o momento, foi presidido por Adão Villaverde (PT), em 2011; Alexandre Postal (PMDB), em 2012; e está agora sob a presidência de Pedro Westphalen (PP), com mandato até 31 de janeiro de 2014.

ECONOMIA | INVESTIMENTOS E OSCILAÇÕES NAS SAFRAS

A situação da administração de Tarso Genro, mencionada no cenário político, com certeza não passou despercebida pelos empresários forâneos que estão decidindo onde instalarão seu primeiro ou próximo empreendimento industrial no Brasil. É importante registrar que ocorrem importantes conquistas, como a expansão da Celulose Rio-grandense em Guaíba no valor de R\$ 5 bilhões, a expansão do grupo Randon, com investimentos de R\$ 2,5 bilhões, a instalação da fábrica de elevadores da Hyundai, em São Leopoldo, e o bom andamento dos projetos relativos ao polo naval de Rio Grande, São José do Norte e em Charqueadas, que somam mais de R\$ 3 bilhões, entre outros, com um total que, segundo o governo, em maio de 2013 ultrapassava R\$ 25 bilhões. Além disso, há uma grande expectativa em relação a possíveis projetos na área do carvão

*Celulose Rio-grandense.
Foto: Alina Souza / Especial
Palácio Piratini*



mineral, em Candiota, e de uma montadora da Hyundai, na Zona Sul do Estado.

Mas também não se pode desconhecer que, em um número de casos maior do que seria desejável, o Rio Grande do Sul não tem conquistado a preferência de empresas no decorrer da seleção, como foi o caso da prestigiosa BMW, que preferiu instalar sua montadora brasileira em Santa Catarina, sem contar a notícia de que pelo menos em um grande investimento industrial o Rio Grande do Sul não aparece sequer entre as inúmeras alternativas listadas.

Também não pode ser desprezada a queda de importância do Rio Grande do Sul no âmbito da Federação. O estado estava esperançoso de receber grandes benefícios do governo federal em razão da proximidade de Tarso Genro e seu governo com a presidente Dilma Rousseff e sua equipe. No entanto, passada a primeira metade da gestão, isso não ocorreu da forma esperada.

Atrasados os projetos que poderiam produzir mais riqueza, justiça social e mais arrecadação, a situação financeira do estado preocupa. O governo optou por utilizar o fundo do Caixa Único e, com isso, setores que têm receitas próprias, como Daer, portos, inclusive o de Rio Grande, e até o Zoológico, sem contar a educação, que recebe recursos federais via Tesouro Estadual, estão recebendo apenas parte do que lhes é devido. Foi realizada também uma subtração de R\$ 4,5 bilhões nos depósitos judiciais, retirada que equivale a empréstimos bancários ocultos a custos mais baixos. No caso da Previdência Pública Estadual, está difícil resolver todas as disputas judiciais a tempo de o atual governo tomar as providências necessárias para a concretização de um sistema viável. A ironia é que no governo anterior o PT impediu a concretização de uma solução. E neste governo, o PT não consegue implantá-la porque não quer fazer o que precisa ser feito. O déficit anual na Previdência é de R\$ 5 bilhões.

Cabe destacar a decisão do governo Tarso de criar a Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR), que assumiu gradualmente o controle de nove praças de pedágios gaúchos até então em mãos de concessionárias. Foram três em fevereiro, quatro em junho e duas em julho. A arrecadação da empresa chegou a R\$ 27 milhões até agosto de 2013. Desse montante, R\$ 7 milhões foram aplicados em intervenções nas rodovias e R\$ 4 milhões gastos com folha de pagamento, aluguel, impostos e contratação de prestadores de serviço.

Enquanto o governador dedica sua atenção e talento nas questões políticas, encontra dificuldades em avançar na concretização dos assuntos econômicos e financeiros. É preciso registrar que o Rio Grande do Sul, na administração de Tarso Genro, enfrentou dois anos diferentes em 2011 e 2012. Em 2011, o PIB gaúcho cresceu 5,1%. Mas em 2012, atingida por uma rigorosa estiagem que impactou as lavouras de forma radical, a economia gaúcha afundou, com uma redução de 1,8% do PIB. E em 2013, o tempo voltou a ajudar e a safra expandiu-se de forma muito significativa, alavancando a economia gaúcha. Os números divulgados pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) em setembro de 2013 apontaram um crescimento de 15% no PIB estadual no segundo trimestre do ano, na comparação com o mesmo período do de 2012, sinalizando para a perspectiva do Rio Grande do Sul crescer o triplo do País no ano. O crescimento da agropecuária foi de 111,7%, enquanto a indústria apresentou alta de 3,9% ante o segundo trimestre de 2012, e o setor de serviços, elevação de 3,4%.

Agronegócio

Como mencionado, a produção gaúcha de grãos foi um elemento determinante para a recuperação da performance da economia do Rio Grande do Sul no governo de Tarso Genro. A produção de grãos recorde de 2010/11 não

teve sequência na safra seguinte, de 2011/12. A produção no período, de 20,9 milhões de toneladas, foi igual a 12,6% da produção brasileira, de 166,2 milhões de toneladas. A área plantada, de 7,6 milhões de hectares, esteve dentro da média dos últimos anos, ou seja, 14,9% da área de 50,9 milhões de hectares plantados com grãos no Brasil. A produtividade ficou em 2.757 quilos por hectare, 15,6% abaixo da média nacional, de 3.266 quilos por hectare.

Os resultados para a safra 2012/13 voltaram a ser entusiasmantes. Em termos de produção, o Rio Grande do Sul registra uma safra de 27,1 milhões de toneladas, comemorada como “uma das maiores da história”. Só não chega a ser expressiva o suficiente para melhorar o quadro diante da produção nacional, já que representa apenas 14,6% da safra de 185 milhões de toneladas prevista para o Brasil. O aumento da área plantada para 8 milhões de hectares elevou a participação gaúcha para 15,1% do total plantado no Brasil, de 53 milhões de hectares. E, finalmente, a produtividade do Rio Grande do Sul, apesar de toda a recuperação da safra, não superou os 3.400 quilos por hectare, e por isso ficou 2,6% abaixo da média nacional, de 3.492 quilos por hectare.

Elemento-chave para melhoria da produtividade é a ampliação das áreas irrigadas. Nesse quesito, o governo federal decidiu, finalmente, após afastar alguns problemas judiciais, dar continuidade às obras das barragens de Taquarém e Jaguari, que estão incluídas no PAC I. Além disso, o governo estadual poderia dar início a quatro outras barragens, de Soturno, Passo da Ferraria (no rio Santa Maria), São Sepé e Estancado (em Sarandi). Essas barragens estão incluídas no PAC II e, supostamente, estão com os recursos assegurados. Além disso, existem mais de 50 projetos básicos de engenharia para a construção de barragens em grande parte do estado, especialmente nas bacias do rio Uruguai e do rio Jacuí.

Atualmente, a política de irrigação do Rio Grande do Sul ficou dispersa entre a Secretaria

de Obras, Irrigação e Desenvolvimento Urbano, encarregada das grandes obras e de alguns tipos de microaçudes, e a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), encarregada de microaçudes para as unidades familiares e os assentamentos. Além disso, a Secretaria da Agricultura ficou com a administração da política de incentivo à compra de equipamentos de irrigação, através de um subsídio equivalente à primeira e à última parcela do financiamento, sendo que reembolsam 100% para os pequenos produtores, 75% para os médios e 50% para os grandes. Essa política foi transformada em lei antes mesmo da criação do Fundo de Investimento em Irrigação e antes da lei que cria a política citada nessa lei de incentivo.

COTIDIANO | E AS MASSAS VÃO PARA AS RUAS PROTESTAR

No governo de Tarso Genro, o mundo está em plena metamorfose. O estilo de vida modifica-se, em todos os segmentos. No campo ou na cidade, a ampliação do uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) transforma os relacionamentos. Se até então o Google e o e-mail eram as novidades e febres no ambiente *web*, vive-se agora a era dos smartphones, dos tablets e da interação 24 horas por dia, sete dias por semana, via redes sociais, em especial Facebook, Twitter e Instagram, ou trocando mensagens pelo SMS ou WhatsApp. Estamos todos, o tempo todo, conectados, fotografando, filmando e compartilhando/curtindo qualquer tipo de conteúdo e informação. O celular transformou-se no grande integrador de conteúdos, mas a infraestrutura de telecomunicações para dar conta de tanta ânsia de interação ainda deixa a desejar.

Em Porto Alegre, o hábito de andar de bicicleta cresce, mas vem acompanhado de descabida

violência: um motorista resolve passar por cima de vários ciclistas que trafegavam na Avenida José do Patrocínio, bairro Cidade Baixa.

Enquanto isso, a bela Gisele Bündchen, a top mundial, estreia em outra passarela, a da Sapucaí, representando a Vila Isabel. No plano ambiental, enxurrada mata uma dezena de pessoas e desaloja centenas de famílias em São Lourenço do Sul. No Japão, mais catástrofe: o maior terremoto de todos os tempos desencadeia um maremoto que arrasa uma cidade, mata, produz cenas impressionantes e deixa o mundo em apreensão. A explosão de uma usina nuclear, após o tremor, faz um país inteiro e seus vizinhos ficarem em pânico, em função da indesejada liberação de radioatividade.

No Brasil, pesquisa mostra os objetos de desejo da classe C, que agora passa de 100 milhões de pessoas, metade da nossa população: moradia, automóveis, eletrodomésticos, decoração, celular e viagens. Por aqui, a Rodovia do Parque, ligando a Capital a Sapucaia, está em obras. E o futebol perde o craque Sócrates, de tantos passes precisos, muitos de calcanhar.

Em termos de comportamento, pesquisa traça o novo perfil da mulher jovem gaúcha. A maioria prefere conciliar a pressão no trabalho com as demandas familiares, não abrindo mão de nenhum dos dois. Elas se preocupam cada vez mais com a aparência. Cerca de um terço pratica algum tipo de religião, 65% gostariam de transar mais, 61% querem fazer cirurgia plástica e 39,4% admitem que traem, quesito em que os homens deixam de reinar absolutos.

A Apple lança o iPad 2 e a sonda Messenger chega à órbita de Mercúrio. Depois, seria a vez da Microsoft apresentar suas novidades, com o lançamento do sistema operacional Windows 8. No Rio de Janeiro, ex-aluno assassina 12 pessoas em escola, fato que ficou conhecido como Massacre do Realengo. A Inglaterra festeja o casamento real de William e Kate, e Osama bin Laden, fundador e líder da Al-Qaeda, é

assassinado por militares norte-americanos. Já o presidente do Fundo Monetário Internacional é detido em Nova York, em função de acusação de assédio sexual a uma empregada do hotel onde se encontrava hospedado.

O ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palloci, renuncia ao cargo após denúncias de corrupção. Devido à crise econômica na Grécia, o euro atinge sua menor cotação. Espanha e Itália entram também em estado de alerta. É parte do cenário no chamado Velho Mundo, com a economia em apuros. No campo das perdas, o desaparecimento de um gênio da modernidade: Steve Jobs. Com suas invenções e produtos, Jobs e a Apple revolucionaram o mercado de informática e os programas para computadores.

Na televisão, agora no Jornal Nacional, a gaúcha Patrícia Poeta brilha. A música sertaneja “Ai se eu te pego” emplaca sucesso mundial. Uma operação militar sem conflitos, na Rocinha, “pacífica” a maior favela da América Latina. Conrad Murray é condenado a quatro anos pela morte do astro do pop Michael Jackson. Astrônomos descobrem 18 novos planetas fora do sistema solar. É o universo provando sua grandeza.

E depois da novíssima Arena do Grêmio, é a vez do Beira-Rio começar a ser repaginado, para receber cinco jogos da Copa do Mundo. Mesmo com as obras de infraestrutura atrasadas, a Capital tenta se adaptar aos incômodos no trânsito com a duplicação da avenida que costeia o Guaíba e dá acesso ao estádio, o novo “xis” da rodoviária, a ampliação da Voluntários da Pátria, os viadutos da perimetral, o aeromóvel, a melhoria do aeroporto e tantas outras providências, a fim de receber da maneira mais adequada possível os 700 mil visitantes esperados. Renato Portalupi, que depois voltaria a treinar o Grêmio em 2013, chora ao se despedir do clube e do velho Olímpico. Morre o ex-presidente Itamar Franco, aos 81 anos. O Rio Grande continua registrando ondas de muito frio. No Enem, o RS cai de primeiro para quarto

lugar. Pesquisas demonstram que Porto Alegre, proporcionalmente, é a cidade mais vertical do Brasil. Enquanto isso, Dilma promete R\$ 4 bilhões para enfrentar a epidemia de crack no Brasil.

Muitos outros acontecimentos influenciariam a conjuntura mundial, nacional e estadual. O governo muda os rendimentos da poupança para baixar juros. O STF decide que não é crime o aborto de feto sem cérebro. No âmbito das relações, usos e costumes pela internet, um marco: fotos íntimas da atriz Carolina Dieckmann caem na rede, e a invasão de privacidade virtual vira assunto nacional. Cinco meses depois do episódio, vem a Lei dos Crimes Cibernéticos, batizada com o nome da atriz. Logo depois, uma outra importante lei entraria em vigor: a de acesso à informação, que dá mais transparência à administração pública brasileira e obriga os órgãos públicos a fornecerem dados sobre sua atividade a qualquer cidadão.

Nas telas da TV, todos os olhos se voltam para *Avenida Brasil*, a novela das 9 cuja trama mostra os valores do subúrbio carioca e é exibida em mais de 120 países. Em paralelo, uma brasileira de 20 anos leiloa sua virgindade por 1,5 milhão de dólares. No plano internacional, a ONU reconhece a Palestina como estado e pressiona Israel. A Europa continua sentindo os efeitos da crise mundial, ao contrário do Brasil, que passa ao largo, estimulando o crédito e o consumo, e dos EUA, que a passos lentos ensaia a recuperação depois da crise de 2008.

No futebol nosso de cada dia, o Corinthians vence o Mundial de Clubes, e o gaúcho Tite sobe mais um importante degrau em sua carreira como técnico. Ao contrário dos ciclistas, um pouco mais prestigiados, os carroceiros protestam, pois não querem sair das ruas. Mas a esfera municipal pensa diferente. Aproxima-se a Copa das Confederações, que seria vencida pelo Brasil, com apresentações convincentes, o que mais uma vez coloca Felipão em evidência. A chamada Constituição Cidadã, de Ulysses Guimarães, faz 25 anos e prova, ao longo

de sua vigência, que possui bem mais acertos do que erros. O Beira-Rio está quase pronto para a Copa, e a Arena supera os primeiros problemas operacionais e de fluxo, mas não consegue as médias de público que o novo conceito de ocupação de estádios de alto padrão exige.

Na área da saúde, o programa Mais Médicos tenta resolver o problema das populações carentes, atraindo profissionais estrangeiros. O metrô e a Ponte do Guaíba são promessas cada vez mais próximas, e a travessia, antiga reivindicação da sociedade gaúcha, parece que finalmente vai começar a sair do papel. Espera-se o início das obras para 2014. No Gasômetro, o primeiro trecho da orla está por ser revitalizado, em projeto do festejado arquiteto e administrador Jaime Lerner, contestado por colegas por ter sido escolhido por notório saber. É a cidade de Porto Alegre querendo crescer, valorizar o seu lago e se tornar mais importante.

No campo político e social, as manifestações de julho de 2013 dão um novo tom às diretrizes de um país que clama por mais cidadania, melhores serviços públicos, mobilidade urbana e possibilidade de crescimento. Manifestações em massa, com 1 milhão de pessoas nas ruas, sem interferência de partidos, criticam o sistema e exigem mudanças. A violência alcança patamares indesejáveis nas mobilizações, instabilizando os centros urbanos brasileiros por dois meses. Era a juventude na rua, novamente, a exigir mudanças.

No bojo das reivindicações, dentro de sua característica de organização por rede, a partir das mídias sociais, destaca-se, no âmbito da comunicação, o coletivo mídia Ninja, que cobriu os protestos por todo o País de forma colaborativa, pautando a mídia corporativa e os telejornais. As eclosões sociais são uma autêntica bomba contra a burocracia do setor público e desnudam a difícil vida da periferia dos centros urbanos e dos trabalhadores e estudantes que contam com um transporte público caro e ineficiente.

Ao clamor das ruas, que começou em Porto Alegre e alcançou seu ápice no Rio de Janeiro, os governantes tiveram que se adaptar, tanto em nível federal quanto estadual e municipal. Ninguém foi poupado. A classe política, em geral, sofreu forte impacto. Mas as coisas se acalmaram, ficando a expectativa para 2014, ano de Copa do Mundo e, depois, eleições. Os brasileiros querem mais inclusão social e direitos, equipamentos urbanos adequados e melhores condições para o seu dia a dia. O experiente político Tarso Genro, advogado que também foi ministro da Justiça, considerou justas as reivindicações e elogiou as vozes das ruas.

A questão é: como encaminhar o atendimento de tantas demandas em tão pouco tempo? Sabe-se que a função pública não tem, e não pode ter, a mesma agilidade da iniciativa privada. Mas o fato é que o País precisa funcionar melhor. Esse será o desafio dos próximos governantes, estejam eles à frente de pequenos municípios ou no comando dos destinos do País. Um desafio que eclode das ruas e que precisará ser superado. Afinal, a voz do povo é soberana.

E não se pode deixar de falar em 2013 sem lembrar de uma das maiores tragédias já vividas no estado: o incêndio da boate Kiss, em Santa Maria, vitimou 242 pessoas, em sua grande maioria adolescentes e jovens, ferindo mais de uma centena. O episódio teve enorme repercussão no cenário nacional e internacional. O inquérito policial que apura as responsabilidades pelo ocorrido na fatídica madrugada de 27 de janeiro aponta imprudência e más condições de segurança como as causas do incêndio. Músicos da banda que se apresentava no momento, e que utilizaram um sinalizador proibido para aquele ambiente, os donos da casa noturna e poder público deverão ser responsabilizados, mas a dor das famílias mutiladas jamais será apagada.

CULTURA | ASSIS BRASIL CRIA UM SISTEMA ESTADUAL

A designação do escritor Luiz Antonio de Assis Brasil como titular da Secretaria da Cultura do governo Tarso Genro é o que se pode classificar como uma guinada de 180 graus nos rumos da pasta, em especial na comparação com o governo imediatamente anterior, quando Yeda Crusius entregou a Sedac para uma pessoa sem nenhum currículo no segmento. A atuação de Assis Brasil está conceitualmente embasada na visão de que “a cultura é múltipla e está em contínuo processo, e, portanto, cabe pensá-la numa tríade operativa: a estética, a cidadã e a econômica”. Para dar uma dimensão do trabalho que Assis Brasil vem realizando desde janeiro de 2011, basta dizer que o orçamento da Sedac partiu de R\$ 16 milhões no primeiro ano, pulou para R\$ 31 milhões no ano seguinte e tem previstos R\$ 52 milhões para 2013.

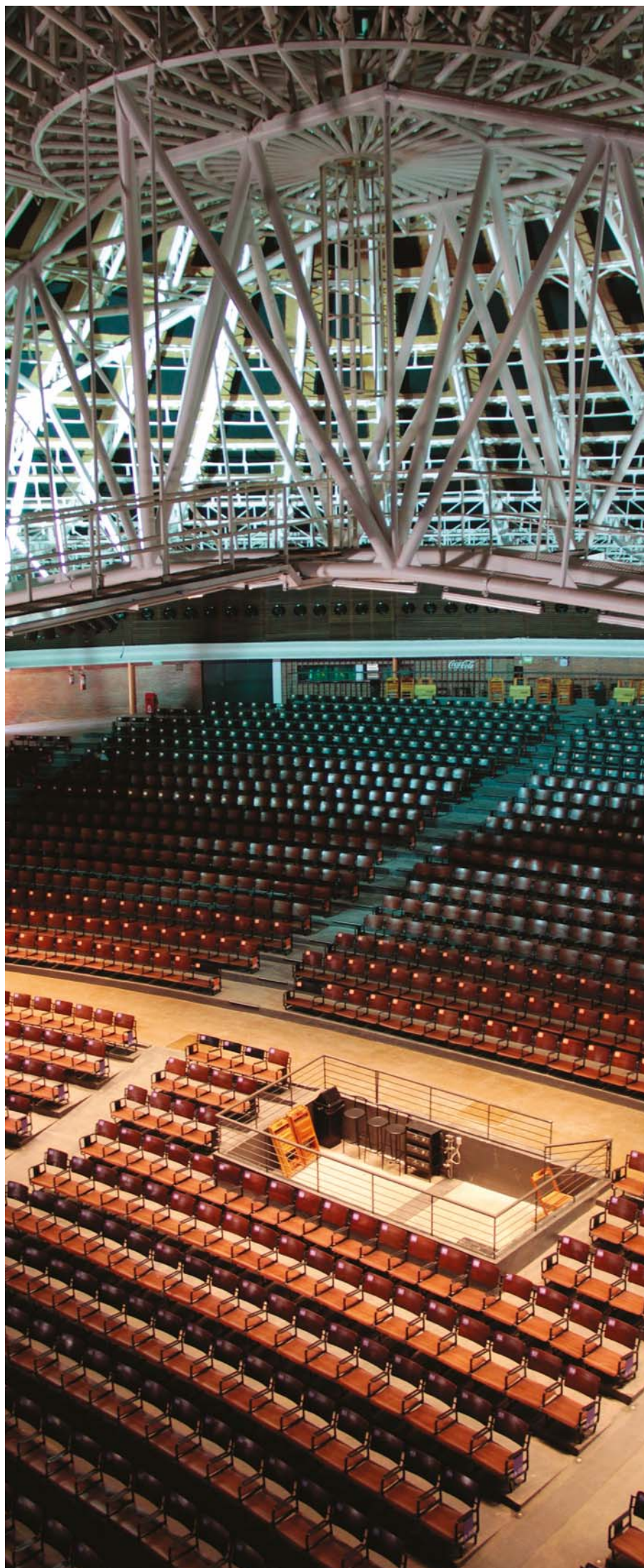
Sob o comando do secretário, a Sedac se transformou em uma usina de realizações. Em 2012, foram lançados editais voltados para modernização de bibliotecas e visando à criação de 160 pontos de cultura; no projeto Autor Presente, foram 90 encontros, reunindo mais de 20 mil alunos; 12 livros foram editados pelo IEL/Corag; foi lançado o Prêmio Moacyr Scliar de Literatura. Ainda em 2011, houve o relançamento da revista *Vox*, com 64 páginas, tiragem de 5 mil exemplares e distribuição gratuita, publicação que em seu primeiro número homenageou Moacyr Scliar, falecido no início de 2011. Em 2012, a Casa de Cultura Mario Quintana bateu recordes de visitação, enquanto o Margs comemorou a catalogação completa de seu acervo, com cerca de 3 mil obras sendo fotografadas. A Sedac realizou duas edições do Prêmio Instituto Estadual de Artes Visuais (Ieavi) e esteve à frente de diversas mostras de cinema, incentivando, também, o intercâmbio de produtores cinematográficos com Uruguai e Cuba.

Na LIC, foram aprovados mais de 230 projetos em 2012, com o limite da isenção fiscal tendo

sido ampliado para R\$ 35 milhões, sendo que, em 16 anos de vigência da lei, nunca este valor havia ultrapassado R\$ 28 milhões. Em 2012, foram anunciados outros R\$ 10 milhões para o Fundo de Apoio à Cultura, além de Editais de Desenvolvimento da Economia da Cultura, destinados a prefeituras, com previsão de repasse de R\$ 5,3 milhões para os municípios. A construção da Sala Sinfônica da OSPA foi incluída como projeto estratégico do governo. O orçamento prevê R\$ 19 milhões do Ministério da Cultura, R\$ 6 milhões da Sedac e outros R\$ 4,5 milhões a serem captados via LIC, recursos que já estão sendo investidos nas obras.

Em março de 2013, a Sedac apresentou o Projeto de Lei que cria o Sistema Estadual de Cultura do Estado, cujo texto foi sancionado pelo governador em 30 de setembro. O instrumento pretende ser um mecanismo de gestão cultural compartilhada entre estado e sociedade e tem como elementos-chave o fortalecimento de conselhos estaduais, fundos de cultura e formas de participação dos produtores culturais e da comunidade em geral, englobando todos os componentes inseridos na elaboração e execução de políticas do setor: formação, criação, produção, distribuição, consumo, conservação e fomento.

Como parte integrante do Sistema, o Plano Estadual de Cultura, em elaboração desde 2011, estabelece as políticas de estado que devem nortear o desenvolvimento cultural do Rio Grande do Sul ao longo dos próximos 10 anos. Ainda como parte do sistema estadual, o Rio Grande do Sul foi o primeiro estado brasileiro a lançar a plataforma Mapa Digital da Cultura, que reúne dados importantes como a catalogação de todas as bibliotecas e museus presentes em território gaúcho. O mapa funcionará como serviço público ao cidadão e ao visitante, e também como uma ferramenta de participação e difusão da cultura, que dialoga com o contexto atual de rapidíssima alteração dos dados e com a velocidade das dinâmicas sociais e econômicas típicas da era da cultura digital.



Em meio ao dinamismo implantado por Assis Brasil na Sedac, os gaúchos até não viram surgir grandes nomes no cenário artístico, mas em compensação comemoraram a abertura de novos espaços para as artes e a cultura. A cidade de Novo Hamburgo, por exemplo, ganhou em 2011 um novo espaço cultural e multiuso, ambiente próprio para realização de formaturas e outros eventos acadêmicos, mas que serve, e muito bem, de cenário para diversas produções artísticas: o Teatro da Feevale. Foi o que bastou para que a região do Vale do Sinos fosse incluída no roteiro de espetáculos nacionais e internacionais. Localizado no Campus II da universidade (acesso pela ERS-239, nº 2.755), o empreendimento iniciou sua vida cultural no dia 20 de setembro, com a apresentação do tenor Jose Carreras. Desde sua inauguração, o teatro já recebeu diversos artistas, entre eles, Chico Buarque, Rita Lee, MPB4, Kid Abelha, Marisa Monte, Ney Matogrosso, Orquestra Buena Vista Social Club, entre outros.

Também em 2011 foram comemorados os 50 anos do Atelier Livre da Prefeitura, bem como os dez anos de carreira de Jair Kobe (que pouca gente sabe ter sido integrante do grupo vocal Canto Livre, nos idos dos anos 1980 e 1990) e seu indefectível Guri de Uruguaiana, com as hilárias versões do “Canto Alegretense” em diferentes ritmos e melodias.

Em 2012, novamente em um 20 de setembro (data comemorativa da Revolução Farroupilha), e agora rebatizado como Oi apresenta Araújo Vianna, o tradicional auditório da capital gaúcha foi reaberto oficialmente com o show “Todas as Gerações no Araújo Vianna”, que contou com a presença de mais de 20 artistas gaúchos e um público superior a 3 mil pessoas. O espetáculo teve apresentações de Antônio Villeroy, Bebeto Alves, Carlinhos Carneiro, Charles Master, Cláudio Heinz e Júlia Barth, Edu K, Elaine Geissler, Gelson Oliveira, Glória Oliveira, Grupo Bom Partido, Hermes Aquino, Hique Gomez, Júlio Reny, King Jim, Nei Van Soria, Nelson Coelho de Castro, Nico Nicolaiewsky, Pas-de-Deux do Samba, Raul Ellwanger, Renan Ludwig, Tiago Ferraz, Tonho Crocco, Wander Wildner, Wilson Ney, Zé Caradípia e Elisa Furtado.

A Opus Promoções, administradora do espaço, realizou seu primeiro evento no local dois dias depois (22 de setembro) com a apresentação de Maria Rita no show “Redescobrir”, que reviveu canções de sua mãe, Elis Regina, emocionando o público que lotou a casa. Sobre a Opus, é importante ressaltar que a produtora, além de operar no Rio Grande do Sul também o Teatro do Bourbon Country, abriu novas frentes em São Paulo, onde gerencia o Teatro Bradesco – eleito duas vezes como o melhor teatro paulistano –, e em Natal, Rio Grande do Norte, onde inaugurou, junto com o Grupo Guararapes, o Teatro Riachuelo. Em 2013, a empresa pretende lançar mais um espaço cultural no Shopping Village Mall, que está sendo construído na Barra da Tijuca, na capital do Rio de Janeiro.

Seguindo no tema dos shows e arenas multiuso, em 2012 a capital gaúcha conferiu de perto dois *superstarts* da música internacional. Em março, Roger Waters arrebatou o público com uma antológica apresentação de *The Wall* no Beira-Rio (já em obras de modernização visando à Copa de 2014), enquanto Madonna marcou a despedida do Estádio Olímpico, no mês de dezembro, evento que antecedeu a inauguração oficial da nova Arena do Grêmio, espaço multiuso no bairro Humaitá que promete abrigar, além do futebol, também grandes produções artísticas.

O ano de 2012 marcaria ainda a despedida de Tatata Pimentel, um dos mais queridos e irreverentes intelectuais do Rio Grande do Sul. Professor, jornalista e apresentador de TV, Tatata inicialmente formou-se em Artes Dramáticas na UFRGS, em 1959. Depois, estudou Letras, Direito, Jornalismo e fez mestrado em Línguas Neolatinas na África, o que o levou também a uma temporada na Europa. Depois, ainda fez doutorado em Teoria Literária. Na Faculdade de Comunicação Social da PUCRS, deixou por 13 anos sua marca como professor do curso de Jornalismo até 2000, quando passou a dedicar-se somente à TV. Até o fim de 2012, apresentou o programa *Gente da Noite*, e desde então participava da bancada de outro programa, o *Café TVCom*, ambos na emissora do grupo RBS, até falecer, inesperadamente, no dia 24 de outubro, aos 74 anos.



DEPOIMENTO: TARSO GENRO

A vida do cidadão Tarso Genro.

Sou uma pessoa de hábitos muito simples. Gosto de caminhar, de ler, de ir ao cinema e de ficar em casa, são coisas bem acessíveis. Todas as manhãs faço uma caminhada e alguns exercícios e leio sempre que tenho oportunidade. Aos sábados, mas principalmente nos feriados, vou ao cinema, porque a cidade está menos movimentada. Tenho um convívio grande com as minhas filhas, em especial nos fins de semana. Além disso, reservo algumas noites para reuniões políticas no Galpão Crioulo do Palácio Piratini. Também gosto de ir a um bom restaurante, português de preferência, ou de comida gaúcha.

A escolha como candidato para a eleição de 2010.

Aconteceu a partir de uma equação política do partido, internamente. Eu era ministro do governo do presidente Lula. Estive realizando um trabalho que teve reflexo nacional e, portanto, regional também, como ministro da Educação. Depois, quando estava no Ministério da Justiça, veio o trabalho que fiz com a Polícia Federal e a implementação do Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania. Meu nome começou a ser aventado, mas eu vinha de uma crise da minha relação com o conjunto do partido, não estava bem explicada minha candidatura alternativa à reeleição do Olívio, em razão de uma conjuntura política que praticamente dividiu o PT. Então, eu não achava adequado concorrer sem conversar com o Olívio antes, porque o processo anterior foi um erro político que machucou muito as relações internas do partido. Procurei o Olívio e disse que eu estava disposto a apoiá-lo, queria que ele fosse o candidato. A forma da unificação seria homenagear o Olívio, como grande governador que ele foi e como dirigente do partido com uma enorme abrangência interna. Olívio disse que não seria candidato, que agora seria a minha vez e que eu deveria ser o candidato. Meu nome foi apresentado, com apoio do próprio Olívio, e me tornei candidato. Após a vitória, formamos a Unidade Popular pelo Rio Grande, que envolve também PDT, PTB, PPL e PL. Durante a campanha, tive o apoio do PSB e do PCdoB, ganhando no primeiro turno com esses dois partidos.

O trabalho de administrar o Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul tem uma crise estrutural financeira de muito tempo, que não é originária do governo anterior, nem do anterior, nem do pré-anterior. Trata-se de uma crise que tem duas vertentes muito fortes: uma é o passivo da Previdência, que faz o estado tirar do Tesouro, para complementar a aposentadoria, R\$ 5,8 bilhões por ano. A outra é originária da negociação da dívida da época do governo Britto, que onerou violentamente o estado. Hoje, nós pagamos quase



DEPOIMENTO: TARSO GENRO

R\$ 3 bilhões por ano para rolar essa dívida, e ainda temos um estoque de R\$ 40 bilhões. Trata-se de uma dívida impagável. Diante dessas duas circunstâncias, não nos preocupamos com o pagamento imediato, mas sim em resolver imediatamente o problema da Previdência. Ao mesmo tempo, implementamos uma política estratégica, que passa pelas seguintes variáveis: aumentar o espaço fiscal para endividamento e arrumar dinheiro para o investimento, e conseguimos; apontar para a formação de um fundo de capitalização para os servidores. Os que entrarem depois da formação desse fundo ingressarão em um tipo de financiamento da sua aposentadoria. Isso foi aprovado. Trata-se de uma questão de longo prazo que está resolvida no estado; foi solicitado para a Presidência da República o encaminhamento de questão da dívida dos estados, reduzindo os juros e extinguindo o passivo em 2027. Este projeto já está no Congresso Nacional tramitando, será aprovado e, portanto, a longo prazo essa questão está resolvida; também foi decidido que seria necessário aumentar a contribuição da alíquota dos servidores para diminuir o passivo, que é um dinheiro que vai para eles mesmos. Esta alíquota da Previdência para diminuir o passivo mensal da Previdência Pública também foi conseguida; reorganizamos a estrutura da receita pública, qualificando tecnologicamente, melhorando o processo todo, fazendo um esforço, renegociando a dívida, e estamos aumentando a arrecadação. Todo esse projeto, naturalmente, tem uma perspectiva de longo prazo. No curto prazo, estamos manejando as finanças, para que o estado não fique estagnado. E na minha opinião, está dando certo, porque o estado está recebendo vultosos investimentos privados e federais. O estado está alavancado para crescer, e, acredito, crescerá este ano (2013) o dobro ou o triplo do País.

Dificuldades a enfrentar.

São eminentemente de duas ordens. A primeira: nosso servidor público estava muito desmotivado, com um arrocho salarial muito grande. E nós tivemos que melhorar o salário dos servidores, para remotivar e mostrar que é um governo que tem confiança no serviço público e que não quer sucatear o estado. Já reorganizamos o sistema salarial todo, e os servidores estão bem mais satisfeitos do que estavam antes, basta perguntar para um brigadiano, um técnico científico, um policial civil e várias outras categorias. A segunda dificuldade é fazer a máquina se agilizar para a possibilidade de investimento. Isso não é fácil, porque, por exemplo, o estado está quintuplicando o número de licitações que fazia antes. E a máquina pública não estava aparelhada para isso. O estado estava muito

emagrecido na sua funcionalidade, tecnologicamente muito atrasado e tecnicamente pouco preparado para o número de obras que estão em andamento hoje, como energia, saneamento e estradas.

O excesso de burocracia como obstáculo.

O Brasil, há mais de 20 anos, está submetido a uma espécie de neurose da corrupção do setor público, que sempre houve e sempre haverá. Tem governos que combatem mais, outros menos. A corrupção tem que ser combatida e pode ser diminuída, embora jamais vá ser extinta. E isso determinou no País uma legislação que chamo de barroca, que cria impedimentos de toda ordem, desde impedimentos para se fazer as coisas rapidamente, até uma sucessão de controles que existem do Ministério Público, do Tribunal de Contas... Um feixe de controles sob cada ato do governo que muitas vezes atrasam uma obra um ou dois anos em função desses controles, tornando, muitas vezes, a obra mais cara. Isso não é culpa nem dos juízes nem dos auditores. É porque é uma legislação atrasada, que tem como ponto de partida a visão de que o agente público, seja ele qual for, tem uma tendência à ilegalidade. Temos que simplificar. Por exemplo, poderíamos estar com 80 obras viárias em andamento, e estamos com 40. Há uma enorme dificuldade de repactuar contratos. Isso deveria ser mais simplificado, com aval do Ministério Público, para que possamos andar mais rápido.

A equipe de governo.

A equipe de governo é montada a partir de uma relação com os partidos. Os partidos oferecem seus melhores nomes, mas o governador é que escolhe. É sempre uma negociação demorada, cautelosa, às vezes até podemos magoar as pessoas. Felizmente, tenho uma equipe política e de gestão bastante estável, tanto é que os secretários que saíram o fizeram em razão de questões pessoais e até por razões políticas, mas nenhum deles saiu em choque comigo.

O estilo de governar.

Costumo delegar para grupos os temas estratégicos. Essa delegação se dá em cima da afinidade desses grupos com os temas que estão sendo tratados. Raramente encargo apenas um secretário para tratar de uma questão. Sempre é um secretário, um assessor superior e um técnico de gestão, sendo às vezes três ou quatro secretários que tratam de um tema,



DEPOIMENTO: TARSO GENRO

pela sua natureza transversal. Eu delego, cobro e também estabeleço um relator principal do assunto, que vai me prestar contas. Costumo cobrar a partir desse acompanhamento. Eu tenho uma sala de gestão onde todos os projetos estratégicos são controlados diariamente. Do ponto de vista político, costumo entrar nos debates mais duros para proteger o secretariado. As pessoas me dizem que isso é errado, que o secretariado é que deveria entrar. Eu acho que o governador tem o dever de enfrentar os temas mais duros, ajudando o secretário e, às vezes, representando um governo em conflito, para que os secretários possam ser fortalecidos.

A secretaria que mais preocupa.

Atualmente é a de Infraestrutura, não pelo secretário que lá está, e sim porque é a pasta em que tivemos mais dificuldades para retomar os trabalhos, dada uma crise estrutural que havia no Daer, que não era de responsabilidade dos funcionários, e foi superada. As obras de infraestrutura são obras muito importantes para o nosso plano de governo, e muito pressionadas para que se realizem pelas comunidades mais distantes no estado. Esta é a maior preocupação de gestão que tenho atualmente.

A oposição.

Eu trato a oposição com enorme respeito e carinho. Faço debates, às vezes até meio acesos, mas de parte a parte não aconteceu nenhum desrespeito do ponto de vista pessoal. Isso demonstra o alto nível do debate político aqui no estado. As lideranças de oposição, sempre que querem, sentam comigo, falam das suas demandas. Também fazem críticas muito duras ao governo, que todo governante acha injusta, mas nunca fui desrespeitado e também não o fiz. Acho que a oposição está sem rumo, não tem uma proposta alternativa para o estado, porque as recomendações que estão dando ao estado são recomendações que me levariam para o passado, e não para o futuro.

Os projetos mais importantes.

Nossa visão é muito escalonada. O governo trabalha com visão de curto, de médio e de longo prazos. De curto prazo, já realizamos todas: reorganização da máquina estatal, melhoria da arrecadação, concurso para contratar servidores da Brigada e Polícia e também de outras ordens, retomada de um programa de valorização da agricultura familiar, a qualidade técnica do assentamento, o impulso na lavoura do arroz, as políticas para impulsionar o agronegócio no estado de maneira sustentável com todo o cuidado ambiental, a desburocratização, que facilitou novos investimentos para o estado. Na visão de médio prazo, é preciso retomar as obras viárias e deslançar as obras de energia e de saneamento, tendo recursos. No caso da visão de longo prazo, a ideia é a de chegar ao fim do governo com as finanças públicas com uma perspectiva melhor para o próximo governo. Isso vai ocorrer com a aprovação desse projeto de lei do governo federal que reduz os juros e a correção da dívida, extinguindo o passivo, que hoje estaria em torno de 40 bilhões de reais, que é impagável.

O momento mais difícil.

O momento mais dramático e mais difícil foi o incêndio na boate Kiss, em Santa Maria. Mas não foi só para mim, mas para todo o cidadão. Essa tragédia vai marcar o Rio Grande.

O melhor momento.

Eu sou uma pessoa naturalmente otimista. Gosto muito de ouvir as pessoas que andam na rua, os cidadãos comuns, a respeito do governo, embora preze as opiniões das entidades, dos empresários, dos trabalhadores, de associações. Mas eu sempre me interesso por aquilo que o cidadão comum me diz na rua. Os porteiros do edifício, as empregadas domésticas que encontro quando estou caminhando, as pessoas que encontro no supermercado, em um cinema ou em um teatro. Essas manifestações espontâneas revelam que essas pessoas, quando se reportam ao governo, se reportam de uma forma construtiva e com uma certa admiração pelo esforço que estamos tendo em reerguer o Rio Grande. Estes para mim são os melhores momentos, muito melhores que solenidades, porque é a voz do cidadão comum, a voz que reflete, com precisão, como a gente está atingindo o senso comum e a vida cotidiana do cidadão.

CONTEXTO E CENÁRIOS

No período em que este livro foi finalizado (outubro de 2013), restava mais de um ano de mandato para o então governador Tarso Genro.

Em ano pré-eleitoral, alguns acontecimentos surpreenderam a política nacional e gaúcha. Marina Silva e sua Rede, partido com o qual pretendia ser candidata à Presidência da República, não prosperaram no objetivo de atingir 492 mil assinaturas para o registro partidário. Diante da situação, e estando como segunda colocada em todas as pesquisas de opinião da época, Marina protagonizou o maior fato eleitoral do ano, ao filiar-se ao PSB e anunciar seu apoio ao governador de Pernambuco, Eduardo Campos, pré-candidato à Presidência em 2014. Os partidos não se fundiram, mas assumiram o compromisso de trabalhar juntos por uma aliança que seja capaz de renovar a política brasileira. Como ambos já foram aliados do atual governo federal, o anúncio agitou o ambiente político. Ainda na corrida presidencial, o PSDB trabalha forte o nome do ex-governador de Minas Gerais e senador Aécio Neves, mas José Serra corre por fora, tentando novamente viabilizar sua candidatura. Dilma Rousseff, mesmo tendo uma brusca queda de popularidade pós-manifestações de junho, recuperou o prestígio e segue liderando as pesquisas, de olho na reeleição. Olhos e TVs ficaram ligados de forma inédita nas sessões do Supremo Tribunal Federal (STF) que julgava (e condenava) os réus do chamado “Mensalão”. O caso se tornou emblemático por tratar de nomes da alta cúpula petista, o que animava opositores e trazia temor ao PT

e ao governo Dilma. Nesse contexto, torna-se popular a figura do polêmico presidente do STF, Joaquim Barbosa, que com suas crônicas dores nas costas e temperamento explosivo se tornou praticamente um “pop star”. Não por acaso seu nome também é cogitado como presidenciável para 2014. Brasil afora, as manifestações de rua continuam, mas se concentram em São Paulo, Porto Alegre e especialmente no Rio de Janeiro. Porém, perderam o caráter contestador e legítimo, transformando-se em movimentos de baderna e depredação sem um objetivo específico. No Rio Grande do Sul, as definições quanto às candidaturas ao governo do estado ainda estão em aberto, mas despontam nas pesquisas (empatados) o governador Tarso Genro (PT) e a senadora Ana Amélia Lemos (PP). Também circulam como pré-candidatos os nomes de Germano Rigotto (que declara preferir o Senado) e José Ivo Sartori pelo PMDB, Vieira da Cunha pelo PDT e Beto Albuquerque pelo PSB. As novidades ficam por conta da candidatura do jornalista Lasier Martins ao Senado pelo PDT e da decisão da deputada Manuela D’Ávila (PCdoB), atual campeã de votos no estado, de não concorrer mais à Câmara dos Deputados e sim à Assembleia Legislativa. A incógnita fica por conta de Pedro Simon (PMDB), que ainda não decidiu se concorre a mais um mandato no Senado.

E assim a vida política segue seu curso, com aqueles que se dedicam a ela buscando no passado as razões e explicações para o momento presente e, acreditamos, a melhor sinalização para decisões que garantam um futuro melhor para toda a sociedade.

A minha terra tem o céu azul.

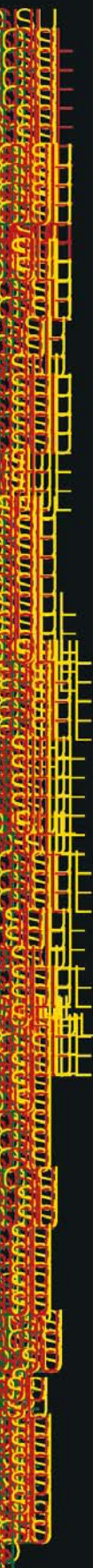
É só olhar e ver.

Recontando a história do Rio Grande do Sul foi composto em Gill Sans Std, impresso em papel couchê brilho 150 (miolo) e couchê brilho 170 (capa) na Gráfica Pallotti, em São Leopoldo (RS), para o Instituto Voto, em novembro de 2013.

ISBN 978-85-66806-00-7



9 788566 806007



Patrocínio

Produção cultural

Apoio

Realização



Ministério da
Cultura

